



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 1960/2020 - SES/GAB

Brasília-DF, 28 de abril de 2020.

Senhora Conselheira-Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reportamo-nos ao **Ofício nº 2310/2020-GP** (38987275), que encaminha o Despacho Singular nº 207/2020-IM, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Atendendo parcialmente ao item III, alínea "a" do referido despacho singular, encaminhamos para vossa apreciação a cópia do Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43 (39297893).

No tocante a manifestação sobre os fatos constantes na Representação nº 12/2020-CF, consignamos que as unidades técnicas desta Pasta foram reiteradas a se manifestarem, contudo, ainda não foi possível o envio das informações.

Consignamos que esta atual gestão tem envidado todos os esforços possíveis para cumprir integralmente e tempestivamente todas as determinações, requisições, recomendações dirigidas a esta Secretaria de Estado de Saúde, contudo, em que pese todas as providências adotadas, eventualmente, algumas interferências podem advir, como no presente caso, haja vista todo o empenho voltado ao enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), razão pela qual, dirigimo-nos a Vossa Excelência, respeitosamente, para solicitar dilação de prazo por 10 (dez) dias.

Atenciosamente,

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

A Sua Excelência a Senhora

ANILCÉIA MACHADO

Conselheira-Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal

NESTA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7**,
Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal, em 28/04/2020, às 19:41, conforme art.
6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito
Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **39310818** código CRC= **89DA678A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 -
DF
(61)3348-6104

00600-00000619/2020-06

Doc. SEI/GDF 39310818



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 2310/2020-GP

Brasília-DF, 17 de Abril de 2020.

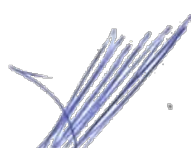
Senhor Secretário,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor do Despacho Singular nº 207/2020-IM, com o(s) documento(s) e/ou processo(s) nele(a) indicado(s), proferido pelo CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO, Relator do Processo nº 00600-00000439/2020-16-e.

Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba "Peças".

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,



Anilcéia Luzia Machado
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO ARAUJO FILHO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES
Brasília - DF - DF

demczuk



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À SUAG,

À SAIS,

Senhores Subsecretários,

Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

Desta forma, diante do cenário emergencial alicerçado na urgência acima descrita, **determino a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central**

telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos processos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Atenciosamente,

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 18/03/2020, às 15:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=37266072)
verificador= **37266072** código CRC= **C7A34604**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

(61)3348-6104

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37266072



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À DIASF
c/c à CATES

Senhora Diretora,

Trata-se Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB (37266072), o qual trata do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

Desta forma, diante do cenário emergencial alicerçado na urgência acima descrita, o **Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, determino a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE**

(farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Diante de todo o exposto, de ordem da Subsecretária de Atenção Integral à Saúde, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e providências de alçada.

Atenciosamente,

Queyla Caixeta Araujo Pereira

Assessora Técnica

GAB SAIS/SES



Documento assinado eletronicamente por **QUEYLA CAIXETA ARAUJO PEREIRA - Matr.1434170-0, Assessor(a) Técnico(a)**, em 18/03/2020, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37288855** código CRC= **810518D1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE			
Unidade/Setor/Depto.: GCEAF/DIASF/CATES/SES			
Data:	17/03/2020		
Responsável pela Demanda:	Diogo de Amorim Barros	Telefone Resp.:	17/03/2020
E-mail do Responsável:	geceaf@saude.df.gov.br	Matr. do Resp.:	1672076-8

Integrante Técnico:	Isis Andrade Franco de Carvalho	Telefone do I.T.:	61 981516406
E-mail do Integrante Técnico:	geceaf@saude.df.gov.br		

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Quantidade:	<i>Atendimento de aproximadamente 33 mil usuários cadastrados e ativos no CEAF-DF.</i>	Unidade de fornecimento :	<i>Aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês; Aproximadamente 2750 ligações para os usuários por dia.</i>
Memória de Cálculo do quantitativo:	<i>Número total aproximado de pacientes cadastrados para atendimento nas unidades do CEAF-DF = 33 mil pacientes.</i>		
Código SES:	<i>Não se Aplica.</i>	Código BR:	20605
Programa de trabalho :	10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.		
Fonte de Recursos:	Indicação do FSDF		

Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Item	<i>Alinhamento Estratégico:</i>
a)	<i>Plano Estratégico do Distrito Federal, Eixo Saúde, Batalha 1: Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa</i>
b)	<i>Alinhamento com o Plano Distrital de Saúde - PDS, que traz que a aspiração maior do governo 2019-2022 no que concerne à assistência farmacêutica é garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa.</i>
c)	Para cumprir a Iniciativa nº 165 do eixo saúde no sistema gestor, cuja ação traz a necessidade de implantação de pelo menos uma unidade de farmácia de alto custo por Região de Saúde, descentralizaremos a distribuição dos medicamentos para atender à demanda da capilaridade do serviço.

BENEFÍCIOS/RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Item	Benefícios/Resultados:
a)	Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
b)	Evitar a propagação do vírus Covid-19
c)	Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
d)	Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
e)	Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
f)	Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
g)	Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

ÁREA DEMANDANTE

Diogo de Amorim Barros
Matrícula: 1672076-8

Brasília, 18 de Março de 2020

APROVAÇÃO

Conter a aprovação EXPRESSA da Contratação pela Autoridade imediatamente superior à área demandante.

O presente DOD tem força de Documento de Consolidação da Demanda - DCD, por não haver outra área demandante para a presente contratação.

AUTORIDADE IMEDIATAMENTE SUPERIOR

Samara Furtado Carneiro
Matrícula: 0196789-4

Brasília, 18 de Março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37291643** código CRC= **9CE2115E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37291643



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À CEIC/SUAG,

Versam os autos acerca da **contratação emergencial, no prazo de 48 horas**, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Consta nos autos a emissão do Documento de Oficialização de Demanda - **DOD** - (37291643), com a indicação dos integrantes técnicos proferidos pela DIASF/SAIS, desde modo, esta Subsecretaria indica a servidora Cleitiana da Cruz de Almeida, matrícula 1.680265-9.

Contudo, por se trata o presente processo de medida ao enfrentamento do *SARS COV 2 (COVID - 19)*, e valendo-se da *Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*, na qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, que no art. 4º estabelece:

Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Considerando ainda o que estabelece o Art 9º do Decreto Distrital nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus:

Art. 9º A tramitação dos processos referentes a assuntos vinculados a este Decreto se dará em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

Posto isto, fica dispensado o fluxo previsto na Portaria 210 de 2017, sem prejuízo do Manual de Contratação desta SES/DF.

Portanto, para viabilidade da pretensa contratação, encaminha-se o presente para elaboração do Projeto Básico, com a urgência que o caso requer.

NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretária



Documento assinado eletronicamente por **NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO - Matr.0132268-0, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 18/03/2020, às 16:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37292833** código CRC= **79987B53**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37292833



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC

PROCESSO: 00060-00107460/2020-04

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - EMERGENCIAL

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública.

2.1.2. Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas.

2.1.3. Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980.

2.1.4. Decreto Distrital Nº 36.520, de 28/05/2015, que 9/09/2016, que Estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal.

2.1.5. Resolução da Diretoria Colegiada nº 304, de 17 de setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.

2.1.6. Resolução CFF nº 433 de 26 de abril de 2005 - Conselho Federal de Farmácias (CFF), que regulamenta a atuação do farmacêutico em empresa de transporte terrestre, aéreo, ferroviário ou fluvial, de produtos farmacêuticos, fitoquímicos e produtos para saúde.

2.1.7. Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000, que regulamenta a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas, altera os Decretos nºs 91.030, de 5 de março de 1985, e 1.910, de 21 de maio de 1996, e dá outras providências.

2.1.8. Resolução ANTT nº 794, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal.

2.1.9. Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e alterações.

2.1.10. Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.11. Portaria nº 386, de 27 de julho 2017, que Organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

2.1.12. Portaria MS/GM nº 2.048 de 5 de novembro de 2002, que institui o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

2.1.13. Portaria de Consolidação MS/GM nº 3 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, especificamente Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

2.1.14. Decreto nº 39.619, DE 07 de janeiro de 2019, que declara a situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Distrito Federal e dá outras providências.

2.1.15. Decreto nº 40.416/2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de epidemia por doenças transmitidas pelo Aedes no âmbito do Distrito Federal.

2.1.16. **Decreto Nº 40.475**, de 28 de Fevereiro de 2020 que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, ações complementares são essenciais no momento epidêmico.

A relação acima é meramente exemplificativa, frisando-se que a ausência de previsão expressa de qualquer legislação neste Projeto, não exige a Contratada de cumprir a todas as normas e legislações vigentes aplicáveis ao objeto deste processo de contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

2.2.2. Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

2.2.3. Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

2.2.4. Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

2.2.5. Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

2.2.6. Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

2.2.7. Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

2.2.8. Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

2.2.9. Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

2.2.10. O presente visa atender aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo).

2.2.11. Tal implementação visa evitar a descontinuidade do acesso aos medicamentos dos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) durante o período de situação de emergência no âmbito do Distrito Federal. Tendo em vista que se trata de um serviço de essencial que não pode ser interrompido.

2.2.12. Um sistema eficiente de comunicação e telefonia é a condição básica para a operacionalização de um sistema de emergência, tanto como ferramenta de garantia de um tempo-resposta adequado às necessidades da população, como também para determinar a vida ou a morte de um cidadão que procura o medicamento.

2.2.13. Benefícios/resultados a serem alcançados:

- a) Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
- b) Evitar a propagação do vírus Covid-19
- c) Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
- d) Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
- e) Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
- f) Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
- g) Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

2.3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Não há como se definir o fluxo de operação de cada empresa interessada na contratação, sem o risco de caracterizar direcionamento, o que é vedado pela legislação de regência.

Diante das necessidades de separação e transporte dos medicamentos, caberá à empresa contratada a definição de rotas, de acordo com a distância;

Sobre a aplicação dos recursos humanos disponíveis, o quantitativo irá variar conforme a tecnologia e sistemas utilizados por cada empresa interessada. Quanto maior a automatização dos processos, menor a necessidade de empregados;

A cotação dos seguros caberá às interessadas, devendo apenas ser garantida a cobertura mínima prevista em edital, não cabendo à SES/DF especificar o valor dos seguros, podendo ser cotado muito abaixo de qualquer previsão, de acordo com negociação feita pela interessada;

As soluções tecnológicas e sistemas podem variar, não cabendo à SES/DF definir qual deverá ser utilizado e, assim, sendo impossível precisar o valor de cada solução empregada;

Desta forma, a metrficação detalhada do quantitativo poderia resultar em uma limitação da competição, por ser passível de individualizar o objeto e evidenciar um suposto direcionamento.

Entretanto, após analisar licitações semelhantes faz-se evidente que não há óbice à apresentação das estimativas de quantitativos ao longo do contrato, devendo ser apresentada a planilha com os custos unitários da operação pela empresa CONTRATADA, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU (item 1.5.1.4, TC-015.378/2009-0, Acórdão nº 2.986/2009-Plenário e item 9.3.8, TC-008.753/2004-1, Acórdão nº 7.054/2010-2ª Câmara).

Tal conduta garante a transparência na aplicação dos recursos públicos, sendo demonstrados os custos efetivos da operação, respeitados os requisitos mínimos exigidos na licitação e em conformidade com a capacidade de cada empresa.

Diante do exposto, faz-se evidente que os quantitativos a serem contratados deverão ser estabelecidos pela empresa CONTRATADA com base nos processos de trabalho por ela adotados para atender aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência dessa contratação.

Estima-se aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês e 2750 ligações com agendamento efetivado para os usuários por dia.

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

3.5. A CONTRATADA deverá substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço a ser contratado trata-se de contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** enquadrando-se no exposto no incisos IV, Art. 24 da Lei nº 8666/93.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Projeto Básico e seus Apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	Código BR	DESCRIÇÃO	QTD	Unidade
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 meses (180 dias)	Serviço

6. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

6.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

6.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

6.4. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

6.4.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

6.4.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

6.4.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

6.5. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

6.5.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "Projeto Básico", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

6.5.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

6.6. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

6.6.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

6.6.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste Projeto Básico pelo CONTRATANTE.

6.6.3. Análise qualitativa das ligações:

6.6.3.1. Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;

6.6.3.2. Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;

6.6.3.3. **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

6.6.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

6.6.4.1. < (menor que) 10 minutos por ligação.

6.6.5. Treinamento, capacitação:

6.6.6. Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste Projeto Básico

6.6.7. Entrega:

6.6.7.1. > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

6.7. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

6.7.1. TELEFONISTA:

- a) Maior de 18 anos;
- b) Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- c) Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- d) Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- e) Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- f) Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- g) Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- h) Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

6.7.2. REMUNERAÇÃO

6.7.2.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

6.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

6.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

6.8.1.1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;

6.8.1.2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;

6.8.1.3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

7.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

7.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste Projeto Básico, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

7.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste Projeto;

7.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

7.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

7.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

7.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

7.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

7.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

8. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

8.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

8.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho e os respectivos valores apurados;

8.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

8.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

8.6. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;

8.7. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;

8.8. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;

8.9. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;

8.10. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

8.11. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;

8.12. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;

8.13. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;

8.14. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;

8.15. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;

8.16. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;

8.17. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

9. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto básico.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

9.5. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

9.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

9.7. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.8. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.9. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.11. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.

9.12. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

9.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.16. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.17. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.18. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS OCORRÊNCIAS

10.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por evento.	1	1 dia
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

10.2. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.

10.3. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.

10.4. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.5. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.

10.6. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.

10.7. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato

4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

10.8. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.

10.9. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

11.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, desde que não ocorram intercorrências que gerem ônus para a CONTRATANTE durante o período de transição contratual.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico e no Contrato.¶

12. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. A prestação dos serviços de que trata este Projeto Básico e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.2. Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

12.3. Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

12.4. A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Termo de Referência, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

13. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. A consolidação da estimativa de preços será realizada pelo setor competente subordinado a DIAQ/SUAG/SES.

14. DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

14.1. Todos os componentes das Prestação do Serviço pela CONTRATADA para a execução dos serviços constantes deste documento são insumos pessoais do funcionário (uniforme, meios de comunicação e etc) da CONTRATADA para esta prestação, e deverão estar detalhados na proposta;

14.2. Todos os custos com pessoal, residentes ou não na SES/DF, correrão por conta da CONTRATADA, na forma deste documento, sem quaisquer ônus adicionais ao Contrato;

14.3. Todos os impostos e demais aspectos financeiros da execução deverão ser previstos e contidos nos preços da Proposta Comercial da licitante.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. As propostas apresentadas pelas proponentes deverão ter validade não inferior a **90 (noventa) dias**, discriminando os valores mensais e quantitativos, conforme estabelecido neste Instrumento.

15.2. **O CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS SERÁ O DE MENOR VALOR ITEM;**¶

15.3. Nenhum item poderá ser cotado acima do valor estimado;

15.4. A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de calculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado - Apêndice II – Modelo de Proposta;

15.5. **Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;**

15.6. Os proponentes deverão apresentar, na ocasião da apresentação das propostas, a Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Dissídio Coletivo da categoria profissional, às quais estão vinculadas;

15.7. Para garantia da exequibilidade dos preços e uniformização das propostas, os proponentes deverão adotar, sob pena de desclassificação, os valores referenciais de encargos sociais previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, em obediência às Decisões n.º 2472/2013 e n.º 3836/2013 do TCFDF;

15.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico;

15.9. No caso de omissões puramente formais em propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles descritos no Projeto Básico;

15.10. Informar o regime de tributação no qual está inscrita;

15.11. As empresas proponentes deverão apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou;

15.12. Para fins de composição de preço, esta Secretaria utilizou como base o Regime de Tributação de Lucro Real;

15.13. O proponente deverá prever em seus preços todas as despesas diretas e indiretas para a perfeita execução do objeto, bem como as deduções necessárias de custos, de forma a não caracterizar “bis in idem”, devendo considerar toda a legislação aplicável, a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e a jurisprudência atual dos tribunais, visando a uniformização das propostas e a tramitação isonômica do processo licitatório, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

16. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E HABILITAÇÃO

16.1. PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1.1. A empresa proponente deverá apresentar descrição detalhada do serviço ofertado e anexar o respectivo escopo de suas soluções.

16.2. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.2.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, podendo ser solicitado novamente no momento da contratação:

16.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa prestado ou estar prestando o mesmo serviço objeto deste Projeto Básico, compatível em características de Teleatendimento, nas quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico;

16.2.3. Os atestados deverão conter necessariamente:

16.2.3.1. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Projeto Básico, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

16.2.4. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

16.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011;

16.2.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.);

16.2.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estadual/Municipal, ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado/Município, ou outro meio equivalente admitido por lei;

16.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa*, expedida pelo *Tribunal Superior do Trabalho* (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011);

17. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

18. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

19. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

19.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da licitante vencedora.

19.2. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, IMPRORROGÁVEIS**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Inciso IV, Art. 24 da Lei 8666/93.

20. PRAZOS DE ENTREGA

20.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

21. MODELO DE EXECUÇÃO

21.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

21.1.1. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.

21.1.2. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

21.1.3. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.

21.1.4. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.

21.1.5. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.

21.1.6. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

21.1.7. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

21.2. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

21.2.1. A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

22. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

22.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.

22.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

22.3. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

22.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

22.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.

22.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou

oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.

22.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

22.8. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

22.9. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

22.10. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Projeto bem como da natureza sigilosa das informações.

22.11. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

22.12. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

23. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

23.1. São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- 23.1.1. Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento.
- 23.1.2. Chamados registrados em Sistema de Gestão de Demandas.
- 23.1.3. Ofícios.
- 23.1.4. Relatórios.
- 23.1.5. Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. DA CONTRATANTE

- 24.1.1. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- 24.1.2. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- 24.1.3. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- 24.1.4. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- 24.1.5. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 24.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- 24.1.7. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- 24.1.8. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- 24.1.9. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 24.1.10. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.

24.1.11. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.

24.1.12. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

24.2. DA CONTRATADA

24.2.1. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.

24.2.2. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

24.2.3. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.

24.2.4. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.

24.2.5. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Projeto Básico, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.

24.2.6. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

24.2.7. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

24.2.8. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.

24.2.9. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.

24.2.10. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.

24.2.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.

24.2.12. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

24.2.13. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.

24.2.14. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.

24.2.15. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;

24.2.16. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;

24.2.17. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço

24.2.18. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Projeto Básico;

24.2.19. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;

24.2.20. A empresa ou instituição CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.

24.2.21. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;

24.2.22. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

24.2.23. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de

subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;

24.2.24. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;

24.2.25. A Empresa ou Instituição CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste documento;

24.2.26. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos de seus Profissionais.

24.2.27. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;

24.2.28. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;

24.2.29. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico.

24.2.30. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Projeto Básico, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grampeador, etc.

24.2.31. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.

24.2.32. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.

24.2.33. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

24.2.34. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.

24.2.35. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

25. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executora da SAIS/SES.

Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

25.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

25.1.1. O representante da SES/DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

25.1.2. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor Local e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

25.1.3. A existência de fiscalização da SES/DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados.

25.1.4. A SES/DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

25.1.5. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do objeto, que estejam em desacordo com o preestabelecido.

25.1.6. A SES/DF se reserva o direito, a qualquer momento durante a vigência do contrato, de aferir a solução contratada, realizando testes, auditorias por meio de ferramentas e recursos próprios ou empresas contratada para este fim.

25.1.7. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela CONTRATADA, a SES/DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor

do Contrato.

25.1.8. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES/DF pode-se destacar:

- 25.1.8.1. Homologação de planos de ação, produtos, serviços, relatórios e documentação.
- 25.1.8.2. Acompanhamento da execução.
- 25.1.8.3. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços.
- 25.1.8.4. Proposição de modificação na sistemática de prestação de serviços e nos processos de trabalho.
- 25.1.8.5. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES/DF.

25.2. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

25.2.1. GESTOR DO CONTRATO:

- 25.2.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;
- 25.2.1.2. Responsabilidade:
 - a) Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
 - b) Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
 - c) Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.
- 25.2.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

25.2.2. FISCAL TÉCNICO

- 25.2.2.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.2.2. Responsabilidade:
 - a) Encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

25.2.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

- 25.2.3.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.3.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

25.2.4. FISCAL REQUISITANTE

- 25.2.4.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.4.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

25.2.5. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

- 25.2.5.1. Entidade: CONTRATADA
- 25.2.5.2. Responsabilidade:
 - a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
 - b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
 - c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e

fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.

e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;

f) Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e

g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

26. DO PARECER TÉCNICO

O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

27. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

27.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

28. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

28.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

29. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Programa de Trabalho 10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.

30. DO PAGAMENTO

30.1. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

30.2. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

30.3. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

30.4. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

32. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

32.1. É dispensada a elaboração dos Estudos Preliminares de acordo com o Art. 20, III, §2º, alínea b da IN nº5/2017.

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§ 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do **caput** ficam dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

33. **DESCRIÇÃO DOS APÊNDICES QUE INTEGRAM O PROJETO BÁSICO**

Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

Apêndice II – Modelo de Proposta.

34. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Cleitiana da Cruz de Almeida - Matrícula: 1.680.265-9 - SES/SUAG/CEIC - Integrante Administrativo

Diogo de Amorim Barros - Matrícula: 1.672.076-8 - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF - Integrante Demandante

Samara Furtado Carneiro - Matrícula: 196.789-4 - DIASF/CATES/SAIS/SES - Integrante Demandante

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Projeto Básico:

Aprovamos o presente Projeto Básico, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
SAIS/SES

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo CONTRATANTE, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com

tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetar os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

Apêndice II - MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da empresa)

À

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar

Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Pregão Eletrônico SRP nº ____/____

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida no(a) _____, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de **central telefônica** ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de **entrega de medicamentos em domicílio** e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando <u>agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente</u> (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviço	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL MENSAL						
VALOR GLOBAL (6 MESES)						

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 1 - Central de atendimento	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h

Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 5.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4**, **Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEITIANA DA CRUZ DE ALMEIDA - Matr.1680265-9**, **Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8**, **Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MOEMA LIZIANE SILVA CAMPOS - Matr.0158991-1**, **Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 18/03/2020, às 19:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37293085** código CRC= **1963EFC7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Despacho - SES/SUAG/CEIC

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À GEAPRE

Senhor Gerente,

Trata o presente de **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

Isto posto, encaminhamos os autos para análise do Projeto Básico e seguimento do processo de aquisição.

Atenciosamente,

**Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação
CEIC/SUAG/SES**



Documento assinado eletronicamente por **CLEITIANA DA CRUZ DE ALMEIDA - Matr.1680265-9, Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 18/03/2020, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37297742** código CRC= **55AEE249**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Análise e Preparação

Tabela - SES/SUAG/DIAQ/GEAPRE

ANÁLISE DO PROJETO BÁSICO - PB (Dispensa de Licitação - Inciso IV) – GEAPRE/DIAQ/SUAG/SES				
Itens a serem analisados		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1	Do Título/Nomenclatura - "PROJETO BÁSICO"	x		
2	Do Objeto	1		
3	Caracterização da situação emergencial (Justificativa)	2		
	Fatos que levaram a situação emergencial (Justificativa)	2		
	Peculiaridades da situação emergencial (Justificativa)	2		
4	Da Subcontratação e do Consórcio	3		
5	Do Enquadramento do Objeto	4		
6	Da Descrição Detalhada do objeto	5		
	Da equivalência do PB com o DCD	37293085; 37291643		
	Da Quantidade	2.2; 5		
	Da Unidade de fornecimento	5		
	Do CMM (ou justificativa do quantitativo)	2.3		
	Do Código BR	5		
	Do Código SES			x
7	Das Sanções administrativas	31		
8	Do Contrato, se houver. (contratos emergenciais não podem ultrapassar 180 dias)	18		
	Das Obrigações da Contratante	24.1		
	Das Obrigações da Contratada	24.2		
	Da Forma de Pagamento	30; 29		
	Do Prazo de entrega/execução do objeto	20		
	Do Local e horário de entrega/execução do objeto/ instalação			x
	Dos Critérios para o Recebimento do Produto			x
9	Do Valor Estimado	13		
10	Da Previsão Orçamentária			
11	Do Critério de Julgamento das Propostas	15		

12	Da Justificativa da Aquisição por Lotes, se for o caso			^
13	Da Validade da Proposta	15.1		
14	Da Amostra - Critério objetivos para avaliação			x
15	Das Exigências Técnicas para a Proposta			x
16	Da Habilitação Técnica ou Qualificação Técnica	16.2		
17	Da Garantia Contratual	11		
18	Da Garantia Técnica			x
19	Da Assistência Técnica			x
20	Da equivalência de prazos entre a Garantia Técnica, a Assistência Técnica e o Contrato, se houver			x
21	Do Parecerista	26		
22	Do Executor do Contrato - Diferente do elaborador do PB	25.2.1		
23	Do Elaborador do Projeto Básico (nome/matricula/cargo, com assinatura e rubrica em todas as páginas)	x		
24	Da Aprovação Expressa pela Autoridade Superior Competente (nome/matricula/cargo, com assinatura e rubrica em todas as páginas)	x		
26	Da pesquisa por Atas de Registro de Preços - Adesão - Parecer 027/2015 da PGDF			x



Documento assinado eletronicamente por **BRENDA DOS REIS PRATES MARINHO - Matr.1695136-0, Gerente de Análise e Preparação**, em 18/03/2020, às 18:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **37299271** código CRC= **E28F77F1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Instrução para Aquisição
Gerência de Análise e Preparação

Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEAPRE

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

SES/SUAG/GEAQ

À Gerência,

Trata o presente de Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Seguem os autos para prosseguimento de instrução para aquisição, dada a emergencialidade da necessidade de contratação análise sob ID 37299271.

Vale ressaltar que esta gerência não entrou no mérito técnico da questão.

Atenciosamente,

Brenda dos Reis Prates Marinho
Gerência de Análise e Preparação
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **BRENDA DOS REIS PRATES MARINHO - Matr.1695136-0, Gerente de Análise e Preparação**, em 18/03/2020, às 18:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37300604 código CRC= **2AD20FB0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Ofício Nº 60/2020 - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

Às empresas interessadas em participar desta cotação,

Tendo em vista a necessidade de ações e procedimentos no que diz respeito a resposta à epidemia de *SARS COV 2 (COVID - 19)* no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e amparados no Art 9º do Decreto Distrital nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES convoca Vossa Senhoria a apresentar proposta de preços até às 10 h do dia 20 de março de 2020, sexta-feira, por meio dos e-mails dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com; gepp.diaq@saude.df.gov.br; referentes à **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes no Projeto Básico (37050581).

A proposta deverá:

- Apresentar cotação de forma eletrônica (digital) para o serviço descrito no Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado - APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA;

- Conter preço unitário e total do item, expresso em algarismo e por extenso em moeda nacional. Havendo divergência entre o preço unitário e o total do produto ofertado, prevalecerá o primeiro, e entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

- Conter Declaração expressa de que os preços oferecidos englobam todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta dispensa de licitação;

- Apresentar prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega;

- Apresentar dados bancários em atendimento ao Artigo 6º do Decreto 32767 de 17 de fevereiro de 2011:

Art. 6º Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições do caput deste artigo:

I. - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

II. - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III. - os pagamentos a empresas de outros Estados da Federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

A contratada ficará obrigada a prestar o serviço de acordo com o Projeto Básico.

Certos de contarmos com vossa união nos esforços em prol da causa de saúde pública, solicitamos confirmação de recebimento do ofício e apresentação de proposta.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário de Administração Geral

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74, Asa Norte

CNPJ: 00394700/0001-08, – Brasília – DF

Tel.: (61) 2017- 1145 - Ramal: 1063

E-mail: dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com; gepp.diaq@saude.df.gov.br;



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 18/03/2020, às 19:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37301064 código CRC= **79E48E2B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

Convocação para proposta

Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

18 de março de 2020 19:13

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>, gepp.diaq@saude.df.gov.br
Cco: BELI@pvax.com.br, MAX.TREVISAN@logfarma.com.br, ANDRE@kompazosaude.com.br, Anderson.souza@apollo.med.com.br, TANAKA@utclg.com.br, ANDERSON.CABRAL@voetur.com, MARCELO.OTTONI@invisual.com.br, EVANIRCAETANO@correios.com.br, CVASCONCELLOS@correio.com.br, NVANDRESEN@correios.com, COORDVENDASBSB@tiradentessaude.com.br, hugo lima <hugocarvalho@correios.com.br>, COMERCIAL.DF@quickdelivery.com.br, VTC LOG <licitacao.vtclog@vtclog.com.br>, licitacoes@tiradentessaude.com.br, Marcelo.Fonseca@unihealth.com.br, kaue.santos@conlicitacao.com.br, comercial@logfarma.com.br, Fernanda.costa@rvimola.com.br, beli@pvax.com.br, Thais.Silva@unihealth.com.br, sp.renato@cemedlog.com.br, kferreira@interobrasil.com.br, DONIZETECALIL@hotmail.com, Fernando.araujo@repress.com.br, Cristian@unifarma.net, comercial.df@quickdelivery.com.br, ggecom@brbservicos.com.br

Tendo em vista a necessidade de ações e procedimentos no que diz respeito a resposta à epidemia de SARS COV 2 (COVID - 19) no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e amparados no Art 9º do Decreto Distrital nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES convoca Vossa Senhoria a apresentar proposta de preços até às 10 h do dia 20 de março de 2020, sexta-feira, por meio dos e-mails dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com; gepp.diaq@saude.df.gov.br; referentes à **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes no Projeto Básico (ANEXO).

Certos de contarmos com vossa união nos esforços em prol da causa de saúde pública, solicitamos confirmação de recebimento do ofício e apresentação de proposta.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário de Administração Geral

--

Gerência de Aquisições Especiais - GEAQ/DAESP.
Diretoria de Aquisições Especiais - DAESP/SUAG.
Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES-DF.
Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74 Asa Norte.
CNPJ: 00394700/0001-08, CEP: 70.770-200 – Brasília DF.
Tel.: (61) 2017-1046

2 anexos



Ofício.pdf
119K



Projeto Básico.pdf
352K



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 20 de março de 2020.

À

SUAG

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 60 (37301064) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37383728) até as 10 horas do dia 20 de março de 2020, no entanto, até presente momento, não recebemos nenhuma proposta. Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo, tendo em vista o disposto no Despacho SES/SUAG 37292833.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 20/03/2020, às 15:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 20/03/2020, às 15:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37383752** código CRC= **535E86C3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



À

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATT. SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IOHAN ANDRADE STRUCK

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação – Emergencial SRP nº 00060-00170460/2020-04

Proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no CNPJ nº 04.099.848/0001-05 estabelecida na Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de R\$ 26.511.446,04 (vinte e seis milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT Total	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviços	R\$ 4.418.574,34	R\$ 4.418.574,34	R\$ 26.511.446,04

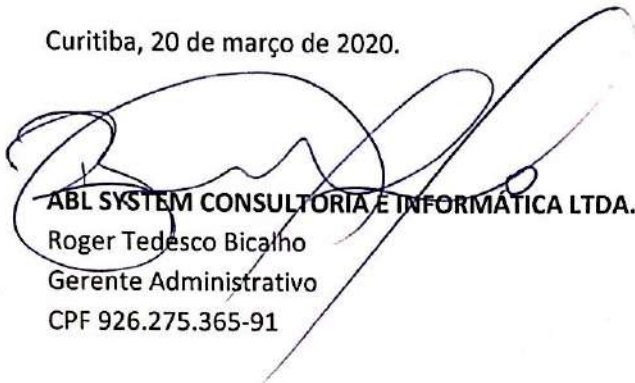
Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br



Declaramos, que todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço.

Curitiba, 20 de março de 2020.



ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.
Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Proposta para contrato emergencial 00060-00170460/2020-04

Roger Tedesco Silva Bicalho <roger.bicalho@grupoabl.com.br>
Para: dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com

20 de março de 2020 17:13

Ex.mo Subsecretário de Administração Geral Dr. Iohan A. Struck

Boa tarde.

Encaminhamos em anexo proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no **CNPJ nº 04.099.848/0001-05** estabelecida na **Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná**, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

Desde já nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Roger Bicalho
Gerente Administrativo

Administrativo
+55 (41) 99203-5693 | +55 (41) 3078-4747

Grupo ABL - www.grupoabl.com.br
[Curitiba/PR - R. Augusto Stresser, 453, Alto da Glória](#)

 **ABL SYSTEM_PROPOSTA_EMRGENCIAL_00060-0170460_2020_04.pdf**
742K



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 23 de março de 2020.

À

SUAG

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 60 (37301064) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37383728) até as 10 horas do dia 20 de março de 2020. Em que pese tenhamos elaborado o Despacho SES/SUAG/DAESP/GEAQ 37383752, informamos que recebemos apenas uma proposta (37433072) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA., porém foi enviada no dia 20 de março de 2020 às 17:13 (37434525), ou seja, fora do prazo estipulado. Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo, tendo em vista o disposto no Despacho SES/SUAG 37292833.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 23/03/2020, às 11:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 23/03/2020, às 11:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37434579** código CRC= **5DF1EF81**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

Subsecretaria de Administração Geral

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Considerando a situação de enfrentamento ao Corona Vírus, solicita-se estender o prazo para apresentação de propostas até quinta-feira 24/03/2020 as 15 horas.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 24/03/2020, às 11:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37508690 código CRC= **3BB62898**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37508690



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Ofício Nº 349/2020 - SES/SUAG

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES convoca as empresas interessadas para participar da Dispensa de Licitação, a qual será instruída com fundamento no inciso IV, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, regime que institui normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

O objeto do presente refere-se à aquisição do insumo conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes na tabela abaixo e no Projeto Básico anexo.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos	Serviço	6 meses (180 dias)

	a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).		
--	---	--	--

1. DO ENVIO DA PROPOSTA

1.1. A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado; com todas as folhas rubricadas e numeradas; assinada pelo representante legal da empresa; via endereço eletrônico dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com, até o dia **30/03/2020**, às 15 horas.

- Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.
- A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital, autenticada por cartório competente ou validável digitalmente.
- **Somente serão aceitas as documentações por meio eletrônico, na forma acima citada.** Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme Portaria nº 459/2016 SEPLAG-DF, artigo 16, II.

2. DA PROPOSTA DE PREÇO

2.1. A Proposta de Preços deverá:

2.1.1. Conter o número deste ofício;

2.1.2. ser digitada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a Razão Social, CNPJ, endereço da firma e dados bancários;

2.1.3. apresentar dados bancários, em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011;

2.1.4. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência que deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, publicado no DODF nº 35, pág. 3, de 18 de fevereiro de 2011.

2.1.5. conter preço unitário e total de cada item, expressos em algarismo e por extenso em moeda nacional. Havendo divergência entre o preço unitário e o total do produto ofertado, prevalecerá o primeiro, e entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

2.1.6. conter declaração expressa que os preços oferecidos englobam todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Dispensa;

2.1.7. conter a indicação de uma única marca para cada item, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhadas, inclusive tipo, referência, observadas as especificações constantes no Projeto Básico;

2.1.8. ter prazo de validade expresso, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega;

2.1.9. conter declaração expressa que a contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material ou executar o serviço de acordo com o Projeto Básico.

3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 3.1. Cédula de Identidade do responsável pela assinatura do contrato;
- 3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- 4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- 4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto nº 6.106/2007;
- 4.4. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;
- 4.5. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- 4.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no artigo 4º do Decreto nº 6.106, de 30 de abril de 2007;
- 4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 4.8. Nos termos do artigo 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, a regularidade fiscal deve ser comprovada em relação às fazendas Públicas (Distrital e Federal), independentemente do ramo de atividade do licitante;
- 4.9. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- 5.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

5.3. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

6.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

7. OUTRAS DECLARAÇÕES

7.1. Declaração, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação exigida; somente se houver fato impeditivo;

7.2. Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93;

7.3. De acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, a empresa participante deverá apresentar, na fase da licitação com vistas à habilitação jurídica e no ato na assinatura do contrato, declaração de que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

7.4. Declaração de que a empresa proponente tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico, bem como no presente Ato Convocatório;

7.5. Em caso de divergência entre o presente Ato Convocatório e o Projeto Básico, prevalecerá as normas constantes do Projeto Básico;

7.6. Informamos que, para habilitação, as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.7. O proponente, cuja habilitação no SICAF, indicar documentos com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.8. É obrigatório à contratada manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de rescisão do contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei (artigos 55, inciso XIII, 78, inciso III, e 87 da Lei nº 8.666/1993).

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria do Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral - SES/DF



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 24/03/2020, às 12:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37510147** código CRC= **04D10679**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF
(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37510147



Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

DISPENSA DE LICITAÇÃO OFÍCIO 349/2020**Dispensa de Licitação** <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

24 de março de 2020 17:38

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

Cco: BELI@pvax.com.br, MAX.TREVISAN@logfarma.com.br, ANDRE@kompazosaude.com.br, Anderson.souza@apollo.med.com.br, TANAKA@utclg.com.br, ANDERSON.CABRAL@voetur.com, MARCELO.OTTONI@invisual.com.br, EVANIRCAETANO@correios.com.br, CVASCONCELLOS@correio.com.br, NVANDRESEN@correios.com, COORDVENDASBSB@tiradentessaude.com.br, hugo lima <hugocarvalho@correios.com.br>, COMERCIAL.DF@quickdelivery.com.br, VTC LOG <licitacao.vtclog@vtclog.com.br>, licitacoes@tiradentessaude.com.br, Marcelo.Fonseca@unihealth.com.br, kaue.santos@conlicitacao.com.br, comercial@logfarma.com.br, Fernanda.costa@rvimola.com.br, beli@pvax.com.br, Thais.Silva@unihealth.com.br, sp.renato@cemedlog.com.br, kferreira@interobrasil.com.br, DONIZETECALIL@hotmail.com, Fernando.araujo@repress.com.br, Cristian@unifarma.net, comercial.df@quickdelivery.com.br, ggecom@brbsservicos.com.br, roger.bicalho@grupoabl.com.br, lbdtrust@lbdtrust.com.br, comercial@2aliancas.com.br, rodoseg-transportes@outlook.com, documentacao@logfarma.com.br, licitacao@voetur.com.br, VTC LOG <Licitacao.vtclog@vtclog.com.br>, comercial@pvax.com.br, anderson.salmazo@grupotpc.com

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES convoca as empresas interessadas para participar da Dispensa de Licitação, a qual será instruída com fundamento no inciso IV, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, regime que institui normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

O objeto do presente refere-se à aquisição do insumo conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes na tabela abaixo e no Projeto Básico anexo.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE	Serviço	6 meses (180 dias)

	JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	
--	---	--

DO ENVIO DA PROPOSTA

A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado; com todas as folhas rubricadas e numeradas; assinada pelo representante legal da empresa; via endereço eletrônico dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com, até o dia **30/03/2020**, às 15 horas.

- Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.
- A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital, autenticada por cartório competente ou validável digitalmente.
- **Somente serão aceitas as documentações por meio eletrônico, na forma acima citada.** Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme Portaria nº 459/2016 SEPLAG-DF, artigo 16, II.

--

Gerência de Aquisições Especiais - GEAQ/DAESP.
Diretoria de Aquisições Especiais - DAESP/SUAG.
Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES-DF.
Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74 Asa Norte.
CNPJ: 00394700/0001-08, CEP: 70.770-200 – Brasília DF.
Tel.: (61) 2017-1046

2 anexos



SEI_GDF - 37510147 - Ofício.pdf
138K



SEI_GDF - 37293085 - Projeto Básico.pdf
350K



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 25 de março de 2020.

À SES/SAIS/CATES

C/c SES/SAIS/CATES/DIASF

Senhora Coordenadora,

Trata-se o presente de Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB (37266072), o qual trata do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.

Após confecção de DOD (37291643), bem como de Projeto Básico (37293085), com fulcro à contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Desta feita, encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para ciência e acompanhamento dos trâmites processuais de contratação.

Atenciosamente,

Suellen C. de Lacerda

Assessor/SAIS



Documento assinado eletronicamente por **SUELLEN CONCEIÇÃO DE LACERDA - Matr.1690603-9, Assessor(a)**, em 25/03/2020, às 10:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37572902 código CRC= **D7599664**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37572902



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde

Despacho - SES/SAIS/CATES

Brasília-DF, 25 de março de 2020.

À **DIASF.**

Senhor Diretora,

Trata-se o presente de **Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB 37266072**), o qual trata do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.

Considerando despacho **SAIS (37572902)**, onde informa que após confecção de DOD (37291643), bem como de Projeto Básico (37293085), com fulcro à contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente. Desta feita, encaminha para ciência e acompanhamento dos trâmites processuais de contratação.

Isto posto, encaminhamos à Vossa Senhoria para conhecimento e acompanhamento do processo.

Atenciosamente,

JEFFERSON BRENO OLIVEIRA BARROZO

Assessor Técnico

CATES/SAIS/SES/DF



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON BRENO OLIVEIRA BARROZO - Matr.1689279-8, Assessor(a) Técnico(a)**, em 25/03/2020, às 12:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37587274** código CRC= **AE37E584**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 25 de março de 2020.

À GCEAF,

Trata-se da contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Em análise aos autos, verifica-se que o processo encontra-se na GEAQ/DAQ/SUAG, para recebimento de propostas.

Desta feita, encaminhamos os autos para acompanhamento por esta Gerência.

Atenciosamente,

Samara Furtado Carneiro
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 26/03/2020, às 20:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=37608726)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=37608726)
verificador= **37608726** código CRC= **E759B2D4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

Proposta BRB SERVIÇOS Nº 20032020

Brasília, 20 de março de 2020

À
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar
Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto
CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Processo SES 00060-00107460/2020-04

Proposta que faz a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80 estabelecida na Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, para Dispensa de Licitação, para Contratação, em caráter emergencial, de empresa para prestação de serviços especializados de central telefônica ativa e receptiva, para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

A contratação se justifica pelos Decretos Nºs 40.475/20, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, e no 40.520/20, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; no perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF), compreendido essencialmente por pessoas pertencentes ao grupo de risco, ou seja,

1/4



pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes, além da suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo retro mencionado decreto 40.520/20.

Nesse sentido, o objeto da presente contratação é plenamente atendido pelos objetivos sociais previstos no Estatuto da BRB Serviços que prevê, entre outras atividades, a prestação dos serviços de teleatendimento, bem como a prestação de serviços de gestão de processos de negócio, incluindo sistema tecnológico e logístico de transporte, nos termos do seu art. 4º, “*in verbis*”:

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

[...]

IV - Prestação de telesserviços, incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

[...]

VI – Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

1. Sistema tecnológico e logístico de transporte;

[...]

2/4

Portanto, no presente caso, a contratação da BRB Serviços por dispensa de licitação, nos termos dos dispositivos citados, se justifica pela emergencialidade imposta pela pandemia do COVID-19, amparada pelo fato de que a BRB Serviços possui objeto social compatível, bem como a necessária expertise para prestação dos referidos serviços.

Dessa forma, após análise criteriosa do Projeto Básico SEI/GDF – 37293085, para execução dos serviços emergenciais necessários, a BRB Serviços dimensionou projeto com as seguintes especificações:

- Central Telefônica - ativa e receptiva, com 26 (vinte e seis) postos de trabalho (desse total 1 posto de trabalho será destinado à Supervisão e os outros 25 postos ao atendimento/agendamento), com funcionamento de 12 horas (07h às 19H), para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) com sistema de agendamento. Essa central terá força de trabalho de 54 (cinquenta e quatro) funcionários (2 supervisores e 52 operadores de teleatendimento) com carga horária de 6 horas/dia cada, conforme estabelecido pela NR-17 e demais normas da categoria.
- Fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e acondicionamento dos medicamentos na quantidade de 7 Colaboradores (2 para cada unidade da Farmácia de Alto Custo e 1 Encarregado Operacional) para a separação e acondicionamento dos produtos;

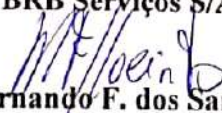


3/4

medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).				
Valor total Mensal: R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos).				
Valor Global (6 meses): R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).				

Atenciosamente,

BRB Serviços S/A


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

À

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATT. SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IOHAN ANDRADE STRUCK

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação – Emergencial SRP nº 00060-00170460/2020-04

Proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no CNPJ nº 04.099.848/0001-05 estabelecida na Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de R\$ 23.595.187,02 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e dois centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM						
ITEM	DESCRIÇÃO	QNT Total	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviços	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17	R\$ 23.595.187,02

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias



Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Declaramos, que todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço.

Curitiba, 30 de março de 2020.



ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.

Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba - PR - Brasil - CEP 80.030-340 - Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À

SUAG

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 349 (37510147) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37547368) até as 15 horas do dia 30 de março de 2020. Sendo assim, informamos que recebemos duas propostas, uma do BRB SERVIÇOS (37825188) e uma da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (37825296). Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 30/03/2020, às 17:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 30/03/2020, às 17:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37825387** código CRC= **2B726E29**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À GEPP/SUAG/SES, com vistas à GEAQ/DAESP/SUAG, para acompanhamento.

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Ressalte-se o disposto no Despacho (37825387), exarado pela Gerência de Aquisições Especiais, no qual expõe:

"Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 349 (37510147) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37547368) até as 15 horas do dia 30 de março de 2020. Sendo assim, informamos que recebemos duas propostas, uma do BRB SERVIÇOS (37825188) e uma da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (37825296). Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo."

Nesse sentido, encaminha-se os autos para a GEPP/DIAQ/SUAG/SES, solicitando realizar Pesquisa de Preço, na sequência, devolver os autos para a GEAQ/DAESP/SUAG/SES, com vistas a solicitar a documentação das empresas que apresentaram propostas.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 30/03/2020, às 17:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

verificador= **37842890** código CRC= **1EA7CB0D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37842890



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Instrução para Aquisição
Gerência de Pesquisa de Preços

Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À SAIS/DIASF

Foram realizadas pela GEPP/DIAQ pesquisas preços de atas públicas no Compras Governamentais (DW-SIASG), disponível em <https://dw.comprasnet.gov.br>, em conformidade com o inciso II do Artigo 8º da Portaria SEPLAG Nº 514 de 16/11/2018.

Ressaltamos que compete à área técnica analisar o descritivo constante no Edital e emitir parecer quanto a compatibilidade do descritivo com o objeto em tela.

Informamos disponibilizamos a Pesquisa de Preços (37850771) em bloco de assinatura, para avaliação e emissão Parecer Técnico.

Por fim, pós emissão de Parecer Técnico, solicitamos retornar os autos à GEPP/DIAQ para prosseguimento da aquisição.

LEONARDO PEREIRA DA SILVA

Gerência de Pesquisa de Preços

Gerente



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA - Matr.1690644-6, Gerente de Pesquisa de Preços**, em 30/03/2020, às 19:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37851254** código CRC= **21F1E387**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37851254

Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

Com vistas à **GEPP/DIAQ/SUAG/SES**

Diogo de Amorim Barros

Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8**, **Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 31/03/2020, às 16:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37905728** código CRC= **646307E9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37905728



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

A SES/SUAG/DIAQ/GEPP,

Sr. Gerente,

Segue, conforme sua solicitação no despacho retro 37851254, o parecer técnico do Farmacêutico e Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica para as propostas anexadas, até a presente data.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos, que por ventura forem necessários.

Atenciosamente,

Samara Furtado Carneiro
Diretora de Assistência Farmacêutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 31/03/2020, às 16:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37912747** código CRC= **F4014D85**.

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37912747

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

À GEPP/DIAQ

Trata-se de registros de aquisições pesquisados no data warehouse dos sistemas de Compras Governamentais DW-SIAG (disponível em <https://dw.comprasnet.gov.br>, em conformidade com o inciso II do Artigo 9º da Portaria SERAG Nº 514 de 16/11/2018 (Doc 3410_2380223).

Os registros pesquisados foram encaminhados à DIASF, que emitiu parecer técnico referente à compatibilidade do descritivo com o objeto em tela.

Anexo 1 - Comparação do descritivo com o objeto em tela.																									
Identif Item Compra	PREGÃO	Cod URResp Compra	URResp Compra	UF URResp Compra	Esfere URResp Compra	Código Material Serviço	Material Serviço	Descr Compil Item Compra	Modalidade Compra	CPF/CNPJ Fornecedor	Nome Fornecedor	Fabric Material Compra	Dia Resultado Compra	Dia Homologação Compra	Dia Assinatura Ata SRP	Unidade Fornecedor	Porte do Fornecedor	Dde Compra em	Valor Unitário Homologado	Valor Total Homologado	Descrição da Ata	Parecer Técnico			
020001050000420180000100004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDENTE DE TELECOMUNICAÇÕES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 Jan 18	01 Jan 00	PROFISSIONAL	Outros	8	49.013,40	392.107,20	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
020001050000420180000200004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ENCARREGADO DE TURMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 Jan 18	01 Jan 00	PROFISSIONAL	Outros	2	77.207,64	154.415,28	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
020001050000420180000300004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SUPERVISOR DE PÓS-ATENDIMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 Jan 18	01 Jan 00	PROFISSIONAL	Outros	2	80.852,76	161.705,52	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
020001050000420180000400004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 Jan 18	01 Jan 00	PROFISSIONAL	Outros	4	92.485,92	369.943,68	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
070005050001620190000100016201970005			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO	MA	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO RECEPTIVO E ATIVO NO TRE-MA NAS DEPENDÊNCIAS DA OUVIDORIA REGIONAL ELEITORAL (ANO ELEITORAL) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO SERÃO REALIZADOS POR EMPREGADOS DA CONTRATAÇÃO, ORGANIZAÇÕES E CAPACITADAS EM POSTOS DE TRABALHO, OBJETIVANDO A ORIENTAÇÃO DOS USUÁRIOS EXTERNOS QUE ACESSAM AS INFORMAÇÕES E SERVIÇOS PRESTADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DO MARANHÃO E, INCLUSIVE, DOS USUÁRIOS INTERNOS DO TRE-MA E SUAS UNIDADES. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A CLIENTES ENVOLVE A ALOCAÇÃO, PELA CONTRATAÇÃO, DE MÃO DE OBRA CAPACITADA PARA: A) REALIZAR O ATENDIMENTO RECEPTIVO ATIVO TELEF	Pregão	01232642000189	IMP CAR LOCAÇAO E SERVICOS LTDA		16 Ago 2019	16 ago 19	01 Jan 00	ANUAL -ANO ELEITORAL	Outros	1	135.420,60	135.420,60	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
0700070500006520170000100065201770007			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ	CE	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEATENDIMENTO, PARA A INSTALAÇÃO DE POSTOS DE OPERADORES DE TELEMARKETING, A FIM DE PRESTAR INFORMAÇÕES ELEITORAIS VIA TELEFONE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Pregão	7653312000158	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI		02 Jan 2018	02 Jan 18	01 Jan 00	VALOR TOTAL BIENAL	Outros	1	854.186,07	854.186,07	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
0700170500008020170000100080201770017			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DE OPERADORES DE TELEATENDIMENTO E DE ENCARGADO DE TELEATEN OMENTO PARA ATUAR EM CENTRAL DE ATENDIMENTO DO TRE/RJ, DEMAS ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESTÃO CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1 DO EDITAL.	Pregão	08491163000128	RIO MNAS - TERCEIRIZACAO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA		22 Jan 2018	22 Jan 18	01 Jan 00	SERVIÇO	Outros	1	789.994,93	789.994,93	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
1791020500001201900001000012019179102			EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - DF	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	OPERADOR DE TELEATENDIMENTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA A, ANEXO DO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI		21 Fev 2019	21 fev 19	01 Jan 00	POSTOISEMESTRE	Outros	24	19.861,08	476.665,92	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
1791020500001201900002000012019179102			EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - DF	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	MONITOR DE TELEATENDIMENTO, PRESTADOS NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI		21 Fev 2019	21 fev 19	01 Jan 00	POSTOISEMESTRAL	Outros	3	22.299,30	66.897,90	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
1791020500001201900003000012019179102			EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - DF	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SUPERVISOR DE TELEATENDIMENTO, PRESTADOS NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI		21 Fev 2019	21 fev 19	01 Jan 00	POSTOISEMESTRAL	Outros	1	27.218,88	27.218,88	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
1930990500023201700001000232017193099			MA-IBAMA - DEFIND	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTACT CENTER - PLANEJAMENTO, IMPLANTACÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO (BAMA, OBJETIVANDO O ATENDIMENTO TELEFONICO AOS USUÁRIOS EM AMBITO NACIONAL, OS QUAIS USUÁRIOS E PODERÃO USUFRUIR DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO IBAMA DE FORMA ATIVA E ATIVO, NAS FORMAS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICA, HUMANA E MULTIMÍDIAS, ABRANGENDO INSTALAÇÕES FÍSICAS, INFRAESTRUTURA DE ENGENHARIA DE REDES LOCAIS DE COMPUTADORES E	Pregão	24935454000112	TELLUS INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA		21 Fev 2018	21 fev 18	27 fev 18	UNIDADE	Outros	1	5.198.424,00	5.198.424,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	

[illegible]

Proc 00060-00176774-20																					
2001160500014201900020000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	1368869500012016	PLUMA TERCERIZACAO ERELI	01 Out 2019	01 out 19	02 nov 19	UNIDADE	MPE	12	5.150,00	61.800,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900021000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	4.404,00	52.848,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900022000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	4.100,00	49.200,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900023000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	5.330,00	63.960,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900024000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	5.200,00	62.400,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900025000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	24	2.910,00	69.840,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900026000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	36	2.910,00	104.760,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900027000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	24	3.030,00	72.720,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
2001160500014201900028000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE ERELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	3.210,00	38.520,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
200121305000072019000001000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15), DAS 07H00 AS 13H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - ERELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	6	39.471,00	236.826,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
200121305000072019000002000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15), DAS 13H00 AS 19H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - ERELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	6	39.471,00	236.826,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
200121305000072019000003000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15), DAS 19H00 AS 01H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - ERELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	2	44.178,00	88.356,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
200121305000072019000004000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: SUPERVISOR DE TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15), DAS 01H00 AS 07H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - ERELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	2	45.186,00	90.372,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
200121305000072019000005000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: SUPERVISOR DE TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15), DAS 07H00 A S 13H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - ERELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	1	44.076,00	44.076,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
200121305000072019000006000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15), DAS 13H00 AS 19H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - ERELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	1	44.076,00	44.076,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
51200605000052019000001000052019512006	COORDENACAO GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, COMPREENDENDO ATENDIMENTO TELEFONICO HUMANO, CONSULTA A BANCO DE DADOS INFORMATIZADO, BEM COMO FORNECIMENTO E REGISTRO DE INFOR MACOES AO USUARIO, INCLUINDO A DISPONIBILIZACAO DE INFRAESTRUTURA FISICA, NSU MOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESTRATEGICOS E AS DIRETIVAS CORPORATIVAS DO INSTITUTO, CONFORME CONDICÖES, QUANTIDADES E EXIGENC IAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.	Pregão	01159435000142016	PROVIDER SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL)	08 Out 2019	08 out 19	01 jan 00	SERVIÇO	Outros	1	98.700.000,00	98.700.000,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
78000005000008201900014000082019780000	COMANDO DE OPERACOES NAVIAS	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO (BANCO DE TI)	Pregão	17363774000182016	TECHNOLOGY SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA	22 Out 2019	22 out 19	25 out 19	UTS	Outros	10	1.000,00	10.000,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo
						ATENDIMENTO GENERALISTA MULTITCANAL												O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acesso Processo

810005050003201900001000032019810005	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEFÔNICO, SMS, APLICAÇÃO INTERNET, REDES SOCIAIS NAS MODALIDADES ASSISTIDA E AUTOMATIZADA.	Pregão	24913412000189	BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	15 Out 2019	15 out 19	01 jan 00	UNIDADE	Outros	10.425.9002,77	28.921,44.	Serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	
810005050003201900002000032019810005	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO ESPECIALISTA MULTICANAL (TELEFÔNICO, SMS, APLICAÇÃO INTERNET, REDES SOCIAIS) NAS MODALIDADES ASSISTIDA E AUTOMATIZADA.	Pregão	24913412000189	BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	15 Out 2019	15 out 19	01 jan 00	UNIDADE	Outros	2.606.550	4,86	12.655.582,22	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
810005050003201900003000032019810005	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO MULTICANAL (TELEFÔNICO, SMS, APLICAÇÃO INTERNET, REDES SOCIAIS) NAS MODALIDADES ASSISTIDA E AUTOMATIZADA.	Pregão	24913412000189	BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	15 Out 2019	15 out 19	01 jan 00	UNIDADE	Outros	762.150	12,81	9.764.360,94	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
9198180500055201700001000552017919818	BOA VISTA ENERGIA S/A	RR	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM GESTÃO DA OPERAÇÃO E DA QUALIDADE, PLANEJAMENTO, OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PROJETO, IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E OPERACIONAL, PARA ATENDIMENTO DE CONSUMIDORES EM GERAL, COM COBERTURA DE TODA A ÁREA DE RESPOSTA E INSTALAÇÃO DA BOA VISTA ENERGIA S/A, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE TELEATENDIMENTO ATIVO E RECEPTIVO (CALL CENTER), NA FORMA HUMANA E ELETRÔNICA, INCLUSIVE SMS, E ATENDIMENTO MULTICANAL (WEBS (INTERNET, E-MAIL, ETC.), COM DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E MATERIAL PERMANENTE, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS CONSTANTES DO ANEXO A DO EDITAL.	Pregão	05003257000110	CALL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	01 Mar 2018	01 mar 18	01 jan 00	SERV	Outros	1	5.172.061,00	5.172.061,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
9261420500006201800001000062018926142	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	DF	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALL CENTER, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (FÍSICA E LÓGICA) NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS CONSTANTES DO ANEXO A DO EDITAL.	Pregão	1046267000107	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI	29 Mai 2018	29 mai 18	01 jan 00	UNIDADE	Outros	1	3.847.507,92	3.847.507,92	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
9263770500075201800001000752018926377	COMPANHIA AGUAS DE JOINVILLE	SC	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	SERVIÇO DE CONTACT CENTER MULTICANAL, NAS MODALIDADES DE TELE ATENDIMENTO (ATIVO E RECEPTIVO) NA FORMA HUMANA E ELETRONICA, ATENDIMENTO VIA E-MAIL, APLICATIVOS DE MENSAGEM INSTANTANEA E MIDAS SOCIAIS, ESPECIFICAÇÕES CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA, AS EMPRESAS INTERESSAS AS DEVEM REGISTRAR NO SISTEMA COMPRASNET O VALOR GLOBAL DE SUA PROPOSTA, NO ENTANTO, A EMPRESA ARREMATANTE DEVERA ENCAMINHAR SUA PROPOSTA REAJUSTADA CONFORME E SUBITEM 8.1 DO EDITAL, CONTENDO OS VALORES UNITARIOS E TOTAIS DE CADA ITEM, BEM COMO O VALOR GLOBAL, ARREMATADO, CONFORME ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.	Pregão	02502520000128	ACCESS COBRANCA CONTACT CENTER LTDA	10 Out 2018	10 out 18	01 jan 00	MESES	MPE	24	59.583,33	1.429.999,92	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
92648305000084201700001000842017926483	SERVICO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC MG	MG	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ARREMATANTE DEVERA ENCAMINHAR SUA PROPOSTA REAJUSTADA CONFORME E SUBITEM 8.1 DO EDITAL, CONTENDO OS VALORES UNITARIOS E TOTAIS DE CADA ITEM, BEM COMO O VALOR GLOBAL, ARREMATADO, CONFORME ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.	Pregão	02455233000104	AEC CENTRO DE CONTATOS S/A	13 Mar 2018	13 mar 18	01 jan 00	SERVICO	Outros	1	1.433.771,00	1.433.771,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
926690050000720180000100072018926690	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RJ	RJ	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	O VENCEDOR DA LICITAÇÃO DEVERA DISPONIBILIZAR 04 (QUATRO) OPERADORES (AS) PARA QUE PRESTEM O SERVIÇO DE CALL CENTER ATIVO/RECEPTIVO PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS DOS INSCRITOS E 01 (UM) SUPERVISOR(A) DOS TRABALHOS A SEREM EXECUTADOS, OS SERVIÇOS OBJETO DEVERÃO SER PRESTADOS EM EDIFICAÇÕES, ESTRUTURAS E TECNOLOGICAS PRÓPRIAS DA CONTRATADA, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, VISANDO GARANTIR UMA COMUNICAÇÃO MAIS RÁPIDA E EFICIENTE ENTRE AS PARTES, INSTALADAS EM ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO, CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA Nº 17 - OS SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS DE SEGUN	Pregão	22148707000182	SPEEDMAIS SOLUCOES LTDA	22 Ago 2018	22 ago 18	01 jan 00	SERVICO	Outros	1	42.400,00	42.400,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
9351000500021201700001000212017935100	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A	RO	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM GESTÃO DA OPERAÇÃO E DA QUALIDADE, PLANEJAMENTO, OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PROJETO, IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E OPERACIONAL, PARA ATENDIMENTO DE CONSUMIDORES EM GERAL, COM COBERTURA DE TODA A ÁREA DE CONCESSÃO DA EMPRESA ELÉTRICAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, POR MEIO DE FORNECIMENTO DE TELEATENDIMENTO ATIVO E RECEPTIVO (CALL CENTER)	Pregão	05003257000110	CALL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	19 Jan 2018	19 jan 18	01 jan 00	UNIDADE	Outros	1	12.123.948,72	12.123.948,72	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
943001050068920190000100689201943001	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	CE	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO TELEFÔNICO REALIZADO POR HUMANO - CHAMADAS RECEPTIVAS	Pregão	16853728000104	IMPERATRIZ TELE SERVICOS LTDA	03 Fev 2020	03 fev 20	01 jan 00	LEGACÃO	Outros	1.980.000	2,30	4.559.940,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo
						ATENDIMENTO TELEFÔNICO											O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado	Baixar Edital	Alta do Pregão	Acessar Processo	

Dec. 581/GOE 37927389



Gerência de Pesquisa de Preços <gepp.diaq@gmail.com>

Solicitação de planilha de composição de custos.

1 mensagem

Gerência de Pesquisa de Preços <gepp.diaq@gmail.com>

1 de abril de 2020 15:07

Para: ggecom@brbservicos.com.br, ggerbi@brbservicos.com.br, diope@brbservicos.com.br

Sr.(a) representante,

Solicitamos a gentileza de nos enviar **planilha de composição de custos** para fins de comprovação de preços do Serviço especificado no Projeto Básico, em anexo.

Ressaltamos que, a sua colaboração é de suma importância para o bom andamento dos processos de aquisições desta secretaria. Com a sua colaboração conseguimos dar celeridade aos processos, e o fiel cumprimento da legislação pertinente.

- Para que sua cotação tenha validade é necessário seguir alguns procedimentos:
- Papel timbrado ou identificação legível da empresa;
- Valor Unitário, Valor Total por Item, valor Total por Lote (quando aplicável) e Valor Global da Proposta;
- Prazo de Validade da Proposta: não inferior a 90 dias;
- A unidade de fornecimento deverá ser o mesmo do Termo de Referência/Projeto Básico;
- Frete CIF;
- Data e assinatura

Solicito ainda, enviar proposta em nome da Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal - CNPJ 00.394.700/0001-08.

Obs: Caso não seja possível o envio de proposta até a data solicitada , favor nos informar por e-mail.

Atenciosamente,

LEONARDO PEREIRA DA SILVA

GEPP/DIAQ/SUAG/SES

Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal

CNPJ:00.394.700./0001-08



PB - SEI_00060_00109204_2020_43.pdf

235K

À

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATT. SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IOHAN ANDRADE STRUCK

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação – Emergencial SRP nº 00060-00170460/2020-04

Proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no CNPJ nº 04.099.848/0001-05 estabelecida na Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de R\$ 23.595.187,02 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e dois centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM						
ITEM	DESCRIÇÃO	QNT Total	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviços	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17	R\$ 23.595.187,02

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias



Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Declaramos, que todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço.

Curitiba, 30 de março de 2020.



ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.
Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Proposta BRB SERVIÇOS Nº 20032020

Brasília, 20 de março de 2020

À
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar
Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto
CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Processo SES 00060-00107460/2020-04

Proposta que faz a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80 estabelecida na Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, para Dispensa de Licitação, para Contratação, em caráter emergencial, de empresa para prestação de serviços especializados de central telefônica ativa e receptiva, para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

A contratação se justifica pelos Decretos Nºs 40.475/20, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, e no 40.520/20, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; no perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF), compreendido essencialmente por pessoas pertencentes ao grupo de risco, ou seja,

1/4



pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes, além da suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo retro mencionado decreto 40.520/20.

Nesse sentido, o objeto da presente contratação é plenamente atendido pelos objetivos sociais previstos no Estatuto da BRB Serviços que prevê, entre outras atividades, a prestação dos serviços de teleatendimento, bem como a prestação de serviços de gestão de processos de negócio, incluindo sistema tecnológico e logístico de transporte, nos termos do seu art. 4º, “*in verbis*”:

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

[...]

IV - Prestação de telesserviços, incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

[...]

VI – Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

1. Sistema tecnológico e logístico de transporte;

[...]

2/4

Portanto, no presente caso, a contratação da BRB Serviços por dispensa de licitação, nos termos dos dispositivos citados, se justifica pela emergencialidade imposta pela pandemia do COVID-19, amparada pelo fato de que a BRB Serviços possui objeto social compatível, bem como a necessária expertise para prestação dos referidos serviços.

Dessa forma, após análise criteriosa do Projeto Básico SEI/GDF – 37293085, para execução dos serviços emergenciais necessários, a BRB Serviços dimensionou projeto com as seguintes especificações:

- Central Telefônica - ativa e receptiva, com 26 (vinte e seis) postos de trabalho (desse total 1 posto de trabalho será destinado à Supervisão e os outros 25 postos ao atendimento/agendamento), com funcionamento de 12 horas (07h às 19H), para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) com sistema de agendamento. Essa central terá força de trabalho de 54 (cinquenta e quatro) funcionários (2 supervisores e 52 operadores de teleatendimento) com carga horária de 6 horas/dia cada, conforme estabelecido pela NR-17 e demais normas da categoria.
- Fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e acondicionamento dos medicamentos na quantidade de 7 Colaboradores (2 para cada unidade da Farmácia de Alto Custo e 1 Encarregado Operacional) para a separação e acondicionamento dos produtos;

3/4

- Operação logística por empresa especializada, devidamente licenciada para armazenamento e transporte de medicamentos, seguro dos medicamentos, colaboradores treinados com frota própria autorizada pela ANVISA e adequados à distribuição dos medicamentos, na quantidade necessária para realização das cerca de 33 mil entregas por mês.

O valor global da presente proposta, para execução dos serviços pelo prazo de 180 dias, é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) – R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos) mensais.

Nos preços apresentados estão inclusas todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

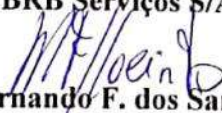
PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

Item	Descrição	Quant Total	Unid.	Valor Mensal	Valor Total 6 meses
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos	6 meses	Serviço	R\$ 1.802.625,06	R\$ 10.815.750,36

medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).				
Valor total Mensal: R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos).				
Valor Global (6 meses): R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).				

Atenciosamente,

BRB Serviços S/A


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente



PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO 1 - REMUNERAÇÃO DA MÃO DE OBRA

REMUNERAÇÃO DA MÃO DE OBRA

Inicial

I	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE	P. UNITÁRIO (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	Operador de teleatendimento I	U.N	52	R\$ 1.377,06	R\$ 71.607,12
2	Supervisor de Operações I	U.N	2	R\$ 2.216,46	R\$ 4.432,92
Total Remuneração				R\$	76.040,04

GRUPO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

2.1 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS				%	Valor (R\$)
A	13º Salário			8,33%	R\$ 6.334,14
B	Adicional de Férias			2,78%	R\$ 2.113,91
TOTAL DO SUBGRUPO 2.1				11,11%	R\$ 8.448,05

2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIARIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				%	Valor (R\$)
A	INSS (Lei 12.546/2011.)			20,00%	R\$ 15.208,01
B	SESI OU SESC			1,50%	R\$ 1.140,60
C	SENAI OU SENAC			1,00%	R\$ 760,40
D	INCRÁ			0,20%	R\$ 152,08
E	SEBRAE			0,60%	R\$ 456,24
F	Salário Educação			2,50%	R\$ 1.901,00
G	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/RAT			4,25%	R\$ 3.232,92
H	FGTS			8,00%	R\$ 6.083,20
TOTAL DO SUBGRUPO 2.2				38,05%	R\$ 28.934,45

2.3 - BENEFÍCIOS MENSAS E DIÁRIOS				%	Valor (R\$)
A	Vale Transporte (¹)				R\$ 8.287,57
B	Vale Alimentação/Refeição(²)				R\$ 33.259,00
C	Assistência Médica	54	R\$ 120,00	R\$	6.480,00
D	Assistência Odontológica	54	R\$ 15,00	R\$	810,00
E	Seguro de Vida	54	R\$ 5,00	R\$	270,00
F	Cesta Básica				R\$ -
G	Auxílio Funeral	0			R\$ -
H	Auxílio Creche	0			R\$ -
J	Ações Motivacionais	0			R\$ -
K	Treinamento e Reciclagem	0			R\$ -
L	Ginástica Laboral	0			R\$ -
L	Pão e Leite	0			R\$ -
TOTAL DO SUBGRUPO 2.3					R\$ 49.106,57

RESUMO GRUPO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS				%	Valor unitário (R\$)
2.1 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS					R\$ 8.448,05
2.2 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES					R\$ 28.934,45
2.3 BENEFÍCIOS MENSAS E DIÁRIOS					R\$ 49.106,57
TOTAL DO GRUPO 2					R\$ 86.489,07

GRUPO 3 - PROVISÃO DE RESCISÃO

A	Aviso Prévio Indenizado		0,23%	R\$	174,89
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio		8,00%	R\$	6.083,20
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		4,00%	R\$	3.041,60
D	Aviso Prévio Trabalhado		0,15%	R\$	114,06
E	Incidência do submodulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado		38,05%	R\$	3.582,09
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		5,00%	R\$	3.802,00
TOTAL DO GRUPO 3					R\$ 16.797,84

GRUPO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS				%	Valor (R\$)
A	Férias		8,33%	R\$	6.334,14
B	Ausências legais		1,45%	R\$	1.102,58
C	Licença paternidade		1,00%	R\$	760,40
D	Ausência por acidente de trabalho		3,35%	R\$	2.547,34
E	Afastamento Maternidade		0,00%	R\$	-
TOTAL DO SUBGRUPO 4.1					R\$ 10.744,46

4.2 - INTRAJORNADA				%	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação		0,00%	R\$	-
TOTAL DO SUBGRUPO 4.2					R\$ -

RESUMO GRUPO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				%	Valor unitário (R\$)
4.1 AUSÊNCIAS LEGAIS				0,00%	R\$ 10.744,46
4.2 INTRAJORNADA				0,00%	R\$ -
TOTAL DO GRUPO 4					R\$ 10.744,46

GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA

A	INSTALAÇÃO CALL CENTER		1	R\$ 51.740,00	R\$ 51.740,00
B	TELEFONIA		1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
C	ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA		1	R\$ 905.280,00	R\$ 905.280,00
D	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (TECNOLÓGICOS)		0	R\$ -	R\$ -
E	SERVIÇOS DE TERCEIROS (MATERIAL E MÃO DE OBRA)		0	R\$ -	R\$ -
F	MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS		0	R\$ -	R\$ -
G	DIVERSOS		0	R\$ -	R\$ -
TOTAL DO GRUPO 5					R\$ 972.020,00

6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	11,00%	R\$ 127.830,06
B	Lucro	17,00%	R\$ 255.829,53
C	Tributos	14,25%	R\$ 256.874,07
C.1	PIS	1,65%	R\$ 29.743,31
C.2	COFINS	7,60%	R\$ 136.999,50
C.3	ISS	5,00%	R\$ 90.131,25
C.4	INSS	0,00%	R\$ -
TOTAL DO GRUPO 5			R\$ 640.533,66
QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			
A	GRUPO 1 - REMUNERAÇÃO DA MÃO DE OBRA	R\$	76.040,04
B	GRUPO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$	86.489,07
C	GRUPO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	16.797,84
D	GRUPO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	10.744,46
E	GRUPO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	972.020,00
F	GRUPO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	640.533,66
TOTAL (OS = ORÇAMENTO SINTÉTICO)			R\$ 1.802.625,06



Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Instrução para Aquisições
Gerência de Pesquisa de Preços

Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços
PROCESSO: 00060-00109204/2020-43

Item: 1	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários				
Quantidade	6				
Unidade de fornecimento	Mês				
CÓDIGO BR	20605				
Responsável Compra / Responsável Cotação	Fonte	Data Compra/Proposta	Quantidade	Preço Unitário	Preços Válidos
ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA	Proposta	20/mar/20	6	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17
BRB Serviços	Proposta	20/mar/20	6	R\$ 1.802.625,06	R\$ 1.802.625,06
Mediana		R\$			2.867.578,12
Valor Mínimo (-50%)		R\$			1.433.789,06
Valor Máximo (+50%)		R\$			4.301.367,17
Média Final		R\$			2.867.578,1150
Mediana Final		R\$			2.867.578,1150
Última Aquisição		Não localizado			
PREÇO DE REFERÊNCIA		R\$			1.802.625,06

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO –
PESQUISA DE PREÇOS**

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS VERIFICADOS		Sim/Não/Não se aplica	Documento SEI/Folha
PESQUISA DE PREÇOS			
1.	Utilizou preços de Notas Fiscais eletrônicas consultados no Painel de Mapa de Preço da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal-SEFAZ?	NÃO	
1.1.	Apresentou comprovante ou justificativa de ausência de preços do Painel de Mapa de Preço da SEFAZ?	SIM	38029097
1.2.	O relatório de Notas Fiscais eletrônicas está dentro da vigência de 90 dias, sendo consideradas as NFe emitidas em até 180 dias anteriores à data da pesquisa?	NÃO SE APLICA	
2.	Utilizou preços do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal?	NÃO	
2.1.	O relatório do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal possui requisitos mínimos como número da licitação, data de homologação, descrição do objeto, valor do item?	NÃO SE APLICA	
2.2.	Os preços do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal estão dentro da vigência de 12 meses da data da homologação?	NÃO SE APLICA	
2.3.	Apresentou comprovante ou justificativa de ausência de preços do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal?	SIM	38028931
3.	Utilizou preços públicos de licitações similares de demais órgãos?	NÃO	37850771
3.1.	Demais preços públicos possuem requisitos mínimos como número da licitação, nome do órgão responsável, UASG ou outro código de identificação, quando cabível, data de homologação, descrição do objeto, valor do item?	SIM	37850771
3.2.	Demais preços públicos estão dentro da vigência de 12 meses da data homologação?	NÃO SE APLICA	
3.3.	Apresentou comprovante ou justificativa de ausência de preços públicos dos demais entes?	SIM	37850771;38029097
	Utilizou preços do Atos do Registro de		

4.	Utilizou preços de Atas de Registro de Preço?	SIM	Proc 00060-00176774
4.1.	Atas de Registro de Preço possuem requisitos mínimos como fonte da pesquisa, número da Ata e/ou da licitação, data da publicação em Diário Oficial, data de homologação, prazo de vigência, descrição do objeto, valor do item?	NÃO SE APLICA	
4.2.	Atas de Registro de Preço estão dentro da vigência determinada?	NÃO SE APLICA	
5.	Utilizou contratos de entes públicos?	NÃO	
5.1.	Os contratos estão devidamente assinados por ambas as partes contendo no mínimo o número da licitação, nome do órgão contratante, nome da contratada, UASG ou outro código de identificação, quando cabível, data de assinatura, prazo de vigência, descrição do objeto, valor do item, e os respectivos termos aditivos?	NÃO SE APLICA	
5.2.	Os contratos estão dentro do prazo de vigência ou foram finalizados até 180 dias anteriores a data da pesquisa?	NÃO SE APLICA	
6.	Utilizou propostas de fornecedores do ramo?	SIM	(37825188;37825296)
6.1.	Os pedidos de cotação a fornecedores foram feitos formalmente, em prazo de resposta não inferior a 5 dias úteis? As propostas enviadas pelos fornecedores estão de acordo com o objeto, contendo a razão social e CNPJ da empresa, valor unitário e total, assinadas pelo responsável legal, com prazo de vigência e demais informações condizentes com o objeto que incidam no preço ofertado?	SIM	37383728;37547368;
6.2.	Emitiu no sitio da Receita Federal a Situação Cadastral do CNPJ dos fornecedores que apresentaram proposta?	NÃO SE APLICA	
6.3.	Os orçamentos dos fornecedores estão em plena vigência?	SIM	
7.	Apresentou Planilha Comparativa de Preços devidamente datada, assinada e identificada pelo servidor responsável (nome e matrícula)?	NÃO SE APLICA	
7.1.	O orçamento para aquisições e serviços, inclusive os insumos para terceirização de mão de obra, encontra-se detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	SIM	38028889
7.2.	Foram verificados se os lançamentos dos valores pesquisados e os cálculos na planilha comparativa de preços estão corretos?	SIM	38028889
	Foram excluídos do cálculo do valor de referência aqueles considerados		

7.3.	exorbitantes ou inexequíveis, conforme critérios fundamentados e descritos no processo?	SIM	38028889
7.4.	Para o cálculo do valor de referência, foram utilizados pelo menos três preços válidos?	SIM	38028889
7.4.1	No caso de pesquisa com menos de três preços válidos, foi apresentada justificativa?	SIM	38029097
7.5.	O resultado do valor de referência é o menor valor ou maior percentual de desconto obtido entre a média e a mediana final?	NÃO	38029097
7.6	Utilizou como valor de referência, de forma justificada, o menor dos preços ou o maior desconto obtido na pesquisa, sem a aplicação de tratamento estatístico?	SIM	38029097
8.	Utilizou, de forma justificada, outro parâmetro como fonte de pesquisa?	NÃO SE APLICA	
9.	Utilizou, de forma justificada, outro método para obter o valor de referência?	NÃO SE APLICA	



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA - Matr.1690644-6, Gerente de Pesquisa de Preços**, em 02/04/2020, às 15:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **38028931** código CRC= **05086C88**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Instrução para Aquisição
Gerência de Pesquisa de Preços

Relatório SEI-GDF n.º 552/2020 - SES/SUAG/DIAQ/GEPP

Brasília-DF, 02 de abril de 2020

Assunto: Pesquisa de Preços para definição de preço de referência.

À SUAG/DIAQ.

Senhor Diretor,

1. OBJETO

1.1. Trata o presente processo de **contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), conforme Projeto Básico (37293085).

1.2. Este relatório possui a finalidade de sugerir ao ordenador de despesas o preço de referência para a contratação em questão, que, por sua vez, auxiliará o julgador do certame quanto ao juízo de admissibilidade das propostas apresentadas, conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e Lei Distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015.

1.3. Os preços de referência sugeridos se embasaram em ampla pesquisa de preços realizada, cujos resultados se encontram relatados ao longo deste Relatório.

1.4. Em atenção ao art. 3 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, para a realização da pesquisa de preços foram observadas as especificações ou descrições do objeto a ser adquirido ou contratado e, sempre que possível, os seguintes fatores intervenientes no preço, dentre outros: I - o quantitativo total do objeto; II - a localização geográfica; III - a influência da sazonalidade no preço do objeto; IV - as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem, execução do serviço, formas de pagamento e garantias exigidas; V - marca e modelo solicitado, quando couber.

2. DAS FONTES PARA PESQUISA

2.1. Em atenção art. 7 da Portaria nº 514/2018, esta Gerência de Pesquisa de Preços - DIAQ/GEPP realizou consulta aos bancos de dados dos sistemas, conforme abaixo elencados:

2.2. [Painel de Mapa de Preços/GDF](#), não localizado.

2.3. [DW/SIASG \(ID: 37850771\)](#)

2.4. [Proposta de Fornecedores \(ID: 37825188;37825296\)](#)

2.5. Cumpre informar que, considerado diversas modalidades de licitação, para contratação em tela porém obtivemos **reduzida quantidade de dados que correspondam ao objeto em tela, o que inevitavelmente reduz a amplitude na análise desta DIAQ/GEPP, a fim de que o balizamento deste certame seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.** Cabe destacar que todos os resultados obtidos na presente estimativa foram avaliados pela área técnica responsável pela presente demanda no âmbito da SES-DF, como pode ser observado no Parecer Técnico (37905728) e (37927389).

2.6. Informa-se ainda que, após consulta ao Sistema de Nota Fiscal Eletrônica para pesquisa no Painel de Mapa de Preços do Distrito Federal, em atendimento ao Decreto Distrital nº 39.453/2018 e Portaria nº 514/2018 - SEPLAG, não foi possível aferir se os resultados obtidos tratam-se do mesmo objeto pleiteado.

2.7. Esclarecemos, que esta DIAQ/GEPP, realizou na presente data pesquisa de preços no Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal (<https://www.compras.df.gov.br/publico/>), no entanto não foram encontrados resultados que tratam-se do mesmo objeto do Termo de Referência SES/DF.

2.8. Esclarecemos ainda, que esta Secretaria possui uma Central de Compras própria, para aquisições de insumos e serviços alinhados com as atividades finalísticas, portanto considerando a presente aquisição se tratar de item relacionado às atividades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, foi realizada a busca por **Última Contratação feita por esta Pasta na presente estimativa**, porém, não localizamos registro de contratação anterior já que se trata de primeira contratação que se deu devido à crise mundial provocada por COVID-19.

3. CONCLUSÃO (ANÁLISE CASO A CASO)

3.1. Convém registrar que, embora tenhamos obtido poucas amostras de preços válidos, esta DIAQ/GEPP em sua análise não negligenciou o comportamento de preço para o referido serviço, buscando entender de forma coerente a característica de cada objeto, objetivando obter o preço de referência o mais atualizado possível, visando a viabilidade da contratação.

3.2. Para obtenção do valor de referência, aplicou-se a metodologia entabulada no Art.13 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453/2018. Primeiramente, calculou-se a mediana de todos os preços encontrados de acordo com a citada pesquisa. Após, identificou-se os valores que ficaram 50% superiores ou inferiores à mediana obtida e os mesmos foram subtraídos do cálculo referencial. Finalizados os cálculos citados, os dados resultantes foram submetidos a média e mediana, sendo que o menor preço entre as duas metodologias foi tomado como valor de referência, **no entanto devido à destoância entre as Propostas obtidas, o limitado número de fornecedores que Orçaram o serviço e ao exíguo prazo que esta GEPP/DIAQ dispõe para conclusão da pesquisa de preços**, foi utilizado o menor dos preços encontrados como referência, como pode ser observado na **Planilha Detalhada (ID:38028889)**.

3.3. Nesse sentido e diante de todos os cenários apresentados no presente Relatório, esta DIAQ/GEPP sugere que seja utilizado como Preço de Referência para os itens pleiteados, os valores discriminados na **Planilha Consolida de Pesquisa de Preços**, cujo valor global obtido é **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)**, conforme abaixo descrito:

Planilha CONSOLIDADA de Estimativa de Preços

PROCESSO: 00060-00109204/2020-43

ITEM	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA MENSAL	TOTAL POR ITEM
Item: 1	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Mês	6	R\$ 1.802.625,06	R\$ 10.815.750,36
TOTAL GERAL					R\$	10.815.750,36

3.4. Vale ressaltar que o preço de referência é um balizador para orientar o julgador do

certame, não devendo restringir a capacidade de negociação. De outro modo, o preço de referência é apenas o resultado de uma extensa pesquisa realizada por mais de uma área desta SES/DF que indica outras aquisições recentes, regulações de mercados, fabricantes, etc. Para otimizar o processo de aquisição, o julgador do certame não deve negligenciar este trabalho de pesquisa, e sim utilizá-lo para angariar dados quando da fase de negociação com os participantes da licitação.

3.5. Recomenda-se ainda, se possível, que quando da divulgação do presente certame as empresas que comercializam o produto/serviço sejam oficiadas, de forma a ampliar a concorrência da licitação, procedimento que se espera que seja capaz de resultar em preços mais vantajosos para esta pasta.

3.6. Informamos ainda que, em consonância com o Art. 20 da Portaria nº 514/2018, constam nos autos a **Lista de Verificação de Conformidade da Fase Interna da Licitação - Pesquisa de Preços (ID:38028931)**.

3.7. Pelo exposto, encaminha-se o presente documento para análise e superior deliberação quanto ao preço de referência estimado.

Respeitosamente,

LEONARDO PEREIRA DA SILVA

Gerência de Pesquisa de Preços

Gerente

De acordo. Encaminhe-se **À GEAQ/DAESP**, para prosseguimento.

Atenciosamente,

JADIR COSTA FILHO

Diretoria de Instrução para Aquisição

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **JADIR COSTA FILHO - Matr.1442826-1, Diretor(a) de Instrução para Aquisição**, em 02/04/2020, às 13:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA - Matr.1690644-6, Gerente de Pesquisa de Preços**, em 02/04/2020, às 13:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38029097** código CRC= **CF38041F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38029097



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Aquisições Especiais
Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

AO

GEO/DIOR/FSDF

Encaminha-se os autos a Vossa Senhoria solicitando alocação de recursos para o exercício financeiro de 2020.

Objetivo: Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Valor de: R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 02/04/2020, às 10:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 02/04/2020, às 11:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38030109** código CRC= **4B7FC072**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38030109



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Gerência da Central de Atendimento ao Cidadão

Atestado de Capacidade Técnica SEI-GDF n.º 1/2019 -
CODEPLAN/PRESI/GECAC

Brasília-DF, 10 de maio de
2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**, empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404/76, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que a instituiu, constituída por escritura pública, de 5 de dezembro de 1966, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 1966, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.046.060/0001-45, sediada no SAM, Projeção "H", Brasília-DF, declara para os devidos fins, que a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** (antiga BSB Administradora de Ativos S/A), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.875.569/0001-80, sediada no SCN Quadra 4 Bloco C, Asa Norte, Brasília — DF, através do Contrato emergencial nº 07/2012, assinado em 31 de maio de 2013, prestou os serviços abaixo descrito:

Objeto Contratual

Contratação de empresa especializada para fornecimento de uma solução global para a implantação, sustentação operacional e modernização continuada de uma Central Única de Atendimento ao Cidadão do Governo do Distrito Federal, envolvendo todos os recursos tecnológicos e humanos de alta complexidade, incluindo pesquisas e desenvolvimento de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com usuários através de multicanais (telefone, e-mail, chat, web, mídias sociais etc.) de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, parte integrante do presente processo.

Contrato com ANEXO UNICO

Serviço	Unidade	Quantidade
PA I – Esse PA utilizará operador Nível I para 06 horas de atendimento de segunda a sexta feira	PA	50
PA II - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a sexta feira, das 08 às 20h	PA	70
PA III - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriados, das 08 às 20h	PA	10
PA IV- Esse PA utilizará operador Nível I para 24 horas de atendimento	PA	05

de segunda a domingo, incluindo feriado		
PA V - Esse PA utilizará operador Nível II para 06 horas de atendimento de segunda a sexta-feira. "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	30
PA VI - Esse PA utilizará operador Nível II para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08 às 20h. "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	05
PA VII - Esse PA utilizará operador Nível II para 24 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	10
PA VIII - Esse PA utilizará operador Nível II para 06 horas de atendimento "Psicologia"	PA	04
PA IX - Esse PA utilizará operador Nível II para 12 horas de atendimento "Psicologia"	PA	04
PA X - Esse PA utilizará operador Nível II para 24 horas de atendimento "Psicologia"	PA	02
PA XI - Esse PA utilizará operador Nível III para 06 horas de atendimento - segunda a sexta-feira - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	20
PA XII - Esse PA utilizará operador Nível III para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08 às 20h - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XIII - Esse PA utilizará operador Nível III para 12 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XIV - Esse PA utilizará operador Nível III para 24 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XV - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, para recebimento de deficientes auditáveis e de fala, sendo equipada com todos os recursos de hardware.	PA	05

e software necessários para os recebimentos de chamadas de aparelhos telefônicos de texto. Terminal Telefônico para deficientes audíveis.		
PA XVI - Esse PA é composto somente da infraestrutura de atendimento sem a alocação de operador, para 12 horas de atendimento.	PA	40
PA XVII - Ligações atendidas utilizando o recurso de URA desenvolvidos para a realização de atendimento eletrônico	PA	40 mil



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE NAZARE MACEDO DOMINICI - Matr.0002314-0**, Assistente Técnico(a) de Administração, em 13/05/2019, às 13:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=22178393 código CRC= 81005870.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco H - Bairro Asa Norte - CEP 70620-080 - DF

3342-2265

00121-00000884/2019-71

Doc: SEI/GDF 22178393

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

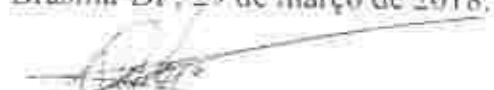

EMPRESA EMITENTE	
RAZÃO SOCIAL	BRB Banco de Brasília S/A
CNPJ	00.000.208/0001-00
ENDEREÇO	SBS QD 01, BLOCO E, Ed. Brasília, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.072-900
TELEFONE	61 30298741
SIGNATÁRIOS DA EMITENTE DO ATESTADO	
NOME	Tiago Coli Dantas
CARGO	Superintendente
Telefone	61 – 3412-9002
e-mail	supsucan@brb.com.br
NOME	Maria do Socorro do Nascimento Oliveira
CARGO	Gerente de Área
Telefone	61 – 3027-8741
e-mail	ggetel@brb.com.br

ATESTAMOS, para fim exclusivo de participação em licitação que a empresa BRB Serviços S/A, com sede à SCN Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o número 12.875.569/0001-80, presta serviços para a Central de Relacionamentos do Banco de Brasília S.A - BRB, desde o dia 17/07/2014 até o presente momento, nos termos dos contratos 2014/144 e 2016/145, e seus aditivos, conforme descrição do objeto abaixo:

Prestação de Serviços das atividades do Site da Central de Relacionamento para o Conglomerado BRB, no Distrito Federal, incluindo instalações físicas e lógicas necessárias, instalações prediais, infraestrutura de rede, estações de trabalho, rede local, manutenção, suporte dos equipamentos, recursos humanos, mobiliários, material de expediente e equipamentos necessários à execução de serviços, de teleatendimento receptivo, telemarketing ativo, atendimento multimeios e serviços de suporte à operação. Para a prestação dos serviços disponibilizam customização de solução de atendimento eletrônico, com consulta a banco de dados em web service e vocalização das respostas automáticas através da URA, fornecimento de solução de CRM - *Customer Relationship Management*, contemplando serviços de levantamento, modelagem e implementação do sistema, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

contemplando a execução baseada em níveis de serviços e utilização de recursos CTI (Computer Telephony Integration), gravação digital e solução de gestão de atendimentos em arquitetura web; com número de 150 (cento e cinquenta) posições de atendimentos, utilizando-se de processos baseados em normas de maturidade de Gestão, baseando-se na melhores práticas de mercado, para a gestão e entrega de resultados.

Brasília-DF, 29 de março de 2018.


Tiago Coli Dantas
Superintendente SUCAN
Maria do Socorro do Nascimento Oliveira
Gerente GETEL



BRB SERVIÇOS S.A

CNPJ: 12.875.569/0001-80



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores o Relatório da Administração 2019 e as Demonstrações Contábeis, com o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

1. Apresentação

A BRB Serviços S/A, empresa do Grupo BRB - Banco de Brasília S/A, cujas ações são 100% (cem por cento) pertencentes à BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A, com os seus novos eixos de negócios traçados a partir de 2019, tem por finalidade a prestação de serviços em telesserviços incluindo serviços de atendimento a clientes - SAC, teletendimento, atendimento presencial, telecobrança, telemarketing, contact center e outros serviços relacionados, serviços que envolvam tecnologia da informação, prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referente às rotinas de negócios ("back office"), terceirização de processos - BPO, gestão de sistemas logísticos, recuperação, avaliação e leilão de bens para o conglomerado BRB, empresas e órgãos da administração pública.

2. Desempenho Financeiro

Números do Resultado	2019	2018	%
Lucro Líquido	4.207.206	184.700	2177,86
Resultado Operacional	2.692.022	178.861	1405,09
Resultado Bruto	8.738.899	5.935.086	47,24
Receita Prestação de Serviços	28.289.166	22.937.430	23,33
Despesa de Pessoal	4.536.029	4.193.027	8,18

Quadro 1 - Números de Resultado

Indicadores de Resultado

Indicadores de Resultado	2019	2018
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)	51,22	10,24
Índice de Eficiência Operacional	90,48	99,22
Índice de Eficiência Total	110,52	100,79
Margem líquida	14,87	0,81

Quadro 2 - Indicadores de Resultado

Resultado

No exercício de 2019, a BRB Serviços alcançou Lucro Líquido de **R\$ 4.207.206**, crescimento de 2.178% frente ao igual período do ano anterior. Resultado nunca alcançado num montante de 10 anos de sua existência. Superando em **267,28%** o resultado orçado para o exercício. Reduzindo em **49,05%** os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Companhia realizou ações visando redução de custos, como negociações contratuais, trabalhou com o objetivo de firmar novos contratos traçados no plano de negócios 2019. Nesse trilha, destaca-se a internalização do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF, iniciado em novembro de 2019.



Resultado não recorrente 2019 R\$ 1.947.062

Constituição de crédito Tributário IRPJ/CSLL R\$ 2.688.927

O ano de 2019 foi da retomada do crescimento, uma nova era chegou para a BRB Serviços. Com a visão trazida pelo novo modelo de gestão, foi possível acreditar que toda a transformação seria alcançada e que o engajamento traria uma nova perspectiva. O novo modelo trouxe uma nova leitura de mercado e integração da BRB Serviços com todo o conglomerado.

Os resultados alcançados foram conquistados de forma sustentável, tendo como principais premissas: o trabalho em equipe, a meritocracia e o desenvolvimento profissional. O engajamento e motivação da equipe foram fundamentais durante todo o exercício.

A estruturação realizada trouxe a musculatura necessária ao desenvolvimento sustentável da BRB Serviços. As inovações tecnológicas pelas quais a empresa vem passando irá transformá-la e reposicioná-la, colocando-a dentre as melhores empresas do mercado, gerando novos negócios, novas receitas e demonstrando um crescimento exponencial se comparado a anos anteriores.

Esse modelo de gestão, focado em metas, com definições claras e objetivas traduzidas no novo planejamento estratégico, novos eixos de negócio, voltado para o desenvolvimento sustentável, estrutura organizacional, gestão de pessoas, eficiência operacional e governança, inserindo a BRB Serviços no conglomerado como empresa "estratégica", transformou a empresa.

Para o corpo funcional da BRB Serviços, 2019 foi o ano de acreditar no crescimento profissional e no encarecimento dentro da Companhia. Foi tempo de usar a camisa, dedicar-se aos projetos e orgulhar-se de pertencer à família BRB, todos unidos em um só objetivo, o crescimento da BRB Serviços.

Até o ano de 2019 a BRB Serviços atua apenas em: Recuperação de Crédito, Contact Center e Service Desk. A partir do segundo semestre de 2019, com a implantação do novo modelo de gestão, a Companhia expandiu suas atividades para tornar-se referên-

cia na Prestação de Serviços de Terceirização de Processos de Negócios (Business Process Outsourcing - BPO/BackOffice) e intensificar as atividades já exploradas, com foco no Governo do Distrito Federal e nas empresas do conglomerado BRB.

Nesse sentido foram traçados os novos eixos estratégicos de negócios da BRB Serviços, quais sejam:

- Telesserviços, Contact Center e Cobrança;
- Serviços de Tecnologia da Informação;
- Terceirização de Processos de Negócios (BPO/BackOffice);
- Gestão de Sistemas Logísticos.

Esses eixos estratégicos foram definidos a partir da elaboração de um novo Estatuto Social da empresa, conforme figura a seguir:



Faseado na definição dos eixos estratégicos, foram projetadas as Linhas de Negócios da BRB Serviços para o segundo semestre de 2019 e para o ano de 2020, conforme demonstrado abaixo:

- Central de Relacionamento e Contact Center - Prestação de serviços de centrais de relacionamento e Contact Center para o conglomerado BRB, órgãos e empresas que compõem o Governo do Distrito Federal - GDF;
- Créditos e Investimentos - Potencializar o oferecimento de créditos consignados, financiamentos, títulos de capitalização, seguros e demais produtos comercializados nas empresas do conglomerado BRB, nas Centrais de Relacionamento;
- Network Operations Center-NOC - Desenvolvimento de central de monitoramento de ativos, processos de negócios, gerenciamento, controle e monitoramento de rede, para obtenção de funcionalidade e performance em tempo real;
- Cobrança de créditos - Potencializar os serviços junto às empresas com a marca ERB, figurar como principal empresa de cobrança do conglomerado e GDF;
- Inteligência Artificial - Integração de IA em nossos serviços, com desempenho de funções via chatbot, automatização de processos, redução de custos, aumento de produtividade e análise comportamental.

- Backoffice - Crédito Habitacional - Gestão do processo de crédito habitacional do banco BRB, com suporte ao cliente em todas as etapas e posterior arquivamento de documentos;
- Backoffice - Cobrança BRB - Gestão do processo de cobrança do banco BRB e das demais empresas do conglomerado incluindo emissão de relatórios e análise de carteira;
- Microcrédito - Atuar como Agente de Negócios do produto de Microcrédito do Banco BRB;
- Cadastro - Gerenciamento, tratamento, higienização e enriquecimento de dados de bases cadastrais do banco BRB, de órgãos públicos e do GDF.

Além das linhas de negócios mencionadas, em novembro a BRB Serviços, em conjunto com o ERB - Banco de Brasília, assumiu a operacionalização dos Serviços de Bilhetagem Automática do transporte público do DF. Um grande desafio que envolveu toda a BRB Serviços e trouxe integração das equipes e consequente melhoria dos processos internos e aprimoramento, contribuindo para a perenidade da Marca e a construção de um novo BRB.

2019, o ano da transformação e ressonância do crescimento da BRB Serviços. Um ano de construção, de reinvenção, de inovação sob o ponto de vista de investimento em novas tecnologias, expansão dos eixos de negócios, revitalização e criação de serviços.

3. Clientes

Em 2019, a BRB Serviços potencializou seu resultado nas ações de recuperação de crédito solidificando, cada vez mais, a parceria com seus contratantes trazendo resultados expressivos, fruto de um trabalho contínuo, desenvolvendo habilidades e sendo cada vez mais protagonista e importante com a sua atuação frente às atividades exercidas.

Atualmente os clientes da Companhia são os seguintes:

ATIVOS S/A SEGURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Cobrança Extrajudicial:

Em 2019, foi recuperado R\$ 7.786.160. Uma evolução de 68,32% na recuperação de crédito quando comparados com o ano de 2018. Com isso, as metas contratuais foram atingidas e a participação no ingresso de carteira, em razão do resultado apresentado em 2019, enseja para 2020 uma maior participação na obtenção de mailing para recuperação de créditos, fomentando cada vez mais o contrato e aumentando as possibilidades de ingresso de receita para a Companhia.

Quando observamos o volume negociado em 2018, que foi de R\$ 7.494.916, geramos um valor recuperado de R\$ 4.625.690, com uma efetividade média de 63,61%.

Em 2019, houve uma significativa melhoria na performance. Negociamos R\$ 8.672.912, ou seja, R\$ 1.177.995 a mais que 2018 e recuperamos R\$ 7.786.160, um aumento de R\$ 3.160.470 em relação a 2018. Solidificando a parceria com o contratante e deixando a marca do grupo cada vez mais evidente no mercado.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A

Cobrança Extrajudicial:

A recuperação de crédito voltada para os produtos do Banco BRB, teve uma evolução significativa de 24,18% no ano de 2019, ou seja, chegamos a marca de R\$ 11.015.886,

superando a recuperação de 2018 e contribuindo de forma relevante para o conglomerado e para a BRB Serviços.

Como dito, a recuperação de crédito em 2019, figura em R\$ 11.015.886 contra R\$ 8.870.858 no ano de 2018.

Em 2019, negociamos R\$ 19.748.599 e apresentamos uma efetividade de média de 62,04%.

Central de Relacionamento BRB:

A Central de Relacionamento BRB é um dos canais mais importantes do banco, contribuindo de forma significativa para os resultados e atendimentos aos clientes. No ano de 2019, a CRBRB recebeu um total de 5.691.411 de ligações na URA, quando comparado com 2018 o número de acessos reduziu em 26,20%, o que representa 2.020.998 acessos a menos, tal redução trata-se de avanço tecnológico do Banco de Brasília e em inovações na forma de se comunicar com o cliente. A média mensal de acessos foi de 474.284. Foram transferidos para atendimento humano 12,44% do total de acessos realizados na URA, contabilizando 708.206 atendimentos personalizados.

Em 2019 o atendimento receptivo humano acompanhou a redução ocorrida nos acessos a URA, obtendo uma redução de 21,20% quando comparado ao ano de 2018. Esta redução representa o total de 190.505 ligações a menos que o ano anterior. Recebendo total de 708.206 ligações, com média mensal de ligações de 59.017 ligações.

As evoluções de tecnologia pelas quais o Banco passou em 2019, atreladas ao bom atendimento prestado pela central de relacionamento, são os principais fatores que justificam a redução no volume de chamadas.

SAC BRB

No atendimento SAC em 2019, foi recebido 42.767 ligações, onde foram atendidos 98,92% do total recebido, contabilizando 42.307 ligações.

No SAC foi percebida uma redução 20,20% no volume, devido a menor quantidade de reclamações realizadas na central, visto que mostramos uma constância na satisfação dos clientes, onde possuímos nota média de 96,28%, ou seja, um canal que demonstra excelência no atendimento.

Ativo CRBRB

A central CRBRB realizou 331.179 ligações ativas, com média mensal de 27.598 ligações/Mês.

Aplicações e Recomp CDB

Com o empenho realizado nos serviços de ativo e receptivo, a CRBRB no ano de 2019 realizou o valor de R\$ 55.504.452 em investimentos em aplicações CDB, e R\$ 39.254.176 em recompra.

CCV - Central de confirmação de vendas

Produto de confirmação de empréstimos realizado pelo ativo, onde no ano de 2019 foram realizadas 20.751 confirmações no valor de R\$ 258.598.983. Trabalho executado com excelência e dedicação da equipe de ativo.

As ações realizadas pelo ativo, contribuem de forma significativa com os resultados do Banco de Brasília, e demonstram a expertise da BRB Serviços no atendimento de investimento e empréstimo, sendo realizada por profissionais qualificados e com a certificação adequada ao tipo de serviço prestado, exemplo disso é a CPA-10.

SBA - Sistema de Bilhetagem

O Governo do Distrito Federal, por meio da Lei 6.334 de 19 de julho de 2019, incumbiu o BRB - Banco de Brasília, enquanto mecanismo de fomento do Distrito Federal (art. 144, § 1º, da LOFDE) da importante missão de gerir o Sistema de Bilhetagem Automática do transporte público coletivo do DF, atribuição antes conferida à estatal autarquia DFTtrans. O mesmo dispositivo legal possibilitou que a gestão delegada ao BRB fosse executada por meio de suas empresas coligadas.

A BRB Serviços passou a ser responsável pelas lojas do sistema bilhetagem automática, assumindo a contratação de 217 profissionais que são responsáveis pelo atendimento da grandeza, comercialização e informações tratadas na UCBA (unidade central de bilhetagem automática).

Com a migração dos serviços houve a necessidade de criar a central BRB Mobilidade para dar atendimento às necessidades dos usuários, tirando dúvidas, dando informações e registrando reclamações.

A BRB Serviços implantou o serviço da Central BRB Mobilidade no dia 28 de outubro de 2019, desde então a central já recebeu 11.715 ligações.

Como resultado das implantações do SBA, a BRB Serviços vem demonstrando excelência em suas atividades alcançando notas de avaliação excelentes. Além disso, vem trabalhando na melhoria contínua dos processos com a finalidade de contribuir com a redução de fraudes, melhorar a jornada e atendimento aos clientes do Distrito Federal.

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.

Cobrança Extrajudicial

Um contrato novo e promissor! Firmado em agosto de 2019, a prestação dos serviços de cobrança foi iniciada em setembro. Apesar de poucos meses de efetiva prestação, a carteira de recuperação já demonstra evolução mensal nos resultados, recuperando para a Financeira BRB cerca de R\$ 175.784.

Caminhando para um novo patamar, o contrato está sendo maturado a cada mês. Observamos que há evolução mensal de setembro a novembro nos valores recuperados e que dezembro ainda projeta um ascensão.

De setembro a dezembro, negociamos R\$ 722.648 e recuperamos R\$ 175.784, ou seja, uma efetividade média de 46,08%.

BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A

Central de Relacionamento, Service Desk e Sac Seguros

A Central de SAC Seguros no ano de 2019 recebeu 13.671 ligações, onde atendeu 98,82%, contabilizando 13.510 ligações atendidas no ano. Mantendo média de Nível de serviço em 97,05%.

A Seguros BRB com uma central de alto desempenho, onde todos os indicadores vem sendo cumpridos com excelência. A Central SAC Seguros também realizou 57.646 ligações ativas, onde 65% das ligações foram completadas, totalizando 37.643 ligações ativas completadas.

A Central SAC Seguros obteve nível de satisfação no ano de 2019 de 93,14%, com nota média de 92,96% mensal, mantendo o padrão de qualidade dos serviços ofertados aos nossos clientes, demonstrando a qualidade dos profissionais da BRB Serviços.

**BRB SERVIÇOS S.A**

CNPJ: 12.875.569/0001-80

**CARTÃO BRB S.A****Cobrança Extrajudicial**

Com metas de recuperação desafiadoras, a equipe de cobrança da BRB Serviços buscou e alcançou a superação coletiva. No ano de 2019, as metas contratuais foram superadas, em média, em 29,00%. Outro fator relevante, a recuperação de crédito da BRB Serviços para a BRB CARD representa o valor de R\$ 27.848.976 na carteira superior a 60 dias, um valor significativo e contribui sobremaneira para os resultados da BRB CARD e do BRB.

Central de Vendas

A central de vendas da BRBCARD atuou de forma significativa na entrega de resultados de venda e ativação de cartões, fruto de trabalho com foco, determinação e resultados. Se considerarmos o resultado/evolução das vendas de cartões da CENTRAL DE VENDAS BRB CARD em 2019 crescemos 158,29% comparado ao ano de 2018 e com relação a ativação crescemos 124,02% comparado ao mesmo ano, exemplo de eficiência e qualidade alcançada com a nova gestão.

Cartão Material Escolar - CME

Demandas da BRB CARD de atendimento sazonal ao cidadão do DF, executado pela central de vendas, essencial para o fortalecimento da relação entre o conglomerado BRB e o GDF. Os atendimentos ocorreram entre os meses de abril e junho de 2019, foram atendidas 100.531 ligações na URA e 8.706 no atendimento humano. Nesse período apoiamos a BRB CARD no atendimento e desbloqueio dos mais de 39 mil cartões do CME que contemplaram aproximadamente 65 mil alunos do ensino fundamental e médio, com o total de crédito disponibilizado de R\$ 19,9 milhões.

EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A.**Cobrança Extrajudicial**

O contrato iniciou em julho de 2018 e apresentou um valor recuperado de R\$ 688.577,51. Em 2019, foi recuperado R\$ 952.526,59, apresentando uma evolução de 38%. Em 2018, negociamos R\$ 162.916,45 e recuperamos R\$ 688.577,51, com uma efetividade média de 32,15%, e em 2019, negociamos R\$ 1.326.764,98 e recuperamos R\$ 952.526,59, gerando uma efetividade média de 75,11%.

4. Modernização Tecnológica

Em 2019 BRB Serviços realizou várias ações para auxiliar o potencial de crescimento dos serviços em todo o conglomerado BRB. No segundo semestre a diretoria da BRB Serviços foi renovada e demonstrou que a organização está na era de aprimorar os processos e alavancar os negócios.

Dentre as mudanças da empresa com inovações tecnológicas para o desenvolvimento, monitoramento, sustentabilidade e otimização dos serviços oferecidos na BRB Serviços para gerar resultados significativos se comparados a anos anteriores. Fortalecendo a visão da empresa em ser reconhecida como empresa de excelência no mercado com soluções inovadoras para o negócio e buscou recursos tecnológicos, dentre empresas conceituadas, para implementar os serviços de:

- Propensão a Pagamento - auxiliou o setor de cobrança a conhecer o perfil do cliente e elaborar estratégias para as ações de negociação e fortalecimento das políticas de recuperação de crédito;
- Ferramenta de Inteligência Artificial - Implementação estabelecendo estratégias para simular a capacidade do ser humano de raciocinar, perceber, tomar decisões e solucionar problemas através do aprendizado homem e máquina auxiliando na vantagem competitiva dos negócios de: atendimento ao cliente, cobrança, análise de mercado, vendas, segurança e outros;
- Omni Channel - A implementação do serviço de Omni Channel que potencializará a eficiência nos processos do Service Desk, cobrança e relacionamento com o cliente com a intenção de alcançar um crescimento exponencial nos negócios;
- A estrutura de Hiperconvergência foi adquirida no que há de mais novo no mercado tecnológico em configuração de cluster para ambiente de virtualização composta de servidores físicos (nós), balanceamento de serviços com alta disponibilidade e com redundâncias das informações, garantindo o contingenciamento dos serviços;
- Sistemas de Gestão de Documentos trata-se da organização de todo acervo documental da empresa para reduzir os custos com impressões, cópias e versões de documentos, através de todos seus recursos 100% digitais, é um modelo de negócio completamente sustentável, onde a empresa pode crescer seus negócios através de economia e sustentabilidade com foco em Gestão Arquivística, Digitalização, Mapeamento e automação de processos através de sistemas de Workflow e Guarda de Documentos.

Atuou ainda na infraestrutura de todo parque tecnológico para os postos e Central de Atendimento do projeto BRB Mobilidade com integração com a rede do banco BRB e sistema da SEMOB.

Central de Monitoramento NOC (Network Operations Center) foi implementada um central com funcionamento 24x7 com equipe altamente qualificada para o serviço de monitoramento do ambiente tecnológico.

5. Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas da BRB Serviços tem por finalidade propor soluções inovadoras e precisas relacionadas ao capital humano, que é o maior patrimônio da Companhia. As ações promovidas tiveram um papel crescente e fundamental no desenvolvimento e na renovação da cultura da Companhia, influenciando diretamente nas boas práticas de gestão com pessoas para o atingimento das metas.

A BRB Serviços trabalhou arduamente para a melhor integração entre os gestores, diretores e Conglomerado porque acredita que o sucesso no relacionamento é determinante para que se obtenha o melhor desempenho no atingimento das metas individuais.

As atividades rotineiras relacionadas à área, tais como: o recrutamento, a seleção, o treinamento, a remuneração e os benefícios são fundamentais para o bom andamento da Companhia. Entretanto, a qualidade de vida no trabalho, a satisfação do colaborador e o desenvolvimento individual são preocupações constantes no planejamento tático da nossa Organização. Por essa razão é que foram trabalhadas, desde que a nova gestão assumiu, políticas para garantir maior qualificação do quadro funcional, a fim de se buscar um maior comprometimento dos colaboradores no desempenho das suas atividades. Como resultado dessa preocupação, deu-se o início da implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, com foco no mérito de cada colaborador, remuneração atrativa, retenção de talentos e avaliação de desempenho considerando as melhores práticas de mercado.

A BRB Serviços está em constante crescimento e o principal desafio para T&D foi o de expandir os treinamentos para todos colaboradores em menor tempo hábil. Por isso foi

implantada em 2019 a plataforma EAD, a fim de otimizar e dar vazão aos treinamentos propostos.

Por se tratar de uma Companhia com funcionamento de 24 horas por dia e 07 dias por semana, a implantação da plataforma EAD potencializou os treinamentos aos colaboradores permitindo que se cumprisse o cronograma anual de treinamentos contratuais de 2019, além dos diversos treinamentos comportamentais.

Com isso, foram realizadas diversas atividades, totalizando 2.268 acessos aos cursos presenciais e EAD, 288 certificados emitidos para os cursos EAD, integração de 264 novos colaboradores.

6. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da companhia foi traçado com base na continuidade dos eixos de negócios estabelecidos pela gestão atual, em 2019.

Esse Planejamento Estratégico tem entre seus objetivos gerar rentabilidade e sustentabilidade à BRB Serviços. Em 2019 realizamos um lucro Líquido de R\$ 4.207.206, resultado nunca alcançado num montante de 10 anos de sua existência, dando continuidade ao trabalho satisfatório realizado em 2019 e ao plano de continuidade da empresa, buscando sempre novos negócios, como também a melhoria contínua na eficiência dos resultados dos contratos já existentes. Projetos em 2020 a virada dos resultados da BRB Serviços com a meta de resultado líquido de R\$ 4.411.538, eliminando assim no exercício de 2020, todo o histórico de prejuízos acumulados em exercício anteriores de R\$ 4.049.559.

Seguem os resultados a serem alcançados, traçados no Planejamento Estratégico e Orçamentário 2020-2024 posicionando e reafirmando a continuidade da empresa:

META	2020	2021	2022	2023	2024
RENTABILIZAR O CAPITAL PRÓPRIO	42,09%	43,30%	49,33%	46,33%	47,12%
LUCRO LÍQUIDO	4.411.538	6.061.730	7.851.748	9.887.174	10.361.219

O processo de reformulação do Planejamento Estratégico visa resultados a serem alcançados e perspectivas de crescimento da Companhia, observando a metodologia adotada pelo BRB - Banco de Brasília S.A, extensiva às empresas do conglomerado BRB, baseada nas perspectivas do Balanced Scorecard e por meio das seguintes Orientações Gerais de Negócios - OGN:

- I) Modernizar, digitalizar, simplificar, agilizar e automatizar nossos processos de negócios e de retaguarda;
- II) Lançar plataformas e canais de negócios digitais;
- III) Melhorar e aprofundar o relacionamento e o atendimento aos nossos clientes;
- IV) Conquistar novos clientes e diversificar a base atual;
- V) Realizar parcerias e alianças estratégicas para aumentar nossa capacidade de competir;
- VI) Aumentar a nossa eficiência operacional;
- VII) Fortalecer as estruturas de gestão de riscos, controles internos, governança e proteção de dados;
- VIII) Ser uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

A BRB Serviços entrará no ano de 2020 estruturada e pronta para concorrer no mercado com as demais empresas do segmento. Esse legado permanecerá e possibilitará a BRB Serviços de figurar como empresa estratégica dentro do conglomerado BRB.

7. Governança Corporativa

A transparência do processo decisório e seu regular funcionamento são determinantes para sustentabilidade das empresas, a BRB Serviços em aderência à Lei nº 13.303/2016, em consonância com a controladora e com as demais empresas do conglomerado, promove a melhoria contínua da sua governança corporativa.

A BRB Serviços está aderente à legislação vigente, bem como às melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pelo mercado.

A Companhia exerce suas atividades pautadas nos seguintes Eixos de Gestão:

Pessoas: inspirar e motivar a equipe com gestão de pessoas focada no encareceramento, liderança, capacitação, meritocracia, remuneração e reconhecimento;

Eficiência Operacional: buscar eficiência operacional e rentabilidade em todos os seus processos;

Desenvolvimento: desenvolver ações estratégicas focadas na sustentabilidade do empreendimento;

Estrutura: Estrutura organizacional para atender os novos negócios;

Governança, gestão de risco e controle: aprimorar os processos de prestação de contas, equidade, transparência e responsabilidade corporativa. Implantar a gestão de risco e o controle como responsabilidade de todos.

É importante destacar, também, que os processos de Governança e decisões Corporativas da Empresa são auditados pela Secretaria de Transparência do Governo do Distrito Federal, pelo Tribunal de Contas do DF, pela auditoria do Banco de Brasília BRB e por Auditoria Independente. Todos esses órgãos buscam assegurar transparência, responsabilidade, prestação de contas e controle da propriedade sobre a gestão dos atos formais da Empresa.

Atualmente, a Companhia tem sua Governança Corporativa composta da seguinte forma:

7.1. Conselho de Administração

Humberto José Teófilo Magalhães - Presidente

Wendell Feltosa Castro - Vice Presidente

Flávio Eduardo Arakaki - Conselheiro

7.2. Conselho Fiscal

Edvair Andrade de Souza - Presidente

Anderson Gustavo Torres - Conselheiro

Cetivaldo Elói Lima de Sousa - Conselheiro

7.3. Diretoria Colegiada

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto - Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues - Diretor de Controladoria, Administração e Finanças

Juliana Gonçalves Navarro - Diretora de Operações

Atualmente, a

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2020.

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto

Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues

Diretor de Controladoria, Administração e Finanças

Juliana Gonçalves Navarro

Diretora de Operações

BALANÇO PATRIMONIAL**EM 31.12.2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

ATIVO	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	8.772.897	3.543.528
CAIXAS E EQUIVALENTE DE CAIXA (NOTA 5)	4.297.347	1.425.240
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO (NOTA 6)	3.975.500	1.899.676
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 7 i)	110.831	56.317
IMPOSTOS A RECUPERAR (NOTA 7 ii)	249.665	223.223
DESPESAS ANTECIPADAS	4.457	9.540
DEPÓSITOS JUDICIAIS (NOTA 8)	135.097	129.532
NÃO CIRCULANTE	4.852.017	661.174
IMPOSTOS DIFERIDOS (NOTA 9)	2.688.927	-
IMOBILIZAÇÃO DE USO (NOTA 10)	2.123.293	600.060
Móveis e Equipamentos de Uso	3.472.216	1.778.299
Sistemas de Comunicação	23.901	23.901
Benefícios em Imóveis de Terceiros	18.000	3.540
(Depreciações acumuladas)	(1.390.823)	(1.205.680)
INTANGÍVEL (NOTA 11)	39.797	61.114
Direito de uso de software	649.714	649.714
(Amortizações acumuladas)	(609.918)	(588.600)
TOTAL	13.624.914	4.204.702

PASSIVO	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	5.404.130	2.394.801
OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS (NOTA 12)	1.331.924	215.297
Fornecedores	1.331.924	215.297
OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS (NOTA 13)	4.072.207	2.179.504
Obrigações Fiscais	413.146	252.522
Encargos, Salários e Benefícios	1.556.047	795.370
Créditos Diversos	98.092	88.828
Provisões	2.004.922	1.042.784
NÃO CIRCULANTE	6.814	6.814
PROVISÕES CONTINGENCIAIS (NOTA 14)	6.814	6.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15)	8.213.970	1.803.087
CAPITAL	12.263.529	10.659.852
De domiciliados no país	12.263.529	10.659.852
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(4.049.559)	(8.256.765)
Prejuízos Acumulados	(8.256.765)	(8.411.465)
Resultado do Exercício	4.207.206	184.700
TOTAL	13.624.914	4.204.702

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31.12.2019 E 2018
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31.12.2019	31.12.2018
Receita Operacionais	28.289.166	22.837.430
Receita de Comissões	31.445.756	25.340.333
Receita Canais	-	(4.138)
Deduções da Receita	(3.156.590)	(2.398.765)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (NOTA 16)	28.289.166	22.837.430
Custos dos Serviços Prestados (Nota 17)	(19.550.267)	(17.002.344)
Custo de Pessoal	(16.532.659)	(14.121.790)
Outros Custos	(3.017.308)	(2.880.554)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	8.738.899	5.835.086
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(6.044.877)	(5.756.225)
Despesa Pessoal (Nota 18)	(4.536.029)	(4.193.027)
Despesa Administrativas (Nota 19)	(1.505.848)	(1.616.541)
Despesa Tributárias	(82.188)	(48.188)
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	77.288	101.531
RESULTADO OPERACIONAL	2.692.022	178.961
Resultado Financeiro	40.666	42.225
Receita Financeiras	59.933	66.780
Despesa Financeiras	(19.267)	(24.555)
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	2.732.687	221.086
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (NOTA 21)	2.216.452	(36.386)
Contribuição Social	(127.065)	(13.995)
Imposto de Renda	(345.409)	(22.391)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 9)	2.688.927	-
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	(741.834)	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	4.207.206	184.700
Quantidade de ações	248.000,00	248.000,00
Lucro por ação	16,96	0,74

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31.12.2019 E 2018
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2017	10.059.852	(8.441.465)	1.618.387
Aumento de capital	-	-	-
Lucro do Exercício	-	184.700	184.700
Saldos em 31/12/2018	10.059.852	(8.256.765)	1.803.087
Aumento de capital	2.203.677	-	2.203.677
Lucro do Exercício	-	4.207.206	4.207.206
Saldos em 31/12/2019	12.263.529	(4.049.559)	8.213.970
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.203.677	4.207.206	6.410.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 50012020030200032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BRB SERVIÇOS		BRB SERVIÇOS S.A		GDF																																																																												
		CNPJ: 12.875.569/0001-80																																																																														
<p>Representam as comissões e outras receitas a receber em até 30 dias, referente aos serviços prestados pela BRB Serviços S/A. Para cada cliente é firmado um contrato de prestação de serviços pelos quais a Companhia, no exercício auferir receitas pela execução dos serviços. Em novembro de 2019, a BRB Serviços assumiu a gestão e operacionalização dos postos do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF e, mediante Acordo Operacional firmado com o BRB, recebe os repasses pertinentes à sua prestação de serviços.</p>																																																																																
<p>Nota 7 Outros Créditos</p> <p><i>i) Outros créditos</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adiantamentos e Antecipações Salariais</td> <td>109.131</td> <td>56.317</td> </tr> <tr> <td>Credores Diversos</td> <td>1.700</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>110.831</td> <td>56.317</td> </tr> </tbody> </table>							31.12.2019	31.12.2018	Adiantamentos e Antecipações Salariais	109.131	56.317	Credores Diversos	1.700	-	Total	110.831	56.317																																																															
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
Adiantamentos e Antecipações Salariais	109.131	56.317																																																																														
Credores Diversos	1.700	-																																																																														
Total	110.831	56.317																																																																														
<p><i>ii) Impostos a Recuperar</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRRF s/ aplicações financeiras</td> <td>33.463</td> <td>25.807</td> </tr> <tr> <td>IRRF s/ comissões</td> <td>144.505</td> <td>134.243</td> </tr> <tr> <td>ISS a compensar</td> <td>28.307</td> <td>28.307</td> </tr> <tr> <td>IRPJ saldo negativo</td> <td>13.725</td> <td>13.725</td> </tr> <tr> <td>CSLL retido s/ notas fiscais</td> <td>21.497</td> <td>21.141</td> </tr> <tr> <td>CSLL a recuperar</td> <td>8.168</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>249.665</td> <td>223.223</td> </tr> </tbody> </table>							31.12.2019	31.12.2018	IRRF s/ aplicações financeiras	33.463	25.807	IRRF s/ comissões	144.505	134.243	ISS a compensar	28.307	28.307	IRPJ saldo negativo	13.725	13.725	CSLL retido s/ notas fiscais	21.497	21.141	CSLL a recuperar	8.168	-	Total	249.665	223.223																																																			
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
IRRF s/ aplicações financeiras	33.463	25.807																																																																														
IRRF s/ comissões	144.505	134.243																																																																														
ISS a compensar	28.307	28.307																																																																														
IRPJ saldo negativo	13.725	13.725																																																																														
CSLL retido s/ notas fiscais	21.497	21.141																																																																														
CSLL a recuperar	8.168	-																																																																														
Total	249.665	223.223																																																																														
<p>Nota 8 Depósitos Judiciais</p> <p>Os depósitos judiciais, no montante de R\$ 135.097 (2018 - R\$ 129.532), referem-se a valores bloqueados e atualizados em conta corrente para garantia de ações civis, onde a Companhia é ré; Autor: EPS Engenharia, processos nº 2013.01.1.183093-0, e 2013.01.1.183104-2, que possivelmente será liberada a favor da BRB Serviços por constatação de excesso de penhora.</p>																																																																																
<p>Nota 9 Impostos Diferidos</p> <p><i>i) Resumo</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>IRPJ (Prejuízo Fiscal)</th> <th>CSLL (Base negativa)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31/12/2019</td> <td>7.941.010</td> <td>7.818.603</td> </tr> <tr> <td>Constituição de Crédito Tributário 31/12/2019</td> <td>1.985.253</td> <td>703.674</td> </tr> </tbody> </table> <p>Com base em estudo técnico realizado, apurou-se prejuízo fiscal acumulado de exercícios anteriores de IR, em R\$ 7.941.010 e base negativa da CSLL, em R\$ 7.818.603, até a data-base de 31.12.2019. O que gerou a constituição de crédito tributário de IR (aliquota 25%), R\$ 1.985.253 e CSLL (aliquota 9%), R\$ 703.674. Sendo possível o registro contábil em 2019, por não somente cumprir a primeira regra, ou seja, apresentar em pelo menos três dos últimos cinco exercícios resultados tributáveis para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, como também a apresentação de planejamento demonstrando a probabilidade e ocorrência e obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.</p>							IRPJ (Prejuízo Fiscal)	CSLL (Base negativa)	Saldo em 31/12/2019	7.941.010	7.818.603	Constituição de Crédito Tributário 31/12/2019	1.985.253	703.674																																																																		
	IRPJ (Prejuízo Fiscal)	CSLL (Base negativa)																																																																														
Saldo em 31/12/2019	7.941.010	7.818.603																																																																														
Constituição de Crédito Tributário 31/12/2019	1.985.253	703.674																																																																														
<p><i>ii) Estimativa da realização do crédito tributário</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Base Crédito Tributário</th> <th>Crédito Tributário</th> <th>% de Realização</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Projetado</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Crédito Tributário</td> <td>Saldo 31/12/2019</td> <td>2020</td> <td>2021</td> </tr> <tr> <td>Base Negativa CSLL</td> <td>(7.818.603)</td> <td>(703.674)</td> <td>25,78%</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo Fiscal IRPJ</td> <td>(7.941.010)</td> <td>(1.985.253)</td> <td>27,36%</td> </tr> </tbody> </table>							Base Crédito Tributário	Crédito Tributário	% de Realização	Projetado				Crédito Tributário	Saldo 31/12/2019	2020	2021	Base Negativa CSLL	(7.818.603)	(703.674)	25,78%	Prejuízo Fiscal IRPJ	(7.941.010)	(1.985.253)	27,36%																																																							
	Base Crédito Tributário	Crédito Tributário	% de Realização																																																																													
Projetado																																																																																
Crédito Tributário	Saldo 31/12/2019	2020	2021																																																																													
Base Negativa CSLL	(7.818.603)	(703.674)	25,78%																																																																													
Prejuízo Fiscal IRPJ	(7.941.010)	(1.985.253)	27,36%																																																																													
<p>Nota 10 Imobilizado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Taxa de depreciação</th> <th>Saldo em 31.12.2018</th> <th>Aquisições em 2019</th> <th>Baixas em 2019</th> <th>Saldo em 31.12.2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>10%</td> <td>915.444</td> <td>194.080</td> <td>-</td> <td>709.524</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10%</td> <td>183.492</td> <td>108.439</td> <td>-</td> <td>291.931</td> </tr> <tr> <td>Computadores e periféricos</td> <td>20%</td> <td>1.079.363</td> <td>1.391.339</td> <td>-</td> <td>2.470.701</td> </tr> <tr> <td>Sistema de Comunicação</td> <td>10%</td> <td>23.901</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>23.901</td> </tr> <tr> <td>Benefícios em Imóveis de terceiros (a)</td> <td>20%</td> <td>3.540</td> <td>14.460</td> <td>-</td> <td>18.000</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>1.805.740</td> <td>1.708.377</td> <td>-</td> <td>3.514.117</td> </tr> <tr> <td>(-) Depreciação Acumulada</td> <td></td> <td>(1.205.680)</td> <td>-</td> <td>(185.144)</td> <td>(1.390.823)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>600.060</td> <td>1.708.377</td> <td>(185.144)</td> <td>2.123.293</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) A taxa de depreciação referente à benfeitoria em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo de vigência dos contratos de aluguel.</p> <p>A Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável dos bens patrimoniais, não havendo necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável (impairment).</p> <p>A BRB Serviços S/A entende que a vida útil definida na legislação tributária está adequada ao reconhecimento da perda de valor dos bens por sua utilização.</p>							Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2018	Aquisições em 2019	Baixas em 2019	Saldo em 31.12.2019	Móveis e Utensílios	10%	915.444	194.080	-	709.524	Máquinas e equipamentos	10%	183.492	108.439	-	291.931	Computadores e periféricos	20%	1.079.363	1.391.339	-	2.470.701	Sistema de Comunicação	10%	23.901	-	-	23.901	Benefícios em Imóveis de terceiros (a)	20%	3.540	14.460	-	18.000	Total		1.805.740	1.708.377	-	3.514.117	(-) Depreciação Acumulada		(1.205.680)	-	(185.144)	(1.390.823)	Total		600.060	1.708.377	(185.144)	2.123.293																					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2018	Aquisições em 2019	Baixas em 2019	Saldo em 31.12.2019																																																																											
Móveis e Utensílios	10%	915.444	194.080	-	709.524																																																																											
Máquinas e equipamentos	10%	183.492	108.439	-	291.931																																																																											
Computadores e periféricos	20%	1.079.363	1.391.339	-	2.470.701																																																																											
Sistema de Comunicação	10%	23.901	-	-	23.901																																																																											
Benefícios em Imóveis de terceiros (a)	20%	3.540	14.460	-	18.000																																																																											
Total		1.805.740	1.708.377	-	3.514.117																																																																											
(-) Depreciação Acumulada		(1.205.680)	-	(185.144)	(1.390.823)																																																																											
Total		600.060	1.708.377	(185.144)	2.123.293																																																																											
<p>Nota 11 Intangível</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Taxa de amortização</th> <th>Saldo em 31.12.2018</th> <th>Aquisições em 2019</th> <th>Baixas em 2019</th> <th>Saldo em 31.12.2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direito de Uso de Software</td> <td>20%</td> <td>649.714</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>649.714</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>649.714</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>649.714</td> </tr> <tr> <td>(-) Amortização Acumulada</td> <td></td> <td>(588.600)</td> <td>-</td> <td>(21.317)</td> <td>(609.917)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>61.114</td> <td>-</td> <td>(21.317)</td> <td>39.797</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável dos bens patrimoniais, não havendo necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável (impairment).</p>							Taxa de amortização	Saldo em 31.12.2018	Aquisições em 2019	Baixas em 2019	Saldo em 31.12.2019	Direito de Uso de Software	20%	649.714	-	-	649.714	Total		649.714	-	-	649.714	(-) Amortização Acumulada		(588.600)	-	(21.317)	(609.917)	Total		61.114	-	(21.317)	39.797																																													
	Taxa de amortização	Saldo em 31.12.2018	Aquisições em 2019	Baixas em 2019	Saldo em 31.12.2019																																																																											
Direito de Uso de Software	20%	649.714	-	-	649.714																																																																											
Total		649.714	-	-	649.714																																																																											
(-) Amortização Acumulada		(588.600)	-	(21.317)	(609.917)																																																																											
Total		61.114	-	(21.317)	39.797																																																																											
<p>ment). A BRB Serviços S/A entende que a vida útil definida na legislação tributária está adequada ao reconhecimento da perda de valor dos bens por sua utilização.</p>																																																																																
<p>Nota 12 Obrigações com Terceiros</p> <p>Corresponde a prestações de serviços e compras a prazo e/ou parceladas referentes a materiais de uso e consumo adquiridos.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>D&M Serv. e Loc. de Equipamento de Infor. Ltda-Me</td> <td>4.181</td> <td>2.758</td> </tr> <tr> <td>Krista Tecnologia Ltda</td> <td>21.799</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dialtech Telecomunicações e Sistemas Ltda</td> <td>9.313</td> <td>8.025</td> </tr> <tr> <td>Gigapapelaria e Inform. Ltda</td> <td>1.645</td> <td>897</td> </tr> <tr> <td>Omni Comércio e Serviços Ltda</td> <td>10.562</td> <td>6.140</td> </tr> <tr> <td>Twow do Brasil S/A</td> <td>15.860</td> <td>23.822</td> </tr> <tr> <td>BSB Med. Seg. e Medicina do Trabalho Ltda</td> <td>2.659</td> <td>2.659</td> </tr> <tr> <td>Panificadora Panetutti Ltda</td> <td>3.219</td> <td>4.361</td> </tr> <tr> <td>Skaif Empreendimentos e Participações Ltda</td> <td>4.602</td> <td>4.290</td> </tr> <tr> <td>Centro Participações e Investimentos Ltda</td> <td>4.602</td> <td>4.289</td> </tr> <tr> <td>Microtécnica Informática Ltda</td> <td>22.312</td> <td>19.950</td> </tr> <tr> <td>Tigre Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda</td> <td>3.825</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Tovus S/A</td> <td>2.143</td> <td>2.143</td> </tr> <tr> <td>Stylos Engenharia Ltda</td> <td>85.000</td> <td>100.000</td> </tr> <tr> <td>Unitfour tecnologia da Informação Ltda</td> <td>415</td> <td>568</td> </tr> <tr> <td>House - Administração condominial Ltda</td> <td>21.362</td> <td>19.832</td> </tr> <tr> <td>Jhouver Engenharia Ltda</td> <td>-</td> <td>1.800</td> </tr> <tr> <td>Cofres SP Com. De Cofres e Móveis</td> <td>-</td> <td>10.250</td> </tr> <tr> <td>Frigelar Comercio e Industria Ltda</td> <td>11.618</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>99 Tecnologia Ltda</td> <td>4.541</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Connectx Serviços de Telecom. Ltda</td> <td>14.500</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ntsc Soluções em Telemática Ltda (a.1)</td> <td>1.083.333</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>4.433</td> <td>3.513</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.331.924</td> <td>215.297</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a.1) aquisição de solução de Infraestrutura hiperconvergente para o parque tecnológico da BRB Serviços.</p>							31.12.2019	31.12.2018	D&M Serv. e Loc. de Equipamento de Infor. Ltda-Me	4.181	2.758	Krista Tecnologia Ltda	21.799	-	Dialtech Telecomunicações e Sistemas Ltda	9.313	8.025	Gigapapelaria e Inform. Ltda	1.645	897	Omni Comércio e Serviços Ltda	10.562	6.140	Twow do Brasil S/A	15.860	23.822	BSB Med. Seg. e Medicina do Trabalho Ltda	2.659	2.659	Panificadora Panetutti Ltda	3.219	4.361	Skaif Empreendimentos e Participações Ltda	4.602	4.290	Centro Participações e Investimentos Ltda	4.602	4.289	Microtécnica Informática Ltda	22.312	19.950	Tigre Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	3.825	-	Tovus S/A	2.143	2.143	Stylos Engenharia Ltda	85.000	100.000	Unitfour tecnologia da Informação Ltda	415	568	House - Administração condominial Ltda	21.362	19.832	Jhouver Engenharia Ltda	-	1.800	Cofres SP Com. De Cofres e Móveis	-	10.250	Frigelar Comercio e Industria Ltda	11.618	-	99 Tecnologia Ltda	4.541	-	Connectx Serviços de Telecom. Ltda	14.500	-	Ntsc Soluções em Telemática Ltda (a.1)	1.083.333	-	Outros	4.433	3.513	Total	1.331.924	215.297
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
D&M Serv. e Loc. de Equipamento de Infor. Ltda-Me	4.181	2.758																																																																														
Krista Tecnologia Ltda	21.799	-																																																																														
Dialtech Telecomunicações e Sistemas Ltda	9.313	8.025																																																																														
Gigapapelaria e Inform. Ltda	1.645	897																																																																														
Omni Comércio e Serviços Ltda	10.562	6.140																																																																														
Twow do Brasil S/A	15.860	23.822																																																																														
BSB Med. Seg. e Medicina do Trabalho Ltda	2.659	2.659																																																																														
Panificadora Panetutti Ltda	3.219	4.361																																																																														
Skaif Empreendimentos e Participações Ltda	4.602	4.290																																																																														
Centro Participações e Investimentos Ltda	4.602	4.289																																																																														
Microtécnica Informática Ltda	22.312	19.950																																																																														
Tigre Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	3.825	-																																																																														
Tovus S/A	2.143	2.143																																																																														
Stylos Engenharia Ltda	85.000	100.000																																																																														
Unitfour tecnologia da Informação Ltda	415	568																																																																														
House - Administração condominial Ltda	21.362	19.832																																																																														
Jhouver Engenharia Ltda	-	1.800																																																																														
Cofres SP Com. De Cofres e Móveis	-	10.250																																																																														
Frigelar Comercio e Industria Ltda	11.618	-																																																																														
99 Tecnologia Ltda	4.541	-																																																																														
Connectx Serviços de Telecom. Ltda	14.500	-																																																																														
Ntsc Soluções em Telemática Ltda (a.1)	1.083.333	-																																																																														
Outros	4.433	3.513																																																																														
Total	1.331.924	215.297																																																																														
<p>Nota 13 Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Sociais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Obrigações Fiscais</td> <td>413.146</td> <td>252.522</td> </tr> <tr> <td>Encargos, Salários e Benefícios</td> <td>1.556.047</td> <td>795.370</td> </tr> <tr> <td>Credores Diversos (a.1)</td> <td>98.092</td> <td>88.828</td> </tr> <tr> <td>Provisões Para Férias</td> <td>2.004.922</td> <td>1.042.784</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.072.207</td> <td>2.179.504</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a.1) Consignado BRB/Serv (R\$ 92.952) e BRB-Saude Assistência Médica (R\$ 5.140).</p>							31.12.2019	31.12.2018	Obrigações Fiscais	413.146	252.522	Encargos, Salários e Benefícios	1.556.047	795.370	Credores Diversos (a.1)	98.092	88.828	Provisões Para Férias	2.004.922	1.042.784	Total	4.072.207	2.179.504																																																									
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
Obrigações Fiscais	413.146	252.522																																																																														
Encargos, Salários e Benefícios	1.556.047	795.370																																																																														
Credores Diversos (a.1)	98.092	88.828																																																																														
Provisões Para Férias	2.004.922	1.042.784																																																																														
Total	4.072.207	2.179.504																																																																														
<p>Nota 14 Provisões, passivos e contingências passivas</p> <p>A Companhia é parte em processos trabalhistas e civis que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As ações em curso tem a seguinte situação em 31.12.2019:</p>																																																																																
<p>a) Contingências de risco provável</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Natureza</th> <th>Saldo em 31.12.2018</th> <th>Constituição</th> <th>Liquidação</th> <th>Reversão</th> <th>Saldo em 31.12.2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cíveis (a.1)</td> <td>4.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.000</td> </tr> <tr> <td>Trabalhista (a.2)</td> <td>2.814</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2.814</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>6.814</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.814</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a.1) o saldo provisionado no valor de R\$ 4.000, refere-se ao processo 5301540.28.2016.8.09.0101, que envolve pedido de indenização por danos morais por inexistência de débitos.</p> <p>(a.2) refere-se ao processo 1115-25.2014.5.10.0014, relativo à reclamação trabalhista que envolve diferença de verbas rescisórias e cesta básica.</p>						Natureza	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Liquidação	Reversão	Saldo em 31.12.2019	Cíveis (a.1)	4.000	-	-	-	4.000	Trabalhista (a.2)	2.814	-	-	-	2.814	Total	6.814	-	-	-	6.814																																																			
Natureza	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Liquidação	Reversão	Saldo em 31.12.2019																																																																											
Cíveis (a.1)	4.000	-	-	-	4.000																																																																											
Trabalhista (a.2)	2.814	-	-	-	2.814																																																																											
Total	6.814	-	-	-	6.814																																																																											
<p>b) Contingências de risco possível</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Natureza</th> <th>31.12.2018</th> <th>31.12.2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cíveis (b.1)</td> <td>1</td> <td>19.080</td> </tr> <tr> <td>Trabalhista (b.2)</td> <td>1</td> <td>812.251</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1</td> <td>831.331</td> </tr> </tbody> </table> <p>(b.1) refere-se ao processo 5356160.39.2018.8.09.0159 - relativo a pedido de indenização por danos morais com alegação de inexistência de débitos. Processo foi extinto em maio de 2019, sem resolução de mérito em função da ausência injustificada da autora.</p> <p>(b.2) refere-se ao processo 000709-04.2018.10.0001 - relativo à reclamação trabalhista que envolve horas extras. Pedido da reclamante julgado improcedente em 1ª instância. Autora recorreu ao TRT, RO da reclamante provido em parte, estimando o valor da possível condenação em R\$ 200.000. Recurso da revista da BRB Serviços aguardando julgamento.</p>						Natureza	31.12.2018	31.12.2019	Cíveis (b.1)	1	19.080	Trabalhista (b.2)	1	812.251	Total	1	831.331																																																															
Natureza	31.12.2018	31.12.2019																																																																														
Cíveis (b.1)	1	19.080																																																																														
Trabalhista (b.2)	1	812.251																																																																														
Total	1	831.331																																																																														
<p>Nota 15 Patrimônio Líquido</p> <p>CAPITAL SOCIAL</p> <p>O capital social de R\$ 12.263.529 é composto por 248.000 (duzentas e quarenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a sua única acionista, a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A, domiciliada no País.</p>																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Capital Social(a.1)</td> <td>12.263.529</td> <td>10.059.852</td> </tr> <tr> <td>(+/-) Resultado do exercício</td> <td>4.207.206</td> <td>184.700</td> </tr> <tr> <td>Resultado Acumulado</td> <td>(4.049.559)</td> <td>(8.256.765)</td> </tr> <tr> <td>Total do PL</td> <td>8.213.970</td> <td>1.803.087</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a.1) em outubro/2019 a acionista realizou aumento de capital, sem emissão de novas ações no valor de R\$ 2.203.677, a fim de subsidiar recursos para internalização de partes dos serviços do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF para a BRB Serviços.</p>							31.12.2019	31.12.2018	Capital Social(a.1)	12.263.529	10.059.852	(+/-) Resultado do exercício	4.207.206	184.700	Resultado Acumulado	(4.049.559)	(8.256.765)	Total do PL	8.213.970	1.803.087																																																												
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
Capital Social(a.1)	12.263.529	10.059.852																																																																														
(+/-) Resultado do exercício	4.207.206	184.700																																																																														
Resultado Acumulado	(4.049.559)	(8.256.765)																																																																														
Total do PL	8.213.970	1.803.087																																																																														
<p>Nota 16 Receita Operacional Líquida</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cartão BRB S.A</td> <td>5.097.424</td> <td>4.419.707</td> </tr> <tr> <td>BRB - Banco de Brasília S.A</td> <td>20.038.066</td> <td>18.248.855</td> </tr> <tr> <td>BRB - Banco de Brasília S.A (Reposse SBA)</td> <td>2.939.683</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>BRB Corretora de Seguros S.A (a)</td> <td>1.870.832</td> <td>1.805.547</td> </tr> <tr> <td>Ativos S.A Sec. de Créditos (b)</td> <td>1.260.003</td> <td>685.788</td> </tr> <tr> <td>Unicef (c)</td> <td>-</td> <td>72.354</td> </tr> <tr> <td>Emgea (d)</td> <td>239.749</td> <td>108.082</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>31.445.756</td> <td>25.340.333</td> </tr> <tr> <td>Deduções da Receita Bruta (e)</td> <td>(3.156.590)</td> <td>(2.398.765)</td> </tr> <tr> <td>Receitas Canceladas (f)</td> <td>-</td> <td>(4.138)</td> </tr> <tr> <td>Receita Operacional Líquida</td> <td>28.289.166</td> <td>22.937.430</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) A Companhia tem como fonte de receitas operacionais os contratos de prestação de serviços com a Cartão BRB S.A, BRB Banco de Brasília S.A (em novembro/2019, a BRB Serviços internalizou parte dos serviços do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF, sendo a mesma remunerada pelo Sistema de Bilhetagem Automática, recebendo os repasses pelo BRB, conforme acordo operacional firmado) e BRB Corretora de Seguros S/A.</p> <p>(b) Em outubro de 2018, iniciamos também o contrato de cobrança e de recuperação extrajudicial de produtos de crédito de abrangência nacional - Grupo I com a Ativos S/A.</p> <p>(c) Em maio de 2018, iniciamos o contrato de telemarketing com a UNICEF, findando em agosto de 2018, a pedido do cliente.</p> <p>(d) Em julho de 2018, iniciamos o contrato de prestação de serviços de cobrança extrajudicial de créditos, oriundos de instituições financeiras ou de terceiros com a Empresa Gestora de Ativos S/A - EMGEA.</p> <p>(e) A dedução da receita são os impostos (PIS, COFINS, CPRB, ISS), incidentes sobre a receita bruta de comissões e receitas canceladas.</p> <p>(f) Receitas canceladas referente aos contratos de cobranças com a Cartão BRB e EMGEA.</p>							31.12.2019	31.12.2018	Cartão BRB S.A	5.097.424	4.419.707	BRB - Banco de Brasília S.A	20.038.066	18.248.855	BRB - Banco de Brasília S.A (Reposse SBA)	2.939.683	-	BRB Corretora de Seguros S.A (a)	1.870.832	1.805.547	Ativos S.A Sec. de Créditos (b)	1.260.003	685.788	Unicef (c)	-	72.354	Emgea (d)	239.749	108.082	Total	31.445.756	25.340.333	Deduções da Receita Bruta (e)	(3.156.590)	(2.398.765)	Receitas Canceladas (f)	-	(4.138)	Receita Operacional Líquida	28.289.166	22.937.430																																							
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
Cartão BRB S.A	5.097.424	4.419.707																																																																														
BRB - Banco de Brasília S.A	20.038.066	18.248.855																																																																														
BRB - Banco de Brasília S.A (Reposse SBA)	2.939.683	-																																																																														
BRB Corretora de Seguros S.A (a)	1.870.832	1.805.547																																																																														
Ativos S.A Sec. de Créditos (b)	1.260.003	685.788																																																																														
Unicef (c)	-	72.354																																																																														
Emgea (d)	239.749	108.082																																																																														
Total	31.445.756	25.340.333																																																																														
Deduções da Receita Bruta (e)	(3.156.590)	(2.398.765)																																																																														
Receitas Canceladas (f)	-	(4.138)																																																																														
Receita Operacional Líquida	28.289.166	22.937.430																																																																														
<p>Nota 17 Custos dos Serviços Prestados</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos Sociais</td> <td>(1.948.190)</td> <td>(1.395.077)</td> </tr> <tr> <td>13º salário</td> <td>(726.709)</td> <td>(630.133)</td> </tr> <tr> <td>Férias</td> <td>(976.754)</td> <td>(738.303)</td> </tr> <tr> <td>Salários e ordenados</td> <td>(7.026.971)</td> <td>(6.150.687)</td> </tr> <tr> <td>Horas extras</td> <td>(84.689)</td> <td>(92.582)</td> </tr> <tr> <td>Bonificação de produção</td> <td>(359.941)</td> <td>(210.029)</td> </tr> <tr> <td>Vale refeição</td> <td>(3.343.645)</td> <td>(2.942.713)</td> </tr> <tr> <td>Vale transporte</td> <td>(613.202)</td> <td>(603.700)</td> </tr> <tr> <td>Assistência médica</td> <td>(730.335)</td> <td>(723.977)</td> </tr> <tr> <td>Auxílio creche</td> <td>(340.680)</td> <td>(382.553)</td> </tr> <tr> <td>Demais custos de pessoal</td> <td>(381.762)</td> <td>(252.035)</td> </tr> <tr> <td>Subtotal - Custos de Pessoal (a.1)</td> <td>(16.532.959)</td> <td>(14.121.790)</td> </tr> </tbody> </table>							31.12.2019	31.12.2018	Encargos Sociais	(1.948.190)	(1.395.077)	13º salário	(726.709)	(630.133)	Férias	(976.754)	(738.303)	Salários e ordenados	(7.026.971)	(6.150.687)	Horas extras	(84.689)	(92.582)	Bonificação de produção	(359.941)	(210.029)	Vale refeição	(3.343.645)	(2.942.713)	Vale transporte	(613.202)	(603.700)	Assistência médica	(730.335)	(723.977)	Auxílio creche	(340.680)	(382.553)	Demais custos de pessoal	(381.762)	(252.035)	Subtotal - Custos de Pessoal (a.1)	(16.532.959)	(14.121.790)																																				
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
Encargos Sociais	(1.948.190)	(1.395.077)																																																																														
13º salário	(726.709)	(630.133)																																																																														
Férias	(976.754)	(738.303)																																																																														
Salários e ordenados	(7.026.971)	(6.150.687)																																																																														
Horas extras	(84.689)	(92.582)																																																																														
Bonificação de produção	(359.941)	(210.029)																																																																														
Vale refeição	(3.343.645)	(2.942.713)																																																																														
Vale transporte	(613.202)	(603.700)																																																																														
Assistência médica	(730.335)	(723.977)																																																																														
Auxílio creche	(340.680)	(382.553)																																																																														
Demais custos de pessoal	(381.762)	(252.035)																																																																														
Subtotal - Custos de Pessoal (a.1)	(16.532.959)	(14.121.790)																																																																														
<p>OUTROS CUSTOS E SERVIÇOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>(181.281)</td> <td>(174.941)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td>(101.167)</td> <td>(180.924)</td> </tr> <tr> <td>Água</td> <td>(66.519)</td> <td>(65.383)</td> </tr> <tr> <td>Energia Elétrica</td> <td>(428.418)</td> <td>(378.868)</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td>(330.724)</td> <td>(385.946)</td> </tr> <tr> <td>Frete e Carretos</td> <td>(1.500)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Lanches e Refeição</td> <td>(52.943)</td> <td>(48.687)</td> </tr> <tr> <td>Locação de Equipamentos</td> <td>(290.459)</td> <td>(291.070)</td> </tr> <tr> <td>Material Auxiliar e de Consumo</td> <td>(125.729)</td> <td>(129.998)</td> </tr> <tr> <td>Prêmios/Campanhas</td> <td>(6.670)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Serviços Prestados Pessoa Física</td> <td>-</td> <td>(6.190)</td> </tr> <tr> <td>Serviços Prestados pessoas jurídicas</td> <td>(577.826)</td> <td>(383.987)</td> </tr> <tr> <td>Telefone e fax</td> <td>(436.302)</td> <td>(375.266)</td> </tr> <tr> <td>Transportes, Condução Urbana</td> <td>(19.525)</td> <td>(6.190)</td> </tr> <tr> <td>Condomínio</td> <td>(4.523)</td> <td>(4.602)</td> </tr> <tr> <td>Conservação e limpeza</td> <td>-</td> <td>(97.287)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de Brigaista</td> <td>(250.835)</td> <td>(243.202)</td> </tr> <tr> <td>Atestado Médico e Medicina do Trabalho</td> <td>(30.138)</td> <td>(30.490)</td> </tr> <tr> <td>Multa Contrato CR BRB</td> <td>(19.192)</td> <td>(3.848)</td> </tr> <tr> <td>Demais custos</td> <td>(93.537)</td> <td>(73.675)</td> </tr> <tr> <td>Subtotal - Outros Custos dos Serviços Prestados</td> <td>(3.017.268)</td> <td>(2.880.554)</td> </tr> <tr> <td>Total (a.1)</td> <td>(19.550.267)</td> <td>(17.002.344)</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a.1) O aumento expressivo em 2019 refere-se grande parte ao incremento de 215 colaboradores a partir de novembro de 2019, contratação de novos serviços em virtude da internalização dos serviços do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF.</p>							31.12.2019	31.12.2018	Processamento de dados	(181.281)	(174.941)	Depreciação	(101.167)	(180.924)	Água	(66.519)	(65.383)	Energia Elétrica	(428.418)	(378.868)	Aluguéis	(330.724)	(385.946)	Frete e Carretos	(1.500)	-	Lanches e Refeição	(52.943)	(48.687)	Locação de Equipamentos	(290.459)	(291.070)	Material Auxiliar e de Consumo	(125.729)	(129.998)	Prêmios/Campanhas	(6.670)	-	Serviços Prestados Pessoa Física	-	(6.190)	Serviços Prestados pessoas jurídicas	(577.826)	(383.987)	Telefone e fax	(436.302)	(375.266)	Transportes, Condução Urbana	(19.525)	(6.190)	Condomínio	(4.523)	(4.602)	Conservação e limpeza	-	(97.287)	Serviços de Brigaista	(250.835)	(243.202)	Atestado Médico e Medicina do Trabalho	(30.138)	(30.490)	Multa Contrato CR BRB	(19.192)	(3.848)	Demais custos	(93.537)	(73.675)	Subtotal - Outros Custos dos Serviços Prestados	(3.017.268)	(2.880.554)	Total (a.1)	(19.550.267)	(17.002.344)						
	31.12.2019	31.12.2018																																																																														
Processamento de dados	(181.281)	(174.941)																																																																														
Depreciação	(101.167)	(180.924)																																																																														
Água	(66.519)	(65.383)																																																																														
Energia Elétrica	(428.418)	(378.868)																																																																														
Aluguéis	(330.724)	(385.946)																																																																														
Frete e Carretos	(1.500)	-																																																																														
Lanches e Refeição	(52.943)	(48.687)																																																																														
Locação de Equipamentos	(290.459)	(291.070)																																																																														
Material Auxiliar e de Consumo	(125.729)	(129.998)																																																																														
Prêmios/Campanhas	(6.670)	-																																																																														
Serviços Prestados Pessoa Física	-	(6.190)																																																																														
Serviços Prestados pessoas jurídicas	(577.826)	(383.987)																																																																														
Telefone e fax	(436.302)	(375.266)																																																																														
Transportes, Condução Urbana	(19.525)	(6.190)																																																																														
Condomínio	(4.523)	(4.602)																																																																														
Conservação e limpeza	-	(97.287)																																																																														
Serviços de Brigaista	(250.835)	(243.202)																																																																														
Atestado Médico e Medicina do Trabalho	(30.138)	(30.490)																																																																														
Multa Contrato CR BRB	(19.192)	(3.848)																																																																														
Demais custos	(93.537)	(73.675)																																																																														
Subtotal - Outros Custos dos Serviços Prestados	(3.017.268)	(2.880.554)																																																																														
Total (a.1)	(19.550.267)	(17.002.344)																																																																														

BRB SERVIÇOS				BRB SERVIÇOS S.A		CNPJ: 12.875.569/0001-80		GDF	
Nota 18 Despesas de Pessoal									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
Salários e ordenados	(1.507.422)	(1.253.241)							
Horas extras	(13.599)	(13.199)							
Anuênios	(44.166)	(39.110)							
Férias	(210.422)	(178.815)							
13º Salário	(139.433)	(116.009)							
Indenizações	(9.848)	(18.615)							
Vale Transporte	(45.321)	(26.810)							
Vale Refeições	(536.767)	(415.514)							
Assistência Médica	(89.574)	(89.972)							
Pró-labore	(948.452)	(1.132.087)							
Previdência Privada	(31.265)	(54.932)							
Auxílio creche	(56.200)	(44.921)							
Honorários de Conselheiros	(431.730)	(435.457)							
Encargos Sociais	(459.762)	(357.849)							
Demais Despesas	(12.069)	(16.496)							
Total	(4.536.029)	(4.193.027)							
As despesas de pessoal referem-se aos salários, encargos e benefícios do pessoal da administração, conselheiros e diretoria.									
Nota 19 Despesas Administrativas									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
Água	(4.553)	(3.783)							
Energia Elétrica	(29.177)	(21.920)							
Materiais de Escritório	(9.175)	(13.967)							
Material auxiliar e de consumo	(34.207)	(30.991)							
Viagens e estadas	(5.907)	(2.832)							
Locação de equipamentos	(24.875)	(24.972)							
Aluguéis	(862.528)	(918.072)							
Serviços prestados pessoa jurídica	(64.430)	(79.267)							
Auditoria	(57.786)	(45.775)							
Telefone	(4.531)	(20.835)							
Publicidade legal	(27.400)	(24.480)							
Condomínio	(352)	(302)							
Conservação e limpeza	(46.740)	(32.096)							
Brigadista	(17.211)	(15.016)							
Manutenção de instalações	(66.788)	(50.060)							
Despesas depreciação/amortização	(105.274)	(176.373)							
Despesa Judicial (a.1)	(34.524)	(73.657)							
Outras	(110.489)	(76.169)							
Total	(1.505.948)	(1.616.541)							
(a.1) A perda judicial em dezembro de 2018, refere-se ao processo de nº 0711820-56.2017.8.07.0018070, referente a repasse de débitos, mais custas no valor de R\$ 71.060, e ao processo nº 7032703820188070018, referente à indenização no valor de R\$ 2.598.									
Nota 20 Outras Receitas e Despesas Operacionais									
a) Outras Receitas Operacionais									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
Recuperação de Despesas	4.738	30							
Descontos Obtidos	50	1							
Outras Receitas (a.1)	72.500	101.500							
Total	77.288	101.531							
(a.1) refere-se ao contrato de sublocação de espaço físico iniciado em junho de 2018, com a BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A e finalizado em maio de 2019.									
Nota 21 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ				
Resultado antes do IR e CSLL	1.990.754	1.990.754	221.086	221.086					
Adições	626.150	772.066	1.049	1.049					
(-) Exclusões	(600.000)	(600.000)	-	-					
Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	2.016.903	2.162.819	222.135	222.135					
Compensação de base negativa CSLL e prejuízos fiscais	605.071	648.846	66.640	66.640					
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	1.411.832	1.513.973	155.495	155.495					
Despesa com IRPJ e CSLL	127.965	345.409	13.995	22.391					
Regime de tributação pelo Lucro Real - Estimativa Mensal									
Nota 22 Transações Com Partes Relacionadas									
As transações com partes relacionadas foram contratadas a preços compatíveis com os praticados no mercado por terceiros, levando ainda em consideração o risco reduzido dos recebimentos.									
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.									
A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é a única acionista da Companhia, sendo assim, detentora do controle acionário da BRB Serviços S.A.									
A Companhia possui junto à BRB Administradora e Corretora de Seguros os seguintes contratos									
de prestação de Serviços:									
a) Service Desk - TI e SAC/Central de Renovação de Seguros/PA Virtual.									
OPERAÇÕES COM A BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO									
Créditos a receber	155.920	168.819							
Total	155.920	168.819							
RECEITAS									
Receitas de serviços	1.870.832	1.805.547							
Total	1.870.832	1.805.547							
CARTÃO BRB S.A.									
A Companhia possui junto à Cartão BRB S.A os seguintes contratos de prestação de Serviços:									
a) Telecobrança Extrajudicial - ativo e receptivo, acima de 64 dias de atraso;									
b) Cartão pré-pago. Vale cultura e URA;									
c) Cartão Material Escolar e URA; e									
d) Central de Vendas;									
OPERAÇÕES COM A CARTÃO BRB S.A									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO									
Créditos a receber	304.588	81.581							
Total	304.588	81.581							
RECEITAS									
Receitas de serviços	5.087.424	4.419.707							
Total	5.087.424	4.419.707							
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.									
A Companhia possui junto ao BRB - Banco de Brasília os seguintes contratos de prestação de Serviços:									
a) Central de Relacionamento - BRB;									
É o contrato mais expressivo em resultados que a Companhia possui com o Banco. A CR-BRB objetiva a prestação de serviços de teleatendimento receptivo e telemarketing ativo, com plano de contingenciamento. Este contrato prevê o fornecimento de site com infraestrutura de rede, estações de trabalho, rede local, manutenção e suporte de equipamentos, recursos humanos, mobiliários, material de expediente e demais equipamentos necessários à execução dos serviços.									
b) Atendimento Primeiro Nível - Service Desk;									
c) Telecobrança Extrajudicial - ativo e receptivo;									
d) Gestão e Operacionalização dos postos de atendimento do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF; e									
e) Central de Relacionamento do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF.									
Em novembro de 2019 a BRB Serviços assumiu a gestão e operacionalização dos postos do Sistema de Bilhetagem Automática do GDF, e mediante ao acordo operacional firmado com o BRB recebe os repasses referente a sua prestação de serviços conforme determinado em Lei. Possui ainda transações bancárias com depósitos à vista (Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras).									
OPERAÇÕES COM O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO									
Depósitos à vista - disponibilidades	1.417.956	486.036							
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	506.700	939.204							
Créditos a receber	3.409.753	1.372.904							
Total	5.334.409	2.798.144							
PASSIVO									
Outras obrigações (a.1)	-	3.848							
Total	-	3.848							
RECEITAS									
Receitas de aplicação financeiras	51.343	50.163							
Receitas de variação monetária	5.565	16.617							
Receitas de prestação de serviços	22.977.748	18.248.855							
Total	23.034.656	18.315.635							
DESPESAS									
Despesas financeiras	(19.267)	(24.555)							
Multa contrato CR BRB (a.1)	(19.192)	(3.848)							
Total	(38.459)	(28.403)							
(a.1) São valores devidos ao BRB Banco de Brasília S.A. referente à multa contratual.									
BRB - DTVM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS									
A Companhia possui junto a BRB - DTVM Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários as seguintes transações bancárias:									
OPERAÇÕES COM A BRB-DTVM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS									
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO									
Fundo de Investimento Financeiro (BRB FIF MAIS)	2.372.691	-							
Total	2.372.691	-							
RECEITAS									
Receitas de aplicação financeiras	3.025	-							
Total	3.025	-							
BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.									
A Companhia possui junto à Financeira BRB S.A o seguinte contrato:									
a) Sublocação de imóvel para instalação de serviços administrativos da Financeira BRB.									

BRB SERVIÇOS		BRB SERVIÇOS S.A CNPJ: 12.875.569/0001-80			
<p>Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Otimizamos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Brasília, 10 de fevereiro de 2020.</p> <p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6</p> <p>Renata Zanotta Calçada Contador CRC-1RS062793/O-8</p> <p>PARERECER DO CONSELHO FISCAL</p> <p>O Conselho Fiscal da BRB Serviços S.A., em sessão conjunta com o Conselho de Administração ocorrida nesta data em observância ao Estatuto Social da Companhia e, em cumprimento às disposições da Lei nº 6.404/76, emitiu o seguinte PARERECER: "O Conselho Fiscal da BRB Serviços S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e tomou</p> <p>conhecimento do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados e nas informações analisadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas".</p> <p>Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2020.</p> <p>EDVAM ANDRADE DE SOUZA Presidente</p> <p>CELIVALDO ELÓI LIMA DE SOUSA Conselheiro</p> <p>ANDERSON GUSTAVO TORRES Conselheiro</p> <p>MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>O Conselho de Administração da BRB Serviços S.A., em sessão conjunta com o Conselho Fiscal ocorrida nesta data, cumprindo as disposições da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, após análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, e de conhecer o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e o Parecer do Conselho Fiscal - todos relativos ao exercício de 2019 - emitiu a seguinte MANIFESTAÇÃO: "O Conselho de Administração da BRB Serviços S.A. analisou os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e manifesta-se pela aprovação das contas do período e pelo seu encaminhamento para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas".</p> <p>Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2020.</p> <p>HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES Presidente</p> <p>WENDELL FEITOSA CASTRO Vice Presidente</p> <p>FLÁVIO EDUARDO ARAKAKI Conselheiro</p>					

(*) Republicado por erro da Editora Gráfica, publicado no DODF nº 39, de 28 de fevereiro de 2020, páginas 42 a 47.

DAR-148/2020

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01265

PROCESSO: 00060-00037310/2020-18. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI. CNPJ Nº 23.864.942/0001-13. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DESMOPRESSINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 4MCG/ML AMPOLA 1ML REFRIGERAÇÃO, conforme Ata de Registro de Preço nº 236/2019-D SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000489 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000369. VALOR: R\$ 2.586,00 (dois mil quinhentos e oitenta e seis reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01267

PROCESSO: 00060-00040318/2020-61. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ Nº 03.485.572/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INDAPAMIDA COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA 1,5 MG, conforme Ata de Registro de Preço nº 23/2019-E SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000530 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000409. VALOR: R\$ 266.913,60 (duzentos e sessenta e seis mil novecentos e treze reais e sessenta centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01280

PROCESSO: 00060-00040361/2020-27. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa VITAMED DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS P. CNPJ Nº 22.530.297/0001-30. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALCOOL GEL 70% FRASCO 400G A 500G VALVULA PUMP, conforme Ata de Registro de Preço nº 210/ 2019-E SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000532 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000411. VALOR: R\$ 15.125,60 (quinze mil cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01314

PROCESSO: 00060-00046378/2020-98. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIORIDAZINA (CLORIDRATO) DRAGEA 100 MG, conforme Ata de Registro de Preço nº 47/ 2019 - C SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000594 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000469. VALOR: R\$ 99.360,00 (noventa e nove mil trezentos e sessenta reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01315

PROCESSO: 00060-00047106/2020-13. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA. CNPJ Nº 37.396.017/0006-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENECTEPLASE PO LIOFILIZADO 40 MG FRASCO AMPOLA + SERINGA PREENCHIDA COM 8 ML DILUENTE + ADAPTADOR + AGULHA, conforme Ata de Registro de Preço nº 206/2019-C SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/ PAM000604 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000476. VALOR: R\$ 709.222,88 (setecentos e nove mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 50012020030200036

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01316

PROCESSO: 00060-00042989/2020-67. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MERCANTIL BARRETO COM. DE PROD. HOSP. E SUP. LTDA. CNPJ Nº 15.034.173/0001-44. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOPAMINA (CLORIDRATO) SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 MG/ML AMPOLA 10 ML, conforme Ata de Registro de Preço nº 72/2019-C SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000566 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000440. VALOR: R\$ 7.144,00 (sete mil cento e quarenta e quatro reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01322

PROCESSO: 00060-00036486/2020-52. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa FRESINIUS KABI BRASIL LTDA. CNPJ Nº 49.324.221/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GLICOSE 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA OU FRASCO 500 ML SISTEMA FECHADO DE INFUSÃO, conforme Ata de Registro de Preço nº 96/2019-A SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000469 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000352. VALOR: R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01326

PROCESSO: 00060-00038429/2020-16. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI. CNPJ Nº 23.864.942/0001-13. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG/DOSE FRASCO 120 DOSES COM VALVULA DOSIFICADORA, conforme Ata de Registro de Preço nº 236/2019-D SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000507 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000387. VALOR: R\$ 3.088,56 (três mil oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01327

PROCESSO: 00060-00047298/2020-50. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE OCITOCINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 UI AMPOLA 1 ML, conforme Ata de Registro de Preço nº 228/ 2019-H SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000607 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000478. VALOR: R\$ 55.330,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e trinta reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01332

PROCESSO: 00060-00036771/2020-73. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA. CNPJ Nº 37.396.017/0006-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMUNOGLOBULINA ANTI-RHO (ANTI-D) SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 250 MCG A 300 MCG FRASCO -AMPOLA OU SERINGA PREENCHIDA, conforme Ata de Registro de Preço nº 228/2019-E SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000477 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000359. VALOR: R\$ 171.261,00 (cento e setenta e um mil duzentos e sessenta e um reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01333

PROCESSO: 00060-00033467/2020-74. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CEFALEXINA SUSPENSÃO OU PO PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML FRASCO 100 ML COM DOSEADOR, conforme Ata de Registro de Preço nº 227/2019 - I SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000413e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000310. VALOR: R\$ 5.135,70 (cinco mil e cento e trinta e cinco reais e setenta centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

JULIANA GONÇALVES NAVARRO

FILIAÇÃO

VALTER NAVARRO

MARIA ELIZA GONÇALVES NAVARRO

NACIONALIDADE

CURITIBA-PR

DATA DE NASCIMENTO

18/01/1975

RG

8.448.462-1 - SSP-PR

CPS

018.390.828-88

DOADOR DE ÓRGÃOS E TISSIDOS

VIA - ESPERANDO EM

NÃO

01 08/03/2008

ESTEPÂNIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS
PRESIDENTE



TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00257094

USO OBRIGATORIO - IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS (Art. 13 da Lei nº 5.890/24)

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPQ QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)

Tabelião: Evaldo Feltosa dos Santos

Brasília-DF, 12 de Agosto de 2019

ALISSON JACINTO DE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADO

181-Consultar selos: www.tjdft.jus.br

Selo: TJDFT20190090973714XDHZ

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO





TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 16/03/2020, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

BRB SERVICOS S/A

12.875.569/0001-80

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDF (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 16/03/2020

Selo digital de segurança: **2020.CTD.EZIC.V5ZT.IPWX.Y9SD.U8RL**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.875.569/0001-80

Razão Social: BRB SERVICOS SA

Endereço: SCN QD 04 BLOCO C SN / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70714-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2020 a 13/07/2020

Certificação Número: 2020031602304763260783

Informação obtida em 31/03/2020 08:33:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BRB SERVICOS S/A
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:59:56 do dia 19/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2020.

Código de controle da certidão: **96FC.D802.4D63.3E6E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 125012713472020

NOME: BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A

ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO C

CIDADE: ASA NORTE

CNPJ: 12.875.569/0001-80

CF/DF: 0755948000157

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CNPJ acima.

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.

Válida até 30 de abril de 2020.

Certidão emitida via internet em 31/03/2020 às 08:35:04 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 26/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certidão emitida gratuitamente.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

 **3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRÁSILIA**
SCS Quadra 08, Bloco 8-60, Lote 140-D, Verâncio Shopping, 1ª Andar, Brasília-DF Cep: 70333-900 - Fone: (61) 3321-2212
Site: www.tjdftabao.com.br Email: tajc@tjdftabao.com.br

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia conforme Art. 7, V, da Lei 8935/94.

Brasília-DF, 17/09/2019 - 13:22:54

088-MARIA DOLORES RIBEIRO
SOARES

ESCREVENTE AUTORIZADO

Selo: TJDFT20190080424137JREA

Consultar: www.tjdft.jus.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.875.569/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/11/2010
NOME EMPRESARIAL BRB SERVICOS S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO Q SCN QUADRA 4 BLOCO C	NÚMERO 0	COMPLEMENTO *****
CEP 70.714-902	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO KLEZIA.FONTINELES@BSBATIVOS.COM.BR	TELEFONE (61) 3029-8346	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/03/2020** às **11:13:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.559.480/001-57		CPF/CNPJ 12.875.569/0001-80	DataConcessão 18/11/2010
Denominação social BRB SERVICOS S/A			
Título do Estabelecimento - Nome Fantasia BRB SERVICOS			
Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE ANONIMA			
Qualificação do Contribuinte ISS EMPRESA			FAC - Número do Protocolo
			113-24136/45
Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO		Faixa do ISS XX	Data de enquadramento no ISS
			17/11/2010
Regime de Tributação do ICMS		Faixa do ICMS XX	Data de enquadramento no ICMS
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			XXXXXXXXXX
Descrição Atividade Econômica do ISS ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO			
Código da Atividade - ISS N8220-2/00-00		Data de Início de Atividade - ISS 17/11/2010	
Descrição da Atividade Econômica do ICMS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
Código da Atividade - ICMS XXXXXXXXXX		Data de Início de Atividade - ICMS XXXXXXXXXX	
Endereço SCN QUADRA 4 BLOCO C			CEP 70.714-902
Bairro ASA NORTE		Cidade BRASILIA	UF DF
Situação Cadastral ATIVA		Data 31/03/2020	

Este documento foi emitido no dia 31/03/2020 na Internet pelo portal Agênci@Net e poderá ser reimpresso no endereço <http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br>.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº: R00122/2020

CERTIFICAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, CNPJ nº **12.875.569/0001-80**, encontra-se inscrita neste Conselho Regional sob o nº PJ/2496, desde 07/03/2013, sem anotação de qualquer impedimento, tendo como Responsável(is) Técnico(s) o(s) profissional(is):

- MARCELO NERES DA SILVA, inscrito no CRA-DF sob o nº: 020139

CERTIFICAMOS, TAMBÉM, que a referida Empresa **não sofreu** qualquer punição disciplinar por parte deste Conselho Regional e **nada consta** que desabone a sua conduta, até a presente data, estando em dia com suas obrigações financeiras, a que se refere o artigo 51 do Decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, que regulamentou a Lei nº 4.769/65.

Brasília, DF, 06 de março de 2020.

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA ATÉ 31/12/2020

...: ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS ...:



A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

<http://cra-df.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/a52b7702-d6bc-4f0a-985f-d85cf7c03ecb>

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SAUS Quadra 16 Bloco E, Ed. Roberto de Lencastre - Asa Sul - Brasília, DF
CEP: 70070-915 | Tel: (61) 4009-3300 | Fax: (61) 4009-3234
sistema@cra.df.gov.br | www.cra.df.gov.br | @cra.df | cra.df



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS SUPERVENIENTE

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data não existem fatos precedentes impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças



DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO BÁSICO

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que a empresa tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico e que, havendo divergência entre o descrito no Ato Convocatório e o Projeto Básico, prevalecerá as normas constantes no Projeto Básico.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOS DA ADMINISTRAÇÃO NO QUADRO SOCIETÁRIO





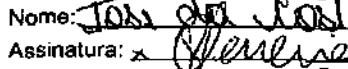
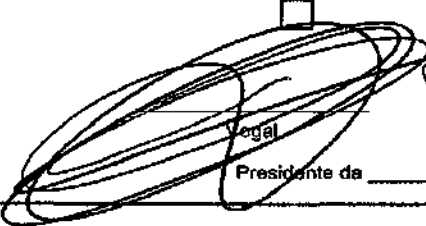
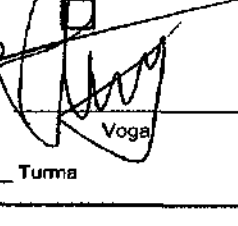
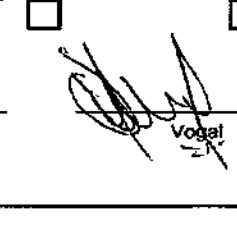
A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, de acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº 1	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53300012105			Código da Natureza Jurídica 2054	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
			 JCDF - SEDE SEDE - JCDF 26 AGO 2019  19/143.948-7	
1 - REQUERIMENTO				
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal				
Nome: BRB SERVICOS S/A (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)				
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:				
Nº DE VIAS 019 CÓDIGO DO ATO 019 QTDE 1 DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO ESTATUTO SOCIAL				
 Nº FCN/REMP DFE1900132530				
BRASILIA Local 26 Agosto 2019 Data				
Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Nome: JOSÉ DA SILVA F. NETO Assinatura:  Telefone de Contato: 3029 8338				
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL				
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA				
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Data: / / Responsável: / / Responsável:				
DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. 2ª Exigência <input type="checkbox"/> 3ª Exigência <input type="checkbox"/> 4ª Exigência <input type="checkbox"/> 5ª Exigência <input type="checkbox"/> Data: / / Responsável: / /				
DECISÃO COLEGIADA <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input checked="" type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. 27 AGO 2019 Data Vogal  Vogal  Vogal  Presidente da Turma				
OBSERVAÇÕES				



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00060-00176774/2020-49-e (2020-029539297893) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 134

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 1/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

ESTATUTO SOCIAL

BRB Serviços S/A

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A BRB SERVIÇOS S.A., doravante denominada Empresa, é uma sociedade por ações, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, de capital fechado, que explora atividade econômica na forma do art. 1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeita ao regime próprio das Empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regida por este Estatuto Social, pelas Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303/2016, na forma regulamentada pelo Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º A Empresa tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo criar ou suprimir escritórios, dependências descentralizadas e outros pontos de atendimento no País e no exterior.

Art. 3º A Empresa iniciou suas atividades em 16 de novembro de 2010, dispondo de prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II OBJETO SOCIAL

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

I - Prestação de serviços de administração, cobrança e recuperação de títulos, operações de crédito e similares, multas e dívidas em geral de empresas e órgãos da Administração Pública e/ou a empresas privadas do País ou do exterior;

II - Participação, majoritária ou minoritária, do capital social de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social;

III - Serviços de recuperação, retomada, avaliação e leilão de bens;

IV - Prestação de telesserviços incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

V - Prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referentes às rotinas de negócios ("back office") como:

- a) Gestão administrativa e financeira;
- b) Conciliação;
- c) Contas a pagar;
- d) Gestão de recursos humanos;
- e) Folha de pagamento;
- f) Gestão orçamentária;

1/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo Administrativo nº 1303477/2019 (2020-029539297893) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 13/14

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

- g) Gestão contábil;
- h) Gestão de cadastro de clientes e fornecedores; e
- i) Outras rotinas de negócios.

VI – Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

- a) Sistema tecnológico e logístico de transporte;
- b) Meios de pagamento;
- c) Gestão de força de venda;
- d) Automação de sistema de contratação de crédito;
- e) Tratamento e higienização de cadastros;
- f) Sistemas anti-fraude;
- g) Oferta de crédito e microcrédito por meio de canais analógicos, digitais e agentes de crédito; e
- h) Outros processos.

VII – Prestação de serviços de suporte e orientação ao cliente, gerenciamento de venda e demais serviços personalizados ao consumidor por meio de infraestrutura tecnológica, inteligência artificial (chat bot) plataformas digitais, e-mail, SMS (short Mensagem Service), redes sociais e telesserviços.

VIII - Desenvolver, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, instalar, produtos de informática, inteligência artificial, automação, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, projetos de propriedade intelectual, envolvendo toda a cadeia de serviços;

IX - Prestar serviços de:

- a) sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- b) gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;
- c) gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados;
- d) inteligência de análise de dados e intercâmbio eletrônico de informações com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- e) manuseio, guarda e gestão por meio físico e/ou eletrônico de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- f) suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia;
- g) apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;
- h) consultoria em gestão, treinamento, recrutamento e seleção;

X - Prestação de serviços que requeiram suporte de Tecnologia da Informação, não previstos nos incisos anteriores;

2/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

XI – cessão de mão-de-obra;

Parágrafo único. A BRB Serviços poderá, ainda, firmar convênios, contratos administrativos ou outros instrumentos jurídicos congêneres com entes públicos e privados de atividades previstas neste artigo, observadas as normas contidas no art. 1º deste Estatuto.

CAPÍTULO III FUNÇÃO SOCIAL

Art. 5º A função social da Companhia realiza-se no interesse coletivo expresso no instrumento de autorização legal para a sua criação.

§ 1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela BRB Serviços, bem como para o seguinte:

I - ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da Companhia; e

II - desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da Companhia, sempre de maneira economicamente justificada.

§ 2º A Companhia deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua.

§ 3º A Companhia poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos, conforme legislação vigente.

§ 4º Além de outras práticas proibidas pela legislação em vigor, é vedado à Empresa:

I - abrir crédito, emprestar, comprar ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II - emitir debêntures conversíveis em ações, ações preferenciais ou partes beneficiárias.

CAPÍTULO IV CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 6º O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 1º O capital social integralizado da Companhia é de 10.059.852,30 (dez milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), divididos em 248.000 (duzentas e quarenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com ou sem emissão de certificado, podendo ser escriturais.

§ 2º O capital social poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no caput do art. 6º, independentemente de alteração estatutária.

MO

3/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certificação registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00060-00176774/2020-49-e (53300012105) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 13/18

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 3º Os títulos e certificados das ações, bem como suas respectivas cautelas, se emitidos, conterão, obrigatoriamente, as assinaturas do Diretor-Presidente e de um dos Diretores da Empresa.

§ 4º As ações são indivisíveis em relação à Empresa, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 5º A Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento de capital deve fixar prazo para o exercício do direito de preferência não inferior a 30 dias.

§ 6º O acionista controlador da Empresa responderá pelos atos praticados com abuso de poder, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

CAPÍTULO V

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Art. 7º A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

Art. 8º Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos e secretariados por representantes do Acionista Controlador.

Parágrafo único. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias, tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais.

Art. 9º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, pelo acionista ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, observando-se os prazos e o quórum fixados na Lei nº 6.404/1976.

§ 1º O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Empresa ou advogado, na forma da legislação vigente, podendo ser solicitado o depósito prévio do respectivo instrumento de mandato na sede da Empresa, dentro do prazo estabelecido nos anúncios de convocação.

§ 2º Cabe à Assembleia Geral decidir todas as questões que lhe são privativas, de acordo com a legislação vigente. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

4/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo Administrativo nº 03284/2020-29539297893/00060-00176774/2020-49-e / pg. 13/18

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Art. 10. Além dos poderes estabelecidos em Lei, compete à Assembleia Geral:

I - deliberar sobre as demonstrações contábeis e sobre a distribuição ou retenção de lucros e a constituição de reservas;

II - deliberar sobre o relatório da administração e as contas anuais da Diretoria Colegiada;

III - aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da Empresa, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei nº 6.404/1976;

IV - fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal;

V - nomear, eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme legislação em vigor;

VI - aprovar as alterações do capital social da Empresa;

VII - deliberar sobre fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a Empresa; e

VIII - aprovar o Estatuto Social e suas reformas.

CAPÍTULO VI ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. São considerados administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da BRB Serviços.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria exercerão suas funções de forma colegiada para atingir o objeto da Empresa.

§ 2º A Empresa obedecerá às deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, as quais estarão vinculadas às políticas e ao planejamento estratégico da Companhia.

§ 3º A composição de que trata o *caput* dar-se-á da seguinte forma:

I - No Conselho de Administração, por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente; e

5/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

II - Na Diretoria Colegiada, por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e 03 (três) Diretores.

Art. 12. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de Diretor, inclusive Diretor-Presidente, serão escolhidos entre cidadãos de idoneidade moral, reputação ilibada e de notório conhecimento compatível com o cargo, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

I – ter experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da Companhia ou empresas do conglomerado BRB ou em área conexa àquela para o qual forem indicados, em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em Empresa de porte ou objetivo social semelhante ao da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da Empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB.

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB.

II- ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135/2010.

§ 1º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§ 2º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso I do *caput* não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 3º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso I do *caput* poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§ 4º Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador da Empresa.

§ 5º Os Diretores deverão residir no País.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo aos administradores da Empresa, inclusive às indicações do BRB - Banco de Brasília S.A. e da Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 7º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a Diretoria Colegiada:

6/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

- I - de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;
- II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;
- III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;
- IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato eletivo de qualquer ente da federação, ainda que licenciado;
- V - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV;
- VI - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;
- VII - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- VIII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- IX - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o GDF, com a própria Companhia, com o BRB - Banco de Brasília S.A. ou empresas do conglomerado, nos três anos anteriores à data de sua nomeação; e
- X - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora do BRB - Banco de Brasília S.A., com o próprio BRB ou com qualquer empresa do conglomerado.

§ 8º Aplica-se a vedação do inciso III do § 7º ao servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública direta ou indireta.

§ 9º Aplica-se o disposto no § 7º a todos os administradores da Companhia, inclusive às indicações do BRB - Banco de Brasília S.A., e da Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

§ 10 No caso de os indicados serem empregados do BRB - Banco de Brasília S.A., poderão ser dispensados os requisitos previstos no inciso I do caput, desde que atendido os seguintes requisitos:

- I - o empregado tenha ingressado no BRB por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;
- II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo no BRB ou em suas sociedades subsidiárias, controladas e coligadas;
- III - o empregado tenha ocupado cargo de direção ou chefia superior até o segundo nível não estatutário no BRB - Banco de Brasília S.A., comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o caput.

Art. 13. Os requisitos e as vedações para administradores e conselheiros fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas novas nomeações e nas eleições realizadas a partir da data de publicação da Lei nº 13.303/2016, inclusive nos casos de recondução.

7/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, disponibilizado pela Companhia.

§ 2º Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios.

§ 3º O indicado apresentará declaração de que não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação, nos termos do formulário padronizado.

Art. 14. A eleição e posse dos membros dos órgãos da Administração está condicionada à opinião favorável emitida pelo Comitê de Elegibilidade do BRB - Banco de Brasília S.A., quanto ao cumprimento dos requisitos e ausência dos impedimentos previstos em Lei e neste Estatuto.

Art. 15. Os membros dos órgãos da administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, conforme o caso.

§ 1º Assinarão o termo de posse o empossado e o Presidente do Conselho de Administração.

§ 2º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias após a homologação pelo Banco Central do Brasil, esse tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa formal aceita pelo Conselho de Administração.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada estender-se-á até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Art. 16. Anualmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada, sob a condução de seus Presidentes, utilizar-se-ão do método de autoavaliação, previamente regulamentada nos Regimentos Internos dos Órgãos, para avaliação formal de seus desempenhos.

CAPÍTULO VII IMPEDIMENTOS

Art. 17. Além dos impedimentos estabelecidos por lei, estarão impedidos de exercer cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Colegiada da Companhia e demais órgãos estatutários:

I - o impedido por lei especial, o condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública ou contra a licitação, ou o condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II - o declarado inabilitado ou suspenso para o exercício dos cargos de administração, conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de Diretor ou de sócio-administrador nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, Empresas abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

8/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

III - salvo autorização formalmente expressa, pelo nível hierárquico imediatamente superior, o que estiver respondendo pessoalmente, ou como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

IV - o declarado falido ou insolvente;

V - o inadimplente ou que tenha causado prejuízo ainda não ressarcido à Empresa, ao BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

VI - o que tiver cônjuge ou parente até segundo grau inadimplente ou tenha causado prejuízo ainda não ressarcido à Empresa, ao BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

VII - o que detiver controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a Empresa, com o BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas ou que lhes tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

VIII - o que deteve o controle ou participou da administração de pessoa jurídica concordatária, falida ou insolvente, no período de 05 (cinco) anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX - o sócio, o ascendente, o descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, salvo quando for oriundo do quadro de empregados da ativa do BRB - Banco de Brasília S.A.; e

X - o que ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, Diretoria, ou em comitê de auditoria, e o que tiver interesse conflitante com a sociedade.

CAPÍTULO VIII CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, terá, na forma prevista em lei e neste Estatuto Social, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão eleitos pelo próprio Conselho.

9/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 2º O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, a contar da data da Assembleia Geral que os eleger, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo do mandato estender-se-á até a posse dos novos membros.

§ 3º O Diretor-Presidente da Companhia, ou aquele que estiver substituindo-o, é participante obrigatório das reuniões do Conselho.

§ 4º O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, sendo:

I - 02 (dois) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A; e

II - 01 (um) representante indicado pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 5º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - no período de 12 meses tiver deixado de comparecer a 02 (duas) reuniões ordinárias sequenciais, ou a 03 (três) reuniões ordinárias não consecutivas, sem justificativas aceitas pelo Presidente do Conselho de Administração; e

II - candidatar-se a mandato público eletivo. A perda do cargo dar-se-á na data do registro da candidatura.

Art. 19. No caso de vacância do cargo de Conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder nova eleição.

Art. 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, mediante notificação escrita, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho e secretariadas por quem ele indicar.

§ 3º Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do parágrafo único do artigo 21 deste Estatuto Social.

§ 4º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Empresa, sendo admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência.

Art. 21. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

10/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00060-00176774/2020-49-e (53300012105) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 14/14

pág. 11/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Parágrafo único. Alternativamente, em caso de ausência de qualquer membro do Conselho, o mesmo poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile, correio eletrônico ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação do recebimento.

Art. 22. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos do Conselho cabendo ao Presidente além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate.

Art. 23. Compete ao Conselho de Administração da Companhia, além de outras atribuições regulamentadas em lei:

I - fixar a Orientação Geral dos Negócios da Companhia, além de outras atribuições regulamentadas em Lei;

II - aprovar os documentos classificados como Estratégicos da Companhia, como Código de Conduta e Integridade Políticas; Plano Básico Organizacional – PBO; Orçamento; Planejamento Estratégico, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Regulamento de Licitações e Plano de Continuidade de Negócios.

III - autorizar as operações de que trata o parágrafo único do artigo 4º deste Estatuto Social;

IV - eleger o Diretor Presidente da Empresa por indicação do Diretor-Presidente do BRB - Banco de Brasília S.A., obedecidas as Leis e as disposições contidas neste Estatuto Social;

V - eleger e destituir os membros da Diretoria Colegiada da Empresa, e fixar-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

VI - fiscalizar a gestão da Diretoria Colegiada da Empresa, examinar a qualquer tempo seus livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

VII - manifestar-se formalmente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Colegiada e as Demonstrações Contábeis da Empresa, a serem submetidas à Assembleia Geral;

VIII - propor à Assembleia Geral as reformas estatutárias e manifestar-se sobre as propostas da mesma natureza apresentadas pela Diretoria Colegiada;

IX - convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou para o fim disposto no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976;

X - aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês em seu próprio âmbito;

11/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

XI - estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio;

XII - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Empresa, integrantes do ativo permanente, observadas as normas internas de competências e alçadas;

XIII - aprovar a estrutura organizacional da Empresa, especificando as responsabilidades e atribuições em nível igual ou superior ao de Gerência, observadas as disposições legais e regulamentares e as boas práticas de governança corporativa;

XIV - aprovar a política de pessoal da Empresa, fixando os respectivos dispêndios globais anuais;

XV - autorizar viagens a serviço ao exterior aos membros da Diretoria Colegiada;

XVI - aprovar o Regulamento de Compras e Contratações da Empresa; e

XVII - deliberar sobre:

a) a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

b) o pagamento de juros sobre o capital próprio; e

c) a participação da Empresa em sociedades.

XVIII - submeter anualmente, à Assembleia Geral, proposta da remuneração global dos administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada) da Empresa na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/1976, com observância aos parâmetros estabelecidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A.;

XIX - apreciar e deliberar sobre as proposições do Comitê de Remuneração, referentes às remunerações dos membros da Diretoria Colegiada (composição e fixação da remuneração fixa, remuneração variável, bonificações, benefícios e vantagens), observado o alinhamento entre os interesses dos administradores e da Empresa, no curto, médio e longo prazo;

XX - supervisionar a conformidade da Empresa com as normas do BRB - Banco de Brasília S.A. que regem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada;

12/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

XXI - supervisionar o relacionamento entre os membros da Diretoria Colegiada da Empresa com as demais partes interessadas;

XXII - decidir sobre os critérios da participação nos lucros e resultados da Empresa aos empregados;

XXIII - avaliar formalmente, ao fim de cada ano, o seu próprio desempenho e o da Diretoria Colegiada;

Parágrafo único. O processo de avaliação de desempenho citado no inciso XXIII deste artigo, no caso de administradores e dos membros de comitês, será realizado de forma individual e coletiva, conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, devendo ser avaliados na forma prevista na legislação.

XXIV - aprovar a criação, extinção e funcionamento de comitês estratégicos, operacionais e de controle e fiscalização, no âmbito da Diretoria Colegiada e unidades administrativas;

XXV - fixar as competências e as alçadas próprias, da Diretoria Colegiada e de seus membros, dos Comitês, bem como dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Empresa;

XXVI - aprovar os critérios de participação da Empresa em outras Sociedades, como meio de realizar seu objeto social ou para utilizar-se de incentivos;

XXVII - aprovar matérias relativas a encerramento, renúncia, liberação, cessão ou acordo de qualquer processo judicial, que envolva valores superiores a 10% do Patrimônio Líquido da Empresa; e

XXVIII - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Empresa, inclusive os riscos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

CAPÍTULO IX DIRETORIA COLEGIADA

Art. 24. Todos os membros da Diretoria Colegiada serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§ 1º O ato de nomeação exarado pelo Conselho de Administração indicará nominalmente os ocupantes dos cargos, especificando a Diretoria.

§ 2º a Diretoria Colegiada é composta pelo Diretor-Presidente e 03 (três) Diretores, sendo:

13/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - 03 (três) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A, sendo 01 (um) deles do quadro de empregados do Banco; e

II - 01 (um) representante indicado pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 3º Os membros da Diretoria Colegiada terão mandato de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo do mandato estender-se-á até a posse dos novos diretores.

§ 4º No prazo a que se refere o § 3º do caput, serão considerados os períodos anteriores de gestão ou de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da Empresa.

§ 5º Para fins do disposto no § 3º do caput, não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da Empresa.

§ 6º Atingidos os prazos máximos a que se refere o § 3º do caput, o retorno de membro estatutário para um mesmo cargo só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão ou de atuação.

Art. 25. Em suas ausências, licenças ou afastamentos, o Diretor-Presidente e demais membros da Diretoria Colegiada serão substituídos, cumulativamente, por outro membro da própria Diretoria, mediante designação do Diretor-Presidente e posterior homologação do Conselho de Administração.

§ 1º Nos casos de vacância em cargos da Diretoria Colegiada, o provimento do cargo, inclusive o de Diretor-Presidente, será feito pelo Conselho de Administração, mediante eleição, observadas as normas internas e externas que regem a matéria.

§ 2º O substituto eleito ocupará o cargo para o qual foi designado pelo tempo que restava ao substituído.

Art. 26. É assegurado aos membros da Diretoria Colegiada:

I - gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário; e

II - gozo de férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos, vedada sua conversão em espécie ou indenização.

§ 1º As atribuições individuais do Diretor-Presidente da Empresa serão exercidas, durante suas ausências, licenças ou afastamentos:

14/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo Administrativo 03284/2020-29539297893/00060-00176774/2020-49-e / pg. 14/30

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 15/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - de até 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Diretores que o Conselho de Administração designar; e

II - superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Diretores que for indicado interinamente pelo BRB - Banco de Brasília S.A. ou pela AEBRB, dependendo de quem indicou o Diretor Presidente afastado, e homologado pelo Conselho de Administração.

§ 2º No caso de vacância, o cargo de Diretor-Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, pelo Diretor indicado interinamente pelo BRB - Banco de Brasília S.A. e homologado pelo Conselho de Administração.

§ 3º As atribuições individuais dos Diretores serão exercidas por outro Diretor, cumulativamente, sem acréscimo de remuneração, nos casos de ausências, licenças ou afastamentos bem como no caso de vacância, sendo:

I - até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante designação do Diretor-Presidente; e

II - superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou em caso de vacância, até a posse do substituto eleito, mediante designação pelo Conselho de Administração, dentro do período em que exercer as funções do cargo.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, o Diretor acumulará suas atribuições com as do Diretor-Presidente, com acréscimo de remuneração, no limite da diferença do valor entre elas.

§ 5º Perderá o cargo, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, o membro da Diretoria Colegiada que se ausentar sem amparo da Lei ou deste Estatuto Social.

Art. 27. Sob pena de perder o cargo caso haja descumprimento, os membros da Diretoria Colegiada terão dedicação integral, sendo vedado o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, exceto:

I - quando desenvolvidas no BRB, em suas Subsidiárias Integrais, Controladas ou Coligadas ou em sociedades das quais esses participem, direta ou indiretamente, observado o disposto no Inciso II, deste artigo;

II - em outras sociedades, por designação do Governador do Distrito Federal ou do Presidente da República, ou por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração; e

III - participação em Conselhos de Administração e/ou Fiscal de Empresas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional e/ou entidades afins.

Art. 28. É vedado aos sócios, diretores e administradores da Empresa:

15/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - aceitar ou exercer cargo ou emprego em pessoa jurídica de Direito Público, inclusive de entidade paraestatal; e

II - serem sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de Empresa de seguros, de capitalização ou de entidade aberta de previdência complementar.

Art. 29. Compete à Diretoria Colegiada cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e todas as deliberações e decisões ocorridas no âmbito dos órgãos de Governança.

Parágrafo único. Todas as decisões no âmbito da Empresa são tomadas com observância das normas internas que estabelecem as competências e alçadas aplicáveis.

Art. 30. À Diretoria Colegiada, formada pelo Diretor Presidente e Diretores, compete:

I - fazer cumprir a Orientação Geral de Negócios da Empresa, aprovada pelo Conselho de Administração;

II - deliberar e propor ao Conselho de Administração, para manifestação, as reformas estatutárias;

III - deliberar e propor ao Conselho de Administração o disposto em documentos institucionais classificados como estratégicos da Empresa, formalizados em Código de Conduta e Integridade, Políticas, Plano Básico Organizacional – PBO, Orçamento, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Regulamento de Licitações e Plano de Continuidade de Negócios;

IV - convocar a Assembleia Geral, na forma da lei, se o Conselho de Administração deixar de fazê-lo em tempo hábil;

V - garantir o cumprimento e a execução das matérias contidas nos documentos institucionais aprovados e das decisões exaradas, no âmbito dos órgãos de governança;

VI - aprovar e fazer executar os Planos Operacionais da Empresa;

VII - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

VIII - manifestar-se e propor ao Conselho de Administração a política de pessoal, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, auxílios, benefícios, e o dispêndio global anual dos empregados da Empresa, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;

16/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

IX - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionista ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

X - decidir sobre a criação, instalação e encerramento de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XI - deliberar e propor ao Conselho de Administração, em nível igual ou superior ao de Gerência e aprovar, para os demais níveis hierárquicos, a estrutura organizacional da Empresa, bem como as suas responsabilidades e atribuições, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis e as boas práticas de governança corporativa;

XII - deliberar e propor ao Conselho de Administração a criação, extinção e funcionamento de Comitês estratégicos, operacionais e de controle e fiscalização, no âmbito da Diretoria Colegiada e Unidades Administrativas;

XIII - manifestar-se e propor ao Conselho de Administração as competências e alçadas da Diretoria Colegiada e de seus membros, dos Comitês, bem como dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Empresa;

XIV - propor ao Conselho de Administração as matérias relativas a:

a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual;

b) pagamento de juros sobre o capital próprio;

c) participações da Empresa em sociedades; e

d) aprovação do Regulamento de Compras e Contratações da Empresa.

XV - aprovar o Regimento Interno da Diretoria Colegiada e dos Comitês constituídos no âmbito deste órgão;

XVI - propor ao Conselho de Administração as matérias relativas à participação dos empregados nos lucros ou resultados da Empresa.

XVII - submeter, anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de sua gestão e as demonstrações contábeis reguladas na Lei das Sociedades por Ações.

17/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

XVIII - autorizar a aquisição ou alienação de bens imóveis em caráter transitório, não integrantes do ativo permanente e que devam ser destinados à venda por disposição legal ou regulamentar, assim considerados os que tenham recebido em dação em pagamento, ou adquiridos em situação similar, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa.

XIX - propor ao Conselho de Administração a aquisição ou alienação de bens imóveis de uso da Empresa, integrantes do seu ativo permanente, ressalvado o disposto no inciso XVIII.

XX - autorizar a locação de bens imóveis de propriedade da Empresa, ou de propriedade de terceiros para seu uso, observadas as competências e alçadas.

XXI - autorizar a doação de bens inservíveis a sociedades civis sem fins lucrativos de caráter filantrópico, social, recreativo, cultural ou assistencial, bem como aprovar os normativos pertinentes, observadas as normas internas relativas as competências e alçadas.

XXII - deliberar e propor ao Conselho de Administração matérias relativas a encerramento, renúncia, liberação, cessão ou acordo de qualquer processo judicial, que envolva valores superiores a 10% do Patrimônio Líquido da Empresa.

Parágrafo único. É condição para investidura em cargo de diretoria da BRB Serviços a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

Art. 31. Compete ao Diretor-Presidente:

I - presidir a Empresa e dirigir seus negócios, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho de Administração, exercitando todos os poderes conferidos no Estatuto Social ou em Resoluções do Conselho de Administração, mesmo os delegados a quaisquer outros membros da Diretoria Colegiada ou da competência destes;

II - sobrestar decisões da Diretoria Colegiada, podendo determinar novo exame ou recorrer ao Conselho de Administração;

III - outras tarefas definidas na regulamentação interna aprovada pelo Conselho de Administração, ou demandadas por este;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Colegiada e supervisionar a sua atuação;

V - propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Diretores, bem como eventual remanejamento;

18/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

VI - dirigir e coordenar a atuação dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

VII - indicar, dentre os Diretores, coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências, licenças ou afastamentos, as reuniões da Diretoria Colegiada;

VIII - assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, acordos operacionais, contratos, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, inclusive os relativos à movimentação de fundos e depósitos bancários, ressalvado o endosso de cheques para depósito em conta corrente, que poderá ser feito isoladamente por qualquer Diretor; e

IX - nomear procuradores, em conjunto com outro Diretor, especificando os poderes. É vedada a outorga de poderes para substituir o outorgante na administração da Empresa;

X - gerenciar os riscos e controles nos processos, produtos e serviços da Empresa, além de se reportar periodicamente ao CRO do Conglomerado BRB.

Art. 32. Compete a cada Diretor:

I - administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas;

II - supervisionar a atuação dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

III - garantir que os processos vinculados à sua área de atuação estejam sendo operacionalizados nos termos definidos nas regulamentações externas e internas;

IV - garantir a confiabilidade da gestão dos riscos e dos controles nos processos, produtos e serviços, sob condução da área que administra;

V - coordenar as reuniões da Diretoria Colegiada, quando designado pelo Diretor-Presidente;

VI - assinar, em conjunto com o Diretor-Presidente, ou, na sua ausência, com outro Diretor, convênios, acordos operacionais, contratos, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, inclusive os relativos à movimentação de fundos e depósitos bancários, ressalvado o endosso de cheques para depósito em conta corrente, que poderá ser feito isoladamente por qualquer Diretor; e

19/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00060-00176774/2020-49-e (2020-02-25) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 15/15

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 20/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

VII - nomear procuradores, em conjunto com o Diretor-Presidente, ou, na sua ausência, com outro Diretor, especificando os poderes. É vedada a outorga de poderes para substituir o outorgante na administração da Empresa.

§ 1º O coordenador designado pelo Diretor Presidente para presidir as reuniões da Diretoria Colegiada não proferirá voto de qualidade no exercício dessa função.

§ 2º As atribuições individuais do Diretor-Presidente e dos Diretores serão exercidas, nas suas ausências, licenças ou afastamentos, na forma dos arts. 25 e 26, observado o que dispuserem as normas sobre competências, as alçadas decisórias e demais procedimentos fixados pela Diretoria Colegiada.

§ 3º Além do disposto nos incisos I a V, compete ao Diretor que exercer as atividades de Controladoria e Compliance, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

- a) assegurar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros;
- b) supervisionar e coordenar a área de contabilidade;
- c) zelar pela qualidade, adequação e efetividade dos sistemas de controles externos e internos.

Art. 33. Todas as regras de funcionamento da Diretoria Colegiada serão disciplinadas por meio de seus Regimentos Internos e dos normativos internos, observado o disposto neste artigo.

§ 1º As reuniões ordinárias da Diretoria Colegiada serão, no mínimo, semanais, de caráter deliberativo, sempre convocadas pelo Diretor-Presidente da Empresa ou por seu substituto designado, ou pela maioria dos membros, e obrigatoriamente deverão ter a participação da maioria dos integrantes do órgão.

§ 2º As decisões da Diretoria Colegiada serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade, em caso de empate.

CAPÍTULO X SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Art. 34. É obrigatória a seguinte segregação:

Parágrafo único. As unidades responsáveis por funções relativas à gestão de riscos não podem ficar sob a supervisão direta de Diretoria a que estiverem vinculadas unidades responsáveis por qualquer outra atividade administrativa ou comercial.

20/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

CAPÍTULO XI

REPRESENTAÇÕES E CONSTITUIÇÃO DE MANDATÁRIOS E PREPOSTOS

Art. 35. A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários da Empresa compete ao Diretor-Presidente.

§1º. Os instrumentos de mandato devem especificar os atos ou as operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, podendo, o mandato judicial, ser por prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria Colegiada da Empresa, salvo se o mandato for expressamente revogado.

Art. 36. A Empresa poderá ter prepostos de sua livre escolha bem como designar, entre eles, o que substitua nos impedimentos ou faltas.

CAPÍTULO XII

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 37. A Empresa utilizará Regulamento de Compras e Contratações aprovado pelo Conselho de Administração, em todas as suas relações com fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo Único. O Regulamento de Compras e Contratações da Empresa deve ser elaborado à luz da Lei nº 13.303/2016.

Art. 38. A Empresa pode contratar as Empresas do Conglomerado BRB para a execução dos serviços necessários ao exercício de suas atividades.

Art. 39. O quadro de pessoal da Empresa é composto por empregados de quadro próprio, e/ou empregados cedidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A., mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação de estagiários e, em casos especiais, definidos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração, a contratação de mão de obra por prazo determinado.

CAPÍTULO XIII

OUIDORIA

Art. 40. A Empresa utilizará, como canal de comunicação entre clientes e usuários dos produtos e serviços de seu portfólio, a estrutura de Ouvidoria do BRB - Banco de Brasília S.A. mediante a definição, na estrutura organizacional da BRB Serviços, das Unidades responsáveis pelo acompanhamento e realização de procedimentos internos que assegurem o atendimento e respostas às demandas registradas.

21/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

CAPÍTULO XIV CONSELHO FISCAL

Art. 41. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitidas até 02 (duas) reconduções consecutivas, será composto de até 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador de empresa.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por até 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 02 (dois) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A.; e

II - 01 (um) representante, pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 2º Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal, cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau de membros de órgãos de Administração das Empresas do Conglomerado, assim como as pessoas enumeradas nos §§ 1º e 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976.

§ 3º Na eleição do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral indicará nominalmente os membros efetivos e os respectivos suplentes.

§ 4º O Conselho Fiscal, por voto favorável de, no mínimo, a maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu regimento interno.

§ 5º A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", assinado pelo empossado e pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 6º No caso de vacância do cargo ou afastamento, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente.

§ 7º Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada em que se devam discutir e votar matérias sobre as quais lhes caiba emitir parecer, conforme artigo 163, II, III e VII, da Lei nº 6.404/1976.

Art. 42. As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei das Sociedades por Ações.

22/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Art. 43. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 0,1 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros.

§ 1º A remuneração a que se refere este artigo será mensal e corresponderá a todos os trabalhos afetos ao Conselho Fiscal, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 2º Os Conselheiros, inclusive os suplentes, receberão a remuneração proporcionalmente ao número de vezes em que comparecerem às reuniões do Conselho.

Art. 44. Os membros do Conselho Fiscal acionistas da Empresa estão sujeitos aos deveres estabelecidos no artigo 17 deste Estatuto Social.

Art. 45. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - uma vez por mês, para tomar conhecimento dos balancetes e fazer os exames e demais pronunciamentos ou adotar procedimentos determinados por Lei ou por este Estatuto Social;

II - quando convocado pelo Conselho de Administração, para apresentar, na forma da Lei e deste Estatuto Social, parecer sobre os negócios e operações sociais realizados em cada semestre do exercício em que servir; e

III - extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocado, na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo único. Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato.

Art. 46. A eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à ratificação, pelo Comitê de Elegibilidade do BRB - Banco de Brasília S.A., quanto ao cumprimento dos requisitos e ausência dos impedimentos previstos em Lei e neste Estatuto.

CAPÍTULO XV

FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

Art. 47. Os órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal e em casos específicos, a União, fiscalizarão a Companhia, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

§ 1º Para a realização da atividade fiscalizatória de que trata o caput, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aqueles classificados como sigilosos pela Empresa, nos termos da Lei no 12.527.

23/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 2º O grau de confidencialidade será atribuído pela Empresa, no ato de entrega dos documentos e das informações solicitados, tornando-se o órgão de controle com o qual foi compartilhada a informação sigilosa corresponsável pela manutenção do seu sigilo..

Art. 48. As informações da Empresa relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal.

§ 1º As demonstrações contábeis auditadas da BRB Serviços serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Empresa na Internet, inclusive em formato eletrônico editável.

§ 2º As atas e os demais expedientes oriundos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos Conselhos de Administração ou Fiscal da Empresa, inclusive gravações e filmagens, quando houver, deverão ser disponibilizados para os órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

§ 3º O acesso dos órgãos de controle às informações referidas neste Capítulo será restrito e individualizado.

§ 4º As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor responsável pela atividade fiscalizatória administrativa, civil e penalmente pelos danos causados ao BRB, suas Subsidiárias e Controladas e a seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida.

§ 5º Os critérios para a definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial serão estabelecidos em normas internas da Empresa, observada a legislação de regência.

Art. 49. O controle das despesas decorrentes dos contratos e dos demais instrumentos regidos pela Lei nº 13.303/2016, será feito pelos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, na forma da legislação pertinente, ficando o BRB, suas Subsidiárias e Controladas responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade quanto à aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016, devendo protocolar o pedido no prazo de cinco dias úteis anteriores à data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação no prazo de três dias úteis, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 2º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal contra irregularidades quanto à aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016.

§ 3º Os órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional do BRB, suas subsidiárias e controladas sediadas no País e no exterior, obrigando-se os jurisdicionados à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

§ 4º A disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo comercial ou industrial receberá proteção mínima necessária para lhes garantir a confidencialidade.

24/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo Administrativo nº 00060-00176774/2020-49-e (39297893) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 15/15

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 25/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 5º O disposto no § 4º não será oponível à fiscalização dos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal do servidor que der causa à eventual divulgação dessas informações.

Art. 50. As ações e deliberações do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Controladoria-Geral do Distrito Federal não podem implicar interferência na gestão das Empresas estatais nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição da forma de execução das políticas públicas setoriais.

Art. 51. A Empresa deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência::

I - elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos estratégicos da Empresa, definidos para o exercício, em atendimento ao interesse coletivo compatível com o mercado em que atua com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;

II - adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

III - divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;

IV - elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;

V - elaboração de política de distribuição de dividendos;

VI - divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo;

VII - elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

VIII - ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;

IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

§ 1º O interesse público da Empresa manifesta-se por meio do alinhamento de seus objetivos estratégicos e do interesse coletivo compatível com o mercado em que atua, na forma explicitada na carta anual a que se refere o inciso I do caput.

§ 2º Quaisquer obrigações e responsabilidades que a Empresa, por explorar atividade econômica, assuma em condições distintas às de qualquer outra Empresa do setor privado em que atua, deverão:

25/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;

II - ter seu custo e suas receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 3º Os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência constantes dos incisos I a IX do *caput* deverão ser publicamente divulgados na internet de forma permanente e cumulativa.

CAPÍTULO XVI

DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 52. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro.

Art. 53. Ao encerramento do exercício, a Diretoria Colegiada fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Empresa, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Empresa e as mutações ocorridas no período, além de outras que se fizerem necessárias por exigência legal:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração das mutações do patrimônio líquido;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e

V - demonstração do resultado abrangente.

Parágrafo único. As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 54. Juntamente às demonstrações contábeis, os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos arts. 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/1976 e as disposições seguintes:

26/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo Administrativo 00060-00176774/2020-49-e (2020-02-25) 00060-00176774/2020-49-e / pg. 15/15

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 27/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social; e

II - será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

§ 1º O saldo remanescente, depois de apartado o valor dos dividendos obrigatórios mencionados no Inciso II, terá sua distribuição proposta pelos órgãos de administração, juntamente com as demonstrações contábeis, de acordo com a Lei nº 6.404/1976, podendo ser destinado total ou parcialmente ao pagamento de dividendos adicionais ou à formação de Reservas de Lucros.

§ 2º Os dividendos são pagos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados.

Art. 55. A Diretoria Colegiada autorizará o pagamento ou crédito de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, observada a legislação e na forma da deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo único. A Diretoria Colegiada fixará o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma deste artigo.

Art. 56. A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, destinar parte do Lucro Líquido à formação de Reservas para Contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda provável, cujo valor possa ser estimado.

Parágrafo único. A proposta deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

CAPÍTULO XVII GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE

Art. 57. A Companhia adotará regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:

I - ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;

II - área de integridade e de gestão de riscos; e

Art. 58. A Empresa terá, em sua estrutura organizacional, uma área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, vinculada ao Diretor-

MD

27/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Presidente, que terá a finalidade de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º As atribuições da área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, além de outras previstas na legislação, serão:

I - envolver todos os agentes da estrutura em alguma etapa;

II - padronizar conceitos e práticas;

III - influenciar na tomada de decisão;

IV - assegurar que as diretrizes de Governança Corporativa do BRB sejam adotadas pela Empresa;

V - fornecer um fluxo dinâmico e eficiente de informação;

VI - aumentar a transparência da Empresa;

VII - definir os parâmetros externos e internos a serem levados em consideração, ao gerenciar riscos e ao estabelecer o escopo e os critérios de risco;

VIII - identificar os riscos, registrando a busca, com reconhecimento e descrição de riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

IX - analisar os riscos e sua natureza, e determinar o respectivo nível de risco mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;

X - tratar os riscos, selecionar e implementar uma ou mais ações de tratamento para modificar os riscos;

XI - monitorar, analisar e criticar a verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de risco, realizadas de forma contínua, a fim de determinar a adequação, suficiência e eficácia dos controles internos para atingir os objetivos estabelecidos; e

XII - comunicar, consultar e manter fluxo regular e constante de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

28/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 2º A descrição detalhada das fases a que se refere o *caput* deste artigo, bem como os procedimentos e os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos, serão definidos no Plano de Gestão de Riscos, a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão de Riscos do BRB e aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 3º Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Conselho de Administração.

Art. 59. O processo de gestão de riscos deve ser realizado em ciclos não superiores a 2 (dois) anos, abrangendo os processos de trabalho das áreas de gestão orçamentária, gestão processual, gestão de pessoas, tecnologia da informação, comunicação e aquisições.

Parágrafo único. O limite temporal a ser considerado para o ciclo de gestão de riscos de cada processo de trabalho será decidido pelo respectivo gestor, levando em conta o limite máximo estipulado no *caput* deste artigo.

Art. 60. A área de integridade, bem como, a área de *compliance*, se reportará diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, nas situações em que houver suspeita do envolvimento dos membros da diretoria em irregularidades ou quando estes deixarem de adotar as medidas necessárias em relação à situação a eles relatadas.

§ 1º O Código de Conduta e Integridade, deverá dispor sobre:

I - princípios, valores e missão da Empresa, além de orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;

III - canal de ética que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e demais normas internas de ética;

IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilize o canal de ética;

V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade; e

VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados e administradores, e sobre a política de gestão de riscos, para administradores.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61. A Empresa entra em liquidação nos casos previstos em Lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, à qual compete estabelecer o modo de liquidação, bem como eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

29/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Art. 62. Os Administradores da Empresa, ou ao menos um deles; os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles; e o Auditor Independente, se houver, deverão estar presentes às Assembleias Gerais para atender aos pedidos de esclarecimentos de acionistas.

Art. 63. A Companhia assegurará aos integrantes da Diretoria Colegiada, dos Conselhos de Administração e Fiscal, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Empresa, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função.

§ 1º A Empresa poderá manter, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, observado o disposto no caput, contrato de seguro permanente em favor das pessoas mencionadas, para resguardá-los de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandadas judicial ou administrativamente.

§ 2º Se alguma das pessoas mencionadas no caput for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto Social, deverá ressarcir a Empresa de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei.

§ 3º O Conselho de Administração regulamentará a forma, as condições e os limites para a concessão da assistência jurídica.

Art. 64. A remuneração dos Administradores da Empresa deverá refletir a política remuneratória do BRB - Banco de Brasília S.A., bem como a estrutura de subordinação societária.

Art. 65. As atribuições e competências do Comitê de Remuneração, Comitê de Risco, Comitê de Elegibilidade e Comitê de Auditoria Estatutário do BRB - Banco de Brasília S.A. serão adotadas pela Empresa, por meio de procedimentos a serem definidos pelo Banco, na condição de controlador das Empresas do Conglomerado.

Art. 66. Este Estatuto Social entra em vigor na data de sua publicação.


HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTA
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A.


MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
DIRETOR PRESIDENTE
BRB SERVIÇOS S/A.



1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CNS Cartório São - Bloco C - Torres 12 e 31 CEP: 70300-530 | Brasília - DF
Fone: (61) 3789-1515 | www.cartoriojok.com.br
Zébaldo de Azeiteiro Diniz de Faria

CARTÓRIOJOK

1.º OFÍCIO DE NOTAS
João Ribeiro da Silva
Escrevente
BRASILIA-DF

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Brasília-DF, 31 de Janeiro de 2019
JOAO RIBEIRO DA SILVA
ESCREVENTE NOTARIAL
Consultar selos: www.tjdft.jus.br
320 - Selo: TJDFT20190010139585DVKZ



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
047810272013-4
21/03/2013

REGISTRO
GERAL

NOME
MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS
JACINTO

RELACAO
FELIPE DOS SANTOS JACINTO E MARIALICE
FONTOURA DOS SANTOS JACINTO

NATURALIDADE
SAO LUIS - MA

DATA DE NASCIMENTO
08/06/1967

Nº DE QUELHA
CASAM. N.11630 FLS.435 LIV.B21

CNPJ
473222251-04
P-2

ASSINATURA DO TITULAR
LEI Nº 7.116 DE 20/06/2013

VIA-01

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO E PROTESTO

MA1000658317



Assinatura do T. Jacinto

Carteira de Identidade





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 20/11/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/06/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/04/2020
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 31/03/2020 09:20

1 de 1

CPF: 903.002.111-04 Nome: EDUARDO MENDANHA RESENDE

Ass: _____
Processo Habilitação 09284/2020-025539297833/000605000620402020419/pg. 165 / pg. 165

TERMO DE POSSE

HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JULIANA GONÇALVES NAVARRO
DIRETORA DE OPERAÇÕES.





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

DIRETORIA

TERMO DE POSSE

Aos 31 dias do mês de maio do ano de 2019, às dezesseis horas, na sala de reuniões da BRB Serviços S/A, situada no SCN Quadra 04 Bloco C, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, compareceu o Sr. **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 047810272013-4 SSP/MA, emitida em 21/03/2013, e do CPF nº 473.222.251-04, residente e domiciliado na SQNW 309, Bloco D, Apartamento 509, Setor Noroeste, Brasília - DF, CEP 70.687-120, após cumprimento das formalidades legais, tomar posse e entrar no exercício do cargo de **Diretor Presidente - PRESI** da BRB SERVIÇOS S/A, para o qual foi eleito na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração nº 33/2019, em 31.05.2019, nos termos do Estatuto Social, para mandato que se expira em **27/04/2020**, ou até investidura de novo membro, declarando o Diretor, sob as penas da Lei, não estar impedido de exercer o cargo: (I) por lei especial; (II) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; (III) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (IV) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, além de ter conhecimento do inteiro teor do Estatuto Social da Companhia. Declara, ainda, o endereço acima como seu domicílio para todos os efeitos legais. Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse.

Brasília, 31 de maio de 2019.


MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
Diretor Presidente


HUMBERTO J. T. MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração

SCN Quadra 04, Bloco C - Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70714-030
www.brb.servicos.com.br



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1299854 em 15/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo 191096091 - 24/06/2019. Autenticação: 294C802536371160799AC4C06FA52D1A1131942F. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/109.609-1 e o código de segurança 8v6W Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/08/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

Processo 00060-00176774/2020-49-e (2020-02-23 13:29:53) 00060-00176774/2020-49-e / pg 167



NIRE: 533.00012105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

DIRETORIA

TERMO DE POSSE

Aos 8 (oito) dias do mês de outubro de 2019, às nove horas, na sede da Companhia, situada no SCN Quadra 04 Bloco C, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, compareceu o senhor **RICARDO JOSÉ DUARTE RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, Mestre em Ciências Contábeis, portador do CPF nº 970.107.661-34 e da Carteira de Identidade nº 1.997.936 SSP- DF, residente e domiciliado na Quadra 204, Praça Pardal, Bloco A, Lote 04, Apartamento 804, Águas Claras, Brasília-DF, CEP: 71.939-540, para, após cumprimento das formalidades legais, tomar posse e entrar em exercício no cargo de **Diretor de Controladoria, Administração e Finanças da BRB SERVIÇOS S.A.**, para o qual foi eleito na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ocorrida, em 04/10/2019, para mandato com início nesta data e término em **27/04/2020** ou até investidura de novo membro. O Diretor empossado declara estar apto para assumir o cargo, nos termos dos normativos que dispõem sobre os requisitos e impedimentos para seu exercício. Declara, ainda, o endereço acima como seu domicílio para todos os efeitos legais. Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1351234 em 13/01/2020 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFN1949385840 - 13/01/2020. Autenticação: 9CEFCAE0F1CDFEE2E72C572F0AE9C2F04029AD. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 20/001.134-1 e o código de segurança MhVx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00060-00176774/2020-49-e

MAXIMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 7/11



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Programação Orçamentária

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À

GEAQ/DAESP

Sr. (a) Gerente,

Trata-se os autos da **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente**, no valor de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

Em atendimento ao despacho 38030109, informamos abaixo as funcionais programáticas mais adequadas para custear a referida despesa, bem como, os valores fixados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, nessas ações:

- 10.126.8202.1471.0087 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.640.867,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e sete reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.
-
- 10.126.8202.2557.0100 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.967.463,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e três reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

Informamos também, que foi solicitado o descontingenciamento dos créditos nos Programas de Trabalho acima, por meio do processo SEI 00060-00139281/2020-28, a fim de atender a presente demanda.

Salientamos que o contingenciamento supracitado é decorrente do Decreto nº 40.449, de 07 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2020, e dá outras providências.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1**,



Gerente de Execução Orçamentária, em 02/04/2020, às 12:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BANGOIM MARREIROS LIMA - Matr.1657796-5, Diretor(a) de Análise e Execução Orçamentária**, em 02/04/2020, às 12:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO CARLOS DA PAIXAO - Matr.1443229-3, Chefe do Núcleo de Programação Orçamentária**, em 02/04/2020, às 12:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONAN PEREIRA LIMA - Mat.1694457-7, Diretor(a) do Fundo de Saúde**, em 02/04/2020, às 14:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **38040617** código CRC= **626876AD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À

SUAG/SES

Trata o presente processo da contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico (37293085).

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 60 (37301064) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37383728) até as 10 horas do dia 20 de março de 2020. Em que pese tenhamos elaborado o Despacho SES/SUAG/DAESP/GEAQ 37383752, informamos que recebemos apenas uma proposta (37433072) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA., porém foi enviada no dia 20 de março de 2020 às 17:13 (37434525), ou seja, fora do prazo estipulado. Após edição de novo Ofício, a saber, Ofício 349 (37510147), com novo prazo para apresentação de propostas, até o dia 30/03/2020, às 15 horas, foram recebidas, tempestivamente, duas propostas, uma do BRB SERVIÇOS (37825188) e uma da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (37825296).

Consta nos autos manifestação da área técnica favorável à proposta da empresa BRB SERVIÇOS (37825188), a qual expressa que *"esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes"* (37905728). Consta também manifestação da Diretoria de Análise e Execução Orçamentária (DIOR/FSDf) (38040617).

Diante do exposto, encaminhamos o presente processo para conhecimento e prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.16.....**,
Gerente de Aquisições Especiais, em 02/04/2020, às 12:41, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6**,
Diretor(a) de Aquisições Especiais, em 02/04/2020, às 12:41, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38043891** código CRC= **519B1EBE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Consultivo

Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS

PROCESSO N.º 00020-00009864/2020-74

E M E N T A :PARECER
REFERENCIAL. ADMINISTRATIVO.
AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E
INSUMOS. ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA DA DOENÇA DO
CORONAVÍRUS (COVID-19).
CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE
LICITAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926/2020.
DECRETOS DISTRITAIS Nºs 40.475/2020 E
40.512/2020.

1. Cancelamento do Parecer Referencial
nº 001/2020 – PGCONS/PGDF, em razão
de alteração legislativa superveniente,
consistente na edição da Medida
Provisória nº 926/2020.

2. Parecer jurídico referencial que é
exarado com fundamento no art. 36, §2º
da Instrução Normativa nº 05/2017,
elaborada pela Secretaria de Gestão do
então Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão, recepcionada
em âmbito local pelo Decreto distrital nº
38.934/2018, bem como no art. 7º da
Portaria PGDF nº 115/2020.

3. Indicação dos requisitos necessários
para a incidência do art. 4º da Lei federal
nº 13.979/2020, bem como dos elementos
que devem constar da instrução dos autos
de cada processo de contratação direta,
mediante dispensa de licitação, para a
aquisição de bens, serviços e insumos
destinados ao enfrentamento da
pandemia da doença do coronavírus
(COVID-19).

4. Com a emissão de parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

5. Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com (a) cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e (b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

Exmo. Sr. Procurador-Chefe do Consultivo em Matéria Financeira, Tributária e de Licitações e Contratos,

1. RELATÓRIO

Em 18.03.2020, foi-nos solicitada a elaboração de **parecer referencial** que abordasse as orientações e diretrizes para dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), conforme previsão da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto 40.512/2020, em especial o disposto em seu art. 6º (ID SEI 37262990).

Foram juntados aos autos a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (ID SEI 37273237), o Decreto nº 40.512, de 13 de março de 2020 e a Portaria PGDF nº 115, de 16 de março de 2020 (ID SEI 37273613).

Em 20.03.2020 exarei o Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF, aprovado com pequeno acréscimo, pelo Sr. Procurador-Chefe e Sra. Procuradora-Geral Adjunta do Consultivo (ID SEI 37378067).

Ontem, 21.03.2020, retornaram os autos para nova análise, tendo em vista a recente publicação da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Edição de norma superveniente que demanda a reanálise da matéria constante no Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF

Em 20.03.2020, foi exarado por esta Procuradoria o Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF, com a seguinte ementa:

“PARECER REFERENCIAL. ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DE SAÚDE. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA DOENÇA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020. DECRETOS DISTRITAIS Nºs 40.475/2020 E 40.512/2020.

1. Parecer jurídico referencial que é exarado com fundamento no art. 36, §2º da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada em âmbito local pelo Decreto distrital nº 38.934/2018, bem como no art. 7º da Portaria PGDF nº 115/2020.

2. Indicação dos requisitos necessários para a incidência do art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020, bem como dos elementos que devem constar da instrução dos autos de cada processo de contratação direta, mediante dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

3. Com a emissão de parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

4. Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com (a) cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e (b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.”

Tendo examinado a matéria **à luz da Lei federal nº 13.979/2020**, externamos as recomendações a serem seguidas pelos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal para a correta contratação direta mediante dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

Ocorre que, após a divulgação do mencionado parecer referencial, foi publicada, no Diário Oficial da União de 20.3.2020 - Edição Extra – G, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que *“altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”*

A [Medida Provisória nº 926/2020](#) introduziu alterações substanciais no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, dispositivo que serviu de fundamento para a elaboração do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF.

Em síntese, no que diz respeito ao **art. 4º da Lei nº 13.979/2020**, foi ampliada a

hipótese de incidência da autorização legal de dispensa para **incluir também os serviços de engenharia, substituindo, ainda, a expressão “insumos médicos” por “insumos” no caput do art. 4º.**

O **§3º do art. 4º** da referida lei passa a admitir, excepcionalmente, a **possibilidade de contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.**

Foi introduzido o **art. 4º-A**, para esclarecer que a dispensa tratada no *caput* do artigo 4º **não se restringe a equipamentos novos**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

No **art. 4º-B**, estabeleceu-se a **presunção** das seguintes condições nas dispensas tratadas na Lei:

- a) ocorrência de situação de emergência;
- b) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

No **art. 4º-C**, informa-se **não ser exigível a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.**

O **art. 4º-D** esclarece que o **gerenciamento de riscos** somente será exigível **durante a gestão do contrato.**

No que diz respeito ao **termo de referência ou projeto básico**, o **art. 4º-E** admite que este seja apresentado de **forma simplificada**, com os elementos indicados no **§1º** do artigo.

Nos termos do **§2º do art. 4º-E**, **dispensar-se-á**, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, a **estimativa de preços** de que trata o inciso VI do *caput* do artigo.

O **§3º do art. 4º-E** permite a **contratação** pelo Poder Público por **valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.**

Já o **art. 4º-F** permite, em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, que a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, a **dispensa da apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição**^[1].

O **art. 4º-G** estabelece **regras para as licitações na modalidade pregão**, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência da COVID-19, reduzindo, em especial, os prazos dos procedimentos licitatórios pela metade.

O **art. 4º-H** estabelece que **os prazos de duração dos contratos** regidos pela Lei serão de até seis meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Por último, o **art. 4º-I** previu a **obrigatoriedade** de os contratados aceitarem, **nas**

mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Como se verifica, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, ao criar todo um novo conjunto de regras específicas para as contratações tratadas na Lei nº 13.979/2020, impõe o **cancelamento do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF** com a edição de um novo parecer referencial, sendo esse o escopo desta manifestação.

2.2 A emissão de parecer referencial

A hipótese de dispensa de envio de processo a esta Procuradoria em caso de existência de **parecer jurídico referencial** encontra-se prevista no art. 36 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que *“dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”*

“Art. 36. Antes do envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, deve-se realizar uma avaliação da conformidade legal do procedimento administrativo da contratação, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa/Seges nº 2, de 6 de junho de 2016, no que couber.

§ 1º A lista de verificação de que trata o caput deverá ser juntada aos autos do processo, com as devidas adaptações relativas ao momento do seu preenchimento.

§ 2º É dispensado o envio do processo, se houver parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.”

Ressalte-se que a Instrução Normativa nº 5/2017 é aplicável, no que couber, às contratações de serviços, continuados ou não, **no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal**, por força do [Decreto distrital nº 38.934/2018](#).

Visando regulamentar a matéria, a [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#), que *“dispõe sobre os procedimentos inerentes à atuação dos Procuradores no âmbito da atividade consultiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências”*, assim definiu o **parecer referencial**:

“Art. 3º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

(...)

IV – parecer referencial: manifestação proferida por Procurador e sujeita à aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral Adjunto ou do Procurador-Geral do Distrito Federal, que deve observar os pressupostos de fato e de direito previstos no Capítulo IV desta Portaria;”

O Capítulo IV da mencionada Portaria, disciplinou as hipóteses em que é cabível a elaboração de **parecer referencial**, bem como as consequências de sua emissão para as Secretarias

de Estado e demais órgãos da estrutura administrativa do Distrito Federal:

“Art. 7º Fica admitida a elaboração de parecer referencial quando houver processos e expedientes administrativos recorrentes ou com caráter repetitivo em que sejam veiculadas consultas sobre questões com os mesmos pressupostos de fato e de direito para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme que permita a verificação do atendimento das exigências legais mediante a simples conferência de atos administrativos, dados ou documentos constantes dos autos.

Parágrafo único. Também será admitida a elaboração, de ofício, de parecer referencial de forma preventiva ou antecipada quando, em virtude de alteração ou inovação normativa, o caráter repetitivo ou multiplicador da matéria puder impactar a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos, embora ainda não esteja presente a repetição de processos e expedientes administrativos.

Art. 8º A elaboração de parecer referencial deverá observar a seguinte forma:

I - Ementa: deverá constar a expressão “PARECER REFERENCIAL” com a identificação clara e precisa do objeto da análise e indicada a possibilidade de aplicar a orientação a casos semelhantes;

II - Fundamentação: na qual serão indicadas as circunstâncias que ensejaram a sua adoção, analisadas as questões de fato e de direito e apresentada a orientação jurídica uniforme com os respectivos pressupostos de fato e de direito, os atos, as condutas e os requisitos legais e regulamentares exigidos;

III - Conclusão: na qual serão indicados os requisitos e as condições necessárias para sua utilização.

Parágrafo único. O parecer referencial deverá abordar todas as questões jurídicas pertinentes ao objeto tratado nos respectivos autos.

Art. 9º Fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica, se houver parecer referencial, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

Parágrafo único. Para utilizar o parecer referencial a Administração Pública deverá instruir o processo com:

I - cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto;

II - declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo a esta Portaria.

Art. 10. Os pareceres referenciais receberão número próprio em ordem sequencial, sem renovação anual, e serão disponibilizados no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Art. 11. Compete ao Procurador-chefe dirimir eventuais dúvidas da Administração Pública a respeito de pareceres referenciais, sem prejuízo da revisão da conclusão pelo Procurador-Geral Adjunto ou do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Art. 12. O Procurador-Geral do Distrito Federal, o Procurador-Geral Adjunto e o Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do Consultivo poderão:

I - suspender a utilização de parecer referencial mediante despacho a ser

comunicado aos demais órgãos e entidades da administração do Distrito Federal;

II – elaborar ou designar Procurador do Distrito Federal para elaborar novo parecer referencial na hipótese de alteração ou inovação normativa ou jurisprudencial superveniente.

Parágrafo único. O parecer referencial cancelado ou alterado mantém a numeração original, seguida da expressão “CANCELADO” ou “ALTERADO”, conforme o caso, e da data da alteração ou do cancelamento.”

Trata-se, portanto, de caso que se enquadra perfeitamente no art. 7º, parágrafo único da Portaria nº 115/2020, eis que, de ofício, e em razão das alterações normativas introduzidas por força da recente pandemia, solicita-nos o Sr. Procurador-Chefe do Consultivo em Matéria Financeira, Tributária e de Licitações e Contratos a emissão de *“parecer referencial de forma preventiva ou antecipada quando, em virtude de alteração ou inovação normativa, o caráter repetitivo ou multiplicador da matéria puder impactar a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos, embora ainda não esteja presente a repetição de processos e expedientes administrativos”*.

A incidência da norma autorizadora para a emissão de parecer referencial revela-se evidente, na medida em que a atual situação de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, oficialmente declarada por meio do Decreto n. 40.475, de 28.02.2020, demanda a adoção de rito extraordinariamente célere no procedimento de aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da pandemia em questão.

2.3 Dispensa de licitação fundamentada no art. 4º da Lei nº 13.979/2020

O [Decreto distrital n. 40.475](#), de 28.02.2020, declarou *“situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus”*

Segundo informações da Organização Mundial da Saúde, agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas:

“Os coronavírus (CoV) são uma grande família de vírus que causam doenças que vão desde o resfriado comum até doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).

[A doença do coronavírus \(COVID-19\)](#) é uma nova cepa que foi descoberta em 2019 e não foi identificada anteriormente em humanos.

Os coronavírus são zoonóticos, o que significa que são transmitidos entre animais e pessoas. Investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de gatos civetas para humanos e MERS-CoV de camelos dromedários para humanos. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos.

Os sinais comuns de infecção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse, falta de ar e dificuldades respiratórias. Em casos mais graves, a infecção pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, insuficiência renal e até mesmo morte.

As recomendações padrão para evitar a propagação da infecção incluem lavagem regular das mãos, cobertura da boca e do nariz ao tossir e

espirrar, cozinhar completamente carne sinuosa e ovos. Evite contato próximo com qualquer pessoa que apareça com sintomas de doença respiratória, como tosse e espirro.”^[2]

Segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 61, de 20.03.2020 ([Coronavirus disease 2019 \(COVID-19\) - Situation Report – 61](#)), foram identificados, globalmente, 266.073 casos, sendo 32.000 nas últimas 24 horas, e 11.184 mortes, sendo 1.344 nas últimas 24 horas, com avaliação de risco **global muito alto**.

Essa é a situação atual reportada pela OMS no referido relatório^[3]:

SITUAÇÃO EM NÚMEROS

total (novos) casos nas últimas 24 horas

Globalmente

266.073 confirmados (32.000)

11.184 mortes (1.344)

Pacífico Ocidental

94.037 confirmado (688)

3.426 mortes (21)

Região Europeia

128.541 confirmado (23.950)

6.000 mortes (1.101)

Sudeste Asiático

979 confirmados (61)

38 mortes (7)

Mediterrâneo Oriental

22.355 confirmados (1596)

1.466 mortes (154)

Região das Américas

18.877 confirmado (5606)

235 mortes (57)

Região Africana

572 confirmados (99)

12 óbitos (4)

AValiação DE RISCO DA OMS

Nível global muito alto

Notícias veiculadas na imprensa até o momento em que se elabora o presente parecer registram a ocorrência de dezoito mortes confirmadas no país devido ao coronavírus, sendo quinze no Estado de São Paulo e três no Estado do Rio de Janeiro^[4].

Segundo informe publicado na Agência Brasília às 19 horas de ontem, 20.03.2020^[5], o Distrito Federal constava com 855 casos notificados em investigação, 87 confirmados e 157 descartados. O informe confirma a existência de 5 casos com transmissão local, a qual se dá “*quando a contaminação se dá por pessoa que entrou em contato com algum viajante positivo*”. Até o momento da elaboração deste parecer, não foram reportadas mortes pela COVID-19 no Distrito Federal.

Em resposta à grave situação epidemiológica, foi editada, em 06.02.2020, a Lei federal nº 13.979 que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”.

No que diz respeito ao objeto do presente parecer, o art. 4º da Lei n. 13.979, de 06.02.2020, estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Trata-se, com efeito, de criação de nova hipótese de dispensa de licitação, que se soma às demais previsões estabelecidas no art. 24 da Lei 8.666/93.

Conforme mencionado acima, em 20.03.2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020, que “*altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus*”.

Os dispositivos em questão (arts. 4º a 4º-I da atual redação da Lei nº 13.979/2020), aplicam-se a todas as esferas federativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, eis que oriundos de lei federal, no regular exercício da competência legislativa privativa da União prevista no art. 22, XXVII c/c art. 24, § 2º da Constituição Federal de 1988:

“Art. 22. Compete privativamente à União **legislar** sobre:

(...)

XXVII –**normas gerais de licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

(...)

Art. 24 (...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a **competência suplementar dos Estados.**”

No que diz respeito à validade de edição de medida provisória para regular a matéria, entendo-a presente, na medida em que, dada a grave emergência pública de saúde, se mostram evidentes a relevância e a urgência estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal^[6].

Alerte-se, no entanto, que, por se tratar de medida provisória, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 e do art. 62 da CF/88, seus dispositivos poderão perder sua eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do §7º do referido artigo, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

Dessa forma, a validade futura do presente parecer referencial dependerá ao resultado da tramitação da Medida Provisória nº 926/2020, podendo este ser novamente revisto em caso de alteração no texto que vier a ser eventualmente aprovado pelo Congresso Nacional.

A possibilidade de fixação de hipóteses de dispensa de licitação por legislação esparsa, apartada, portanto, da Lei 8.666/93, é reconhecida pela doutrina nacional. Com efeito, já aludia a esse fato JACOBY em sua célebre obra:

“Há possibilidade de adventícias legislações esparsas inovarem o tema, reconhecendo outros casos de dispensa de licitação, como ocorreu com a Lei nº 8.880/94, que instituiu o Plano Real, autorizando a contratação de institutos de pesquisas sem licitação”^[7].

No mesmo sentido aponta PARZIALE:

“O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado pela Lei federal nº 11.947/09, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, articulando a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.

Com a finalidade de perseguir tais objetivos, o art. 14 da mencionada lei determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, podendo-se dispensar a instauração de licitação, conforme preconiza o § 1º.

*Assim, **cria-se uma hipótese distinta de dispensa de licitação, podendo apenas ser utilizada no âmbito da aquisição de alimentação escolar, cuja aplicabilidade é dissociada das hipóteses arroladas no art. 24 do estatuto federal licitatório.***^[8]

Fixada a validade da hipótese legal de dispensa de licitação introduzida em nosso ordenamento pela Lei n. 13.979/2020, há que se observar que o art. 37, XXI da Constituição Federal estabelece:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI -ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva realização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88. A esse respeito, colho esclarecedor excerto da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, de conteúdo conceptual extensível primacialmente aos procedimentos licitatórios, insculpiu o princípio da isonomia assecuratória da igualdade de tratamento entre todos os concorrentes, em sintonia com o seu caput — obediência aos critérios da legalidade, impessoalidade e moralidade — e ao de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (MS 22.509, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 04.12.1996)

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que há exceção à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração.

Tais exceções encontram-se nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, respectivamente, dispensa e inexigibilidade de licitação.

DI PIETRO esclarece a distinção entre os dois institutos^[9]:

*“A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na **dispensa**, há possibilidade de **competição** que justifique a licitação; de modo que a lei **faculta** a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de **inexigibilidade**, não há possibilidade de competição, porque só existe **um objeto**, ou **uma pessoa** que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável”*

NIEBUHR apresenta importante diferença entre as hipóteses de contratação direta, asseverando a expressa autorização legislativa como requisito para a efetivação da dispensa de licitação:

“(…) a dispensa é pertinente aos casos em que é possível realizar licitação pública, uma vez que a competição é viável, porém realizá-la imporá sacrifício ou gravame desmedido ao interesse público. Portanto, visando a evitar o sacrifício ou o gravame, o legislador autoriza o agente administrativo a não proceder à licitação pública, para o efeito de firmar contrato administrativo de modo direto, o que acaba por minimizar o princípio da isonomia.

A inexigibilidade depende de hipótese fática, de ter ocorrido efetivamente situação que inviabiliza a competição. Quer-se dizer que pouco importam as prescrições legislativas, pois, diante de inviabilidade de competição, está-se, queira-se ou não, diante de inexigibilidade.

Já a dispensa depende de hipótese fática e da respectiva autorização legislativa. Melhor explicando: ao agente administrativo só é lícito

dispensar a licitação diante de expressa autorização legal; ao legislador, por sua vez, só é lícito autorizar a dispensa de licitação pública diante de hipótese fática capaz de sacrificar o interesse público ou de impor-lhe gravame desmedido. Sucede que, aos olhos da Constituição Federal, mormente da parte inicial do inciso XXI do seu artigo 37, a obrigatoriedade de licitação pública é a regra, e a contratação direta, a exceção. Daí que ao legislador não é lícito autorizar a dispensa de licitação pública de acordo com o que bem ou mal lhe aprouver, mas somente diante de situações em que, insista-se, efetivamente o certame importaria gravames ao interesse público. Em caso contrário, se o legislador tivesse liberdade para criar hipóteses de dispensa diante de quaisquer situações, a atividade dele potencialmente acabaria por inverter a regra constitucional, cujo teor, repita-se, propugna a obrigatoriedade de licitação pública.

O fato é que a análise das hipóteses de dispensa de licitação deve necessariamente ser empreendida em vista das hipóteses prescritas em lei e, ademais, nos estritos termos delas. Em sentido oposto ao da inexigibilidade, em que a lei é mero coadjuvante, agora, para apreender os casos de dispensa, a lei é alçada a referencial principal, até porque, fora dela, nem sequer cabe reconhecer a figura. ^[10]

A hipótese de dispensa de licitação de que cuida o presente parecer remete especificamente à emergência de saúde acarretada pela pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

No que interessa ao tema objeto deste parecer, estabelece a Lei federal n. 13.979/2020, com a redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020:

“Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926,

de 2020)

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

(...)

Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, exceto quanto aos contratos de que trata o art. 4º-H, que obedecerão ao prazo de vigência neles estabelecidos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

Extrai-se dos dispositivos algumas conclusões importantes:

a) A dispensa de licitação fundamentada na Lei nº 13.979/2020 destina-se **exclusivamente** à aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos **que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus**.

Dessa forma, mostra-se manifestamente **inviável a aquisição**, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos **com finalidade diversa àquela preconizada pela Lei, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal em comento.**

b) A eficácia do dispositivo é temporária, e se limita ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Assim, **uma vez cessada a emergência de saúde**, dado a ser aferido concretamente no contexto fático da unidade federativa que aplicaria a norma, **inviável se tornará a realização de dispensa de licitação por tal fundamento.**

A única ressalva a essa regra não diz respeito à hipótese de incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da Lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, salvo hipótese de eventual rescisão, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.979/2020, com a redação dada pela MP nº 926/2020.

c) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. Alerta-se que a presente exigência, específica para o dispositivo em comento, não dispensa a publicação dos atos administrativos realizados nos respectivos processos de aquisição, por força de outros atos normativos que assim o estabeleça.

d) Excepcionalmente, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será **admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso.**

e) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.**

f) Presumem-se atendidas, nas dispensas de licitação objeto da Lei nº 13.979/2020, **não havendo**, assim, **necessidade de comprovação:**

f.1) ocorrência de situação de emergência;

f.2) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

f.3) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

f.4) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

g) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares** tratados no art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

h) O **gerenciamento de riscos** a que aludem os arts. 25 a 27 da Instrução Normativa nº 05/2017, somente será exigível **durante a fase de gestão do contrato** (terceira fase da contratação, nos termos do art. 19 da referida Instrução Normativa).

i) Para a contratação dos bens e serviços em comento, será admitida a

apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado com os elementos constantes do art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020.

j) Excepcionalmente, e mediante justificativa expressa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços a que alude o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020.

k) Mediante justificativa nos autos, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

l) Havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

m) A duração dos contratos regidos pela Lei n. 13.979/2020 limita-se a 6 meses, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

n) Para os contratos regidos pela referida Lei, pode a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.**

Ao dispositivo da Lei n. 13.979/2020, acresceu-se, em âmbito local, o art. 6º do Decreto n. 40.512/2020, com o seguinte teor:

*“Art. 6º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao **enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 e da Dengue, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.**”*

Questão de relevo a ser observada é que enquanto a Lei federal n. 13.979/2020 trata exclusivamente de aquisições referente à emergência de saúde decorrente da doença do coronavírus (COVID-19), o Decreto n. 40.512/2020 estendeu a hipótese também para a emergência de saúde da Dengue.

Importante distinguir que as dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos para o enfrentamento do COVID-19 e da Dengue deverão receber tratamento jurídico distinto.

Com efeito, **não há lei federal estabelecendo a dispensa de licitação especificamente para o enfrentamento da Dengue, ao contrário do que ocorreu com o COVID-19.** Dessa forma, em se tratando da Dengue, nos casos em que se entender presente o traço de emergência para a aquisição visando o seu enfrentamento, **poderá a Administração utilizar-se das outras hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 24 da Lei 8.666/93, em especial aquela estabelecida em seu inciso IV**^[11].

Não poderá, no entanto, para as aquisições destinadas ao enfrentamento da Dengue, utilizar, como fundamento legal, o art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Não aprofundaremos as questões jurídicas atinentes à dispensa de licitação para as aquisições para o enfrentamento da Dengue, vez que **o escopo do presente parecer referencial se limita à hipótese da doença do coronavírus (COVID-19).**

Importante alertar que, não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

Assim, a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos.

Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica.

Nesse sentido, confira-se as palavras de OLIVEIRA, em recente artigo sobre os reflexos do coronavírus no Direito Administrativo^[12]:

“Em casos emergenciais, revela-se possível, em tese, a adoção de medidas excepcionais, de forma proporcional e justificada, que restringem a liberdade individual para garantir a saúde pública. Como dizia Hipócrates, considerado o pai da medicina, ‘para os males extremos, só são eficazes os remédios intensos’.

Isso não significa dizer, naturalmente, um cheque em branco aos agentes públicos competentes que deverão agir, em conformidade com os limites fixados no ordenamento jurídico, sob pena de responsabilidade.

O Direito Administrativo possui ferramentas para o enfrentamento da crise na saúde pública, mas, evidentemente, o Direito não é suficiente para resolução de todos os problemas, revelando-se fundamental, no ponto, a conscientização da população e os avanços da ciência na busca de tratamentos adequados no tratamento das pessoas contaminadas pelo coronavírus.

A inércia estatal é indesejada no momento de crise, assim como revela-se vedada a adoção de medidas arbitrárias que extrapolam a proporcionalidade na restrição de direitos individuais. O desafio, como de praxe, é encontrar o ponto médio na ponderação entre as liberdades individuais e a necessidade de proteção da saúde pública.”

Esta Procuradoria, recentemente, ao exarar o [Parecer nº 220/2020 – PGCONS/PGDF](#), examinou caso concreto em que se objetivava a contratação direta, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante inexigibilidade de licitação, do fornecimento de consumíveis para a coleta de material e detecção de 2019-nCoV (Chip VereCov com seus reagentes e acessórios e cone de detecção do Coriolis com seus reagentes e acessórios).

O parecer, da lavra do Subprocurador-Geral do Distrito Federal Leonardo A. de Sanches, em paralelo à verificação dos requisitos de inexigibilidade, identificou que a hipótese também poderia se configurar como dispensa de licitação com fundamento no art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Na oportunidade, apontou o parecerista que o art. 4º da Lei nº 13.979/2020 representa uma especialidade ao art. 24, IV da Lei 8.666/93, razão pela qual **“ainda que com emprego da**

analogia, seriam aplicáveis alguns dos requisitos previstos para a já conhecida contratação emergencial, notadamente diante da falta de regulamentação dessa nova modalidade de dispensa”

Nesse diapasão, afirmou:

“Ao que se percebe, o contexto atual reclama medidas tão céleres que nem ao menos se pode aguardar o amadurecimento de instrução processual nos níveis usualmente conhecidos para as contratações emergenciais em geral, ou seja, com publicação de editais de intenção de compras para convocação de empresas ou mesmo com a exigência de instauração formal de procedimento licitatório para compra dos insumos aqui pretendidos. Com efeito, não se pode aguardar prazos longos e a situação não decorreu, obviamente, da paralisação de procedimento de contratação regular em curso.

Assim, a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020, embora análoga, difere do que se costuma verificar nas contratações emergenciais em geral.

Nesse sentido, a caracterização de eventual situação emergencial há de atender aos requisitos previstos na Decisão nº 3.500/99, de cunho normativo, tomada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.”

Ocorre que, **embora tal raciocínio estivesse perfeito na data em que exarado o parecer**, com a superveniente alteração do texto da Lei federal nº 13.979/2020 pela Medida Provisória nº 926/2020, os requisitos estabelecidos pela Decisão TCDF nº 3.500/99 não são mais aplicáveis às contratações diretas por dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da COVID-19.

Isso porque a recentíssima inovação legislativa operada pela Medida Provisória nº 926/2020 conferiu às contratações diretas para o enfrentamento da COVID-19 um conjunto de regras e requisitos especiais, que afastam a antes apontada analogia com o art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

Com efeito, transcrevo da Decisão Normativa nº 3.500/99, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

“II) informar ao ilustre consulente que, sem prejuízo do cumprimento das formalidades previstas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, é possível a contratação direta de obras, serviços (continuados ou não) e bens, com fulcro no art. 24, IV, da referida norma legal, se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos, devidamente demonstrados em processo administrativo próprio:

a) a licitação tenha se iniciado em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos previstos no Estatuto Fundamental das Contratações para abertura do procedimento licitatório e interposição de recursos administrativos, bem assim aqueles necessários à elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação (se for o caso) e das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame;

b) o atraso porventura ocorrido na conclusão do procedimento licitatório não tenha sido resultante de falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que tal fato não possa, em hipótese alguma, ser atribuído à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) envolvido(s);

c) a situação exija da Administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou

particulares;

d) a contratação direta pretendida seja o meio mais adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado;

e) o objeto da contratação se limite, em termos qualitativos e quantitativos, ao que for estritamente indispensável para o equacionamento da situação emergencial;

f) a duração do contrato, em se tratando de obras e serviços, não ultrapasse o prazo de 180 dias, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial;

g) a compra, no caso de aquisição de bens, seja para entrega imediata;”

Inicialmente, de forma idêntica ao apontado no Parecer nº 220/2020 – PGCONS/PGDF, **as exigências constantes das alíneas “a” e “b” da referida decisão de cunho normativo não se aplicam aos casos em que incide a Lei nº 13.979/2020**, na medida em que nesses não se trata de contratação regular que não foi concluída a tempo em razão de fato que não possa ser imputado à desídia ou falta de planejamento, mas sim de hipótese tão extraordinária e imprevisível, e que se desenrola com tamanha velocidade, que sequer seria razoável se cogitar na exigência de prévio planejamento pela Administração.

No que diz respeito às alíneas “c” a “g”, conquanto outrora exigíveis, não mais o são, em razão da superveniente edição da Medida Provisória nº 926/2020.

Isso porque o art. 4-B da Lei federal n. 13.979/2020 com a redação da mencionada medida provisória adotou a **presunção** de que, para as dispensas de licitação para as aquisições de bens, serviços e insumos visando o enfrentamento da doença do coronavírus (COVID-19), **já se consideram atendidas:**

- a) a ocorrência de situação de emergência;
- b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

É de se observar que **tais itens se identificam com os requisitos elencados nas alíneas “c”, “d” e “e” da Decisão Normativa nº 3.500/99**, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Tendo a lei presumido como presentes tais requisitos nas aquisições emergenciais por dispensa de licitação para o enfrentamento da COVID-19, **desnecessária a sua demonstração em cada um dos procedimentos administrativos instaurados com tal finalidade.**

Advirta-se, no entanto, que se trata de presunção *juris tantum*, ou seja, relativa, que admite prova ou argumentação em sentido contrário.

Quanto ao tema, colho interessante observação de ARAGÃO^[13], em artigo sobre a presunção de veracidade dos atos administrativos:

“O princípio da legalidade se apresenta como a sujeição de toda atividade administrativa, em sentido amplo, à lei, não podendo atuar sem base legal ou constitucional.”¹

No direito positivo brasileiro, esse postulado, além do disposto no art. 37, está contido no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal e, como consequência, obriga o Estado, como administrador dos interesses da

sociedade, a agir secundum legem, jamais contra legem ou mesmo *prae iure legem*.² Assentada tal premissa, cabe dizer que a doutrina brasileira reconhece uma presunção relativa de legalidade³ como um dos atributos dos atos da administração pública e, em decorrência dela, presume-se que seus atos sejam verídicos e legítimos, tanto em relação aos fatos por ela invocados como sua causa, quanto no que toca às razões jurídicas que os motivaram.

Nesse diapasão, tal presunção abrange dois aspectos: de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois, se a administração pública se submete à lei, presume-se, conforme mencionado, até prova em contrário, que seus atos sejam praticados com observância das normas legais pertinentes.

Ensina Demian Guedes que

a presunção de legalidade implica que ato exarado pela Administração presume-se legal (conforme o direito), valendo até o reconhecimento jurídico de sua nulidade. Em decorrência de sua presumida correção, tem-se a presunção de veracidade do ato: seus pressupostos fáticos são admitidos como verdadeiros até prova em contrário.⁴

Essa presunção de legitimidade do agir do Estado, que vem expressa no próprio conteúdo democrático do estado de direito, o submete, além da vontade juridicamente positivada — situada no campo do princípio da legalidade —, também à vontade democraticamente expressa.⁵

Nesse sentido, cita-se a pertinente preleção de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, afirmando que

a legitimidade se deriva diretamente do princípio democrático, destinada a informar fundamentalmente a relação entre a vontade geral do povo e as suas diversas expressões estatais — políticas, administrativas e judiciárias. Trata-se de uma vontade difusa, captada e definida formalmente a partir de debates políticos, de processos eleitorais e de instrumentos de participação política dispostos pela ordem jurídica, bem como captada e definida informalmente pelos veículos abertos à liberdade de expressão das pessoas, para saturar toda estrutura do Estado democrático, de modo a se tornar necessariamente informativa, em maior ou menor grau, conforme hipótese aplicativa, do exercício de todas as funções e em todos os níveis em que se deva dar alguma integração jurídica de sua ação.⁶

Contudo, insta consignar que tal presunção é relativa, *juris tantum*, admitindo prova ou argumentação em sentido contrário, da mesma forma que a possibilidade de sua impugnação judicial é sempre garantida.⁷

Esse é o princípio que embasa a dita 'fé pública'⁸ atribuída a declarações proferidas por autoridades públicas ou agentes dela delegatários (o tabelião possui fé pública nas declarações que afiança acerca de contratos imobiliários; o guarda de trânsito, ainda que não tenha como obrigar o motorista supostamente alcoolizado a realizar o teste do bafômetro, pode e deve indicar os sinais exteriores de embriaguez, tais como a dificuldade de se expressar verbalmente e o andar com dificuldade, e essas afirmações

competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

No que diz respeito às exigências previstas no art. 26, da Lei nº 8.666/93, também a Lei nº 13.979/2020, em sua nova redação, mitigou as exigências previstas na lei nacional de licitações e contratos.

Estabelece o dispositivo:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

(...)”

Como já se viu, as **presunções estabelecidas no art. 4º-B da Lei nº 13.979/2020 tornam desnecessário** que o gestor público instrua os autos com a justificativa atinente à **“caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa”**, prevista no art. 26, parágrafo único, I, da Lei 8.666/93.

Persiste, no entanto, a necessidade de **cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93**, instruindo-se os autos com:

- a) A razão da escolha do fornecedor ou executante;
- b) A justificativa do preço.

No que diz respeito à **justificativa do preço**, não obstante tenha a Lei nº 13.979/2020 indicado parâmetros para a realização da estimativa de preço, entendemos que devem ser observadas, no que couber, as regras locais estabelecidas no [Decreto nº 39.453/2018](#), que *“regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal”*.

Com efeito, a sistemática de realização de estimativa de preços constante no Decreto nº 39.453/2018 não é incompatível com o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020, merecendo ser observada nos casos de que trata o presente parecer.

Estabelece o Decreto nº 39.453/2018:

“Art. 4º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe;

II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal e demais entes públicos;

III - pesquisa junto a fornecedores;

IV - pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo.

Parágrafo único. A opção pela utilização de outro parâmetro de pesquisa ou método para obtenção do valor de referência deverá ser descrita e justificada nos autos pelo gestor responsável.

Art. 5º A pesquisa de preços será realizada da forma mais ampla possível e deverá ser composta de, no mínimo, 03 valores válidos, além de contemplar todas as características do objeto, incluindo referência à marca e especificações exclusivas, quando cabível, nas hipóteses do art. 7º, § 5º da Lei federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

Art. 6º Deverá ser juntada aos autos Planilha Comparativa de Preços composta de, no mínimo, 03 valores válidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos no art. 4º, observadas as especificações ou descrições do objeto e os fatores intervenientes no preço, os quais serão definidos em norma complementar.

§ 1º É obrigatória a apresentação de pelo menos um preço de cada parâmetro constante nos incisos I e II do art. 4º.

§ 2º O gestor responsável deverá comprovar e justificar nos autos a

impossibilidade de atendimento ao disposto no § 1º.

§ 3º Quanto aos preços obtidos por meio do Painel de Mapa de Preços de NFe, o valor a ser utilizado na composição da Planilha Comparativa de Preços corresponderá apenas ao valor médio encontrado para cada item pesquisado.

Art. 7º A Planilha Comparativa de Preços poderá ser composta por preços públicos com prazo de validade superior ao previsto em norma complementar desde que comprovada nos autos a inexistência de preços públicos vigentes.

Parágrafo único. Os preços públicos a que se refere o caput deverão ser atualizados na forma definida em norma complementar.

Art. 8º O valor de referência de cada item será o menor preço ou o maior percentual de desconto obtido após o cálculo da média final e mediana final dos valores válidos contidos na pesquisa de preços, conforme o critério de julgamento estabelecido em edital.

Art. 9º O gestor responsável pela pesquisa de preços deverá apontar na Planilha:

I - os critérios utilizados para identificar os valores exorbitantes ou inexequíveis;

II - a memória de cálculo e a metodologia aplicada para a obtenção dos valores de referência.

Parágrafo único. A decisão para desconsiderar os valores definidos no inciso I deste artigo deverá ser fundamentada e descrita no processo administrativo.

Art. 10. Poderá ser admitido como valor de referência apenas o menor dos valores ou o maior percentual de desconto obtido na pesquisa, desde que justificado nos autos.

Art. 11. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e desde que comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de 03 preços válidos.”

Duas regras especiais presentes na Lei nº 13.979/2020 destoam das regras gerais previstas na Lei nº 8.666/93.

A primeira regra, presente no **art. 4º-E, § 2º da Lei nº 13.979/2020**, diz respeito à **possibilidade excepcional, mediante justificativa da autoridade competente, de dispensa da apresentação da estimativa de preços de que trata o inciso VI do mencionado dispositivo.**

Quanto ao ponto, entendemos que tal possibilidade somente poderá ser utilizada pelo gestor público em casos **excepcionalíssimos** nos quais a necessidade de aquisição é tão urgente, e o risco do perecimento do bem jurídico que se visa proteger com a contratação é tão elevado, que não se mostraria razoável a realização de qualquer diligência para a realização da estimativa de preços. Poder-se-ia, da mesma forma, dispensar a realização de tal estimativa de preços caso houvesse demonstração inequívoca de que a aferição de preços em mercado revela-se manifestamente impossível.

De qualquer forma, por se tratar de dispensa de exigência que, caso mal utilizada, poderá frustrar os princípios da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa, **deve o gestor, ao assim proceder, apresentar a devida justificativa para não realizar a estimativa de preços.**

A segunda regra, prevista no **art. 4º-E, § 3º da Lei nº 13.979/2020**, diz respeito à **possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na**

estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

Mostra-se razoável a regra, tendo em vista que a pandemia do COVID-19 repercutiu abruptamente nas diversas cadeias de produção dos bens e serviços, desequilibrando, assim, os mercados. Com efeito, a intensa procura por alguns bens, serviços e insumos, tem o potencial para deslocar os preços do mercado para patamar superior àquele observado em cenário anterior à crise, sendo, nesses casos, inviável a comparação.

De qualquer maneira, para a contratação em valores acima do estimado, **imprescindível que o gestor público apresente robusta justificativa acerca da elevação abrupta dos preços, declinando as razões que acarretaram tal quadro.**

Devem, finalmente, ser observadas as **normas distritais que instituem vedações de contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.**

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, dada a grande alteração implementada pela Medida Provisória nº 926/2020 na Lei nº 13.979/2020, opinamos pelo **cancelamento do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF** exarando o presente opinativo para sua substituição.

Elencamos a seguir, **s.m.j.**, os elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a contratação direta, mediante dispensa de licitação, para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020:

a) Cumprimento dos requisitos para a incidência da norma federal que autoriza a dispensa de licitação:

a.1) Os bens, serviços e insumos que se objetiva adquirir deverão destinar-se **exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);**

a.2) A autorização legal para a aquisição direta por dispensa de licitação é **temporária**, se limitando ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

a.3) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser **imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores**, contendo as informações descritas no art. 4º, §2º da Lei federal nº 13.979/2020.

b) Não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

c) Mesmo se tratando de procedimento de contratação direta, deve ser

observado o rito e a instrução da denominada fase interna do procedimento, de acordo com as regras da Lei nº 13.979/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

c.1) Projeto básico **simplificado** (ou termo de referência **simplificado**), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

c.2) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c.3) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

c.4) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

c.5) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

c.6) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Devem ser cumpridas as exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

d.1) A razão da escolha do fornecedor ou executante;

d.2) A justificativa do preço.

e) No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras do Decreto distrital nº 39.453/2018.

Regras especiais quanto à justificativa de preços introduzidas pela Medida Provisória nº 926/2000:

e.1) Por força do art. 4º-E, § 2º da Lei nº 13.979/2020, admite-se **excepcionalmente**, mediante **justificativa** da autoridade competente, a possibilidade de dispensa da apresentação estimativa de preços de que trata o inciso VI do mencionado dispositivo;

e.2) O **art. 4º-E, § 3º da Lei nº 13.979/2020** admite, **mediante justificativa nos autos**, a possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

f) Devem ser observadas as **normas distritais que instituem** ~~regulamentos de~~ contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

g) Outras regras específicas a serem observadas nas dispensas de licitação realizadas sob a égide da Lei nº 13.979/2020:

g.1) **Excepcionalmente**, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será **admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso**.

g.2) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

g.3) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares** tratados no art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

g.4) O **gerenciamento de riscos** a que aludem os arts. 25 a 27 da Instrução Normativa nº 05/2017, somente será exigível **durante a fase de gestão do contrato** (terceira fase da contratação, nos termos do art. 19 da referida Instrução Normativa).

g.5) A **duração dos contratos** regidos pela Lei n. 13.979/2020 limita-se a 6 meses, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

g.6) Para os contratos regidos pela referida Lei, **pode** a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato**.

Com a emissão do presente parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com:

(a) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e

(b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

À elevada consideração superior.

ALEXANDRE MORAES PEREIRA
Procurador do Distrito Federal

[1] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

[2] Fonte: <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>, tradução livre, consulta em 18.03.2020

[3] Documento original em língua inglesa. Tradução livre do autor.

[4] <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/prefeitura-de-petropolis-rj-anuncia-primeira-morte-por-coronavirus.shtml>

[5] <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/20/informe-sobre-o-coronavirus-no-distrito-federal-dia-20-de-marco-as-19h/>

[6] Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II – que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III – reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando

sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

[7] FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, *Contratação direta sem licitação*, 6 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006, pp. 335-336

[8] PARZIALE, Aniello dos Reis. [Contratação direta de alimentação escolar: uma hipótese de dispensa de licitação não arrolada na Lei federal nº 8.666/93](#). *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2830, 1 abr. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18814>. Acesso em: 19 mar. 2020.

[9] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, *Direito Administrativo*, 13ª Ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 302

[10] NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1189>. Acesso em: 19 mar. 2020.

[11] Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

[12] OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, *Direito Administrativo e coronavírus*, <https://www.migalhas.com.br/depeso/321892/direito-administrativo-e-coronavirus>, consulta em 18.03.2020

[13] DE ARAGÃO, Alexandre Santos. Algumas notas críticas sobre o princípio da presunção de veracidade dos atos administrativos. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Belo Horizonte, v. 259, jan./abr. 2012 Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=80405>>. Acesso em: 21 mar. 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MORAES PEREIRA - Mat. 100.110.100-5**,
Procurador(a) do Distrito Federal, em 22/03/2020, às 01:41, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

e-DOC D3613A3E
Proc 00060-00176774/2020-49-e



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37412481** código CRC= **90EEA3C0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00020-00009890/2020-01

Doc. SEI/GDF 37412481



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Chefia - Procuradoria-Geral do Consultivo

Cota de Aprovação - PGDF/PGCONS/CHEFIA

PROCESSO Nº: 00020-00009864/2020-74
MATÉRIA: Administrativo

APROVO O PARECER REFERENCIAL Nº 002/2020 - PGCONS/PGDF, aprovado pelo(a) ilustre Procurador(a) do Distrito Federal Alexandre Moraes Pereira.

Reforço a orientação de que, apesar de o parecer referencial dispensar a emissão de opinativo jurídico para análise da contratação nele enquadrada, ressalva-se a hipótese de consulta acerca de dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, sobre questão não abordada no parecer.

A autoridade competente deve fazer uso do presente instrumento observando as regras procedimentais previstas no art. 9º, parágrafo único, da [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#).

Nos termos do art. 12, parágrafo único, da [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#), fica cancelado o Parecer Referencial nº 001/2020-PGCONS/PGDF.

Ressalto, por fim, que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

GABRIEL ABBAD SILVEIRA

Procurador-Chefe

De acordo.

Expeça-se ofício circular para dar conhecimento da aprovação do parecer referencial a todos os órgãos e entidades da administração distrital.

Encaminhe-se cópia do opinativo à Assessoria de Comunicação desta Procuradoria-Geral, para disponibilização no sítio eletrônico desta Casa Jurídica.

SARAH GUIMARÃES DE MATOS

Procuradora-Geral Adjunta do Consultivo



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL ABBAD SILVEIRA - Matr.0171596-8, Procurador(a)-Chefe**, em 22/03/2020, às 12:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SARAH GUIMARÃES DE MATOS - Matr.174.801-7, Procurador(a)-Geral Adjunta do Consultivo e de Tribunais de Contas**, em 22/03/2020, às 12:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial

do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37413181** código CRC= **61DBA08C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00020-00009890/2020-01

Doc. SEI/GDF 37413181



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ao GAB/SES,
Senhor Secretário,

Trata o presente processo da a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**, onde foi ampliada a hipótese de incidência da autorização legal de dispensa de licitação para insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) **conforme Projeto Básico (37293085).**

Registra-se o **Parecer Referencial 02 - PGDF (8044862)** através do qual a d. Procuradoria discorre acerca das orientações e diretrizes para dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), conforme previsão da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto 40.512/2020.

Tal Parecer fora emitido, por ocasião da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que "altera a supracitada Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, incluindo, portando elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a pretensa contratação direta, **com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020.**

Ademais, buscou-se a maior publicidade para contratação enviando os **Ofícios 60 (37301064) 349 (37510147), conforme E-mail DE PUBLICAÇÃO DO OFÍCIO Nº 349/2020 - GMAIL (37547368) (37383728)**, bem como publicação em Diário Oficial e Jornal de grande circulação.

O Decreto distrital n. 40.475, de 28.02.2020, declarou "situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus"

Segundo informações da Organização Mundial da Saúde :

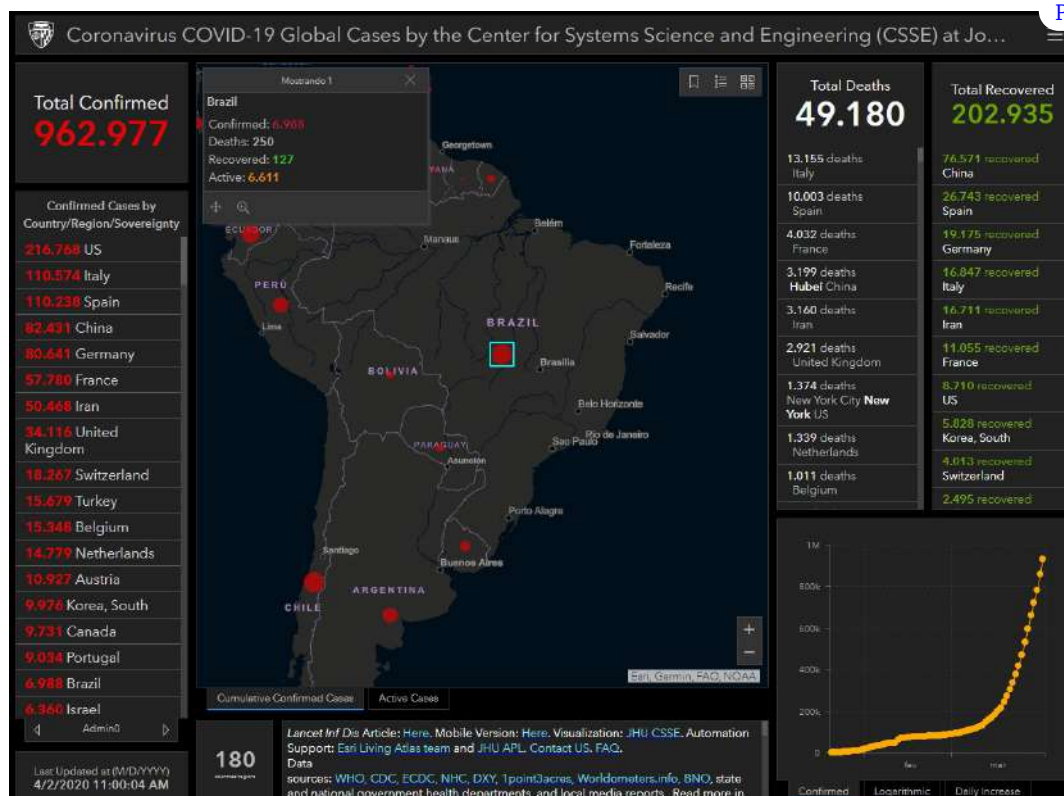
"Os coronavírus (CoV) são uma grande família de vírus que causam doenças que vão desde o resfriado comum até doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).

A doença do coronavírus (COVID-19) é uma nova cepa que foi descoberta em 2019 e não foi identificada anteriormente em humanos. Os coronavírus são zoonóticos, o que significa que são transmitidos entre animais e pessoas. Investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de gatos civetas para humanos e MERS-CoV de camelos dromedários para humanos. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos.

Os sinais comuns de infecção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse, falta de ar e dificuldades respiratórias. Em casos mais graves, a infecção pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, insuficiência renal e até mesmo morte.

As recomendações padrão para evitar a propagação da infecção incluem lavagem regular das mãos, cobertura da boca e do nariz ao tossir e espirrar, cozinhar completamente carne sinuosa e ovos. Evite contato próximo com qualquer pessoa que apareça com sintomas de doença respiratória, como tosse e espirro."

A título de atualização, até a presente data, 02 de abril de 2020, são 962.977 casos confirmados, 49.180 mortes, no Brasil já são 6.988 casos com 127 mortes em decorrência da pandemia.



FONTE: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6> (ACESSADO EM 02/04/2020 - 12h00)

Dos elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a contratação direta, mediante dispensa de licitação, conforme **Parecer Referencial 02 - PGDF (38044862)**:

a) Cumprimento dos requisitos para a incidência da norma federal que autoriza a dispensa de licitação:

a.1) Os bens, serviços e insumos que se objetiva adquirir deverão destinar-se exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);

Conforme Memorando 78 (37266072), exarado pelo Secretário SES, bem como o Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085), a presente contratação destina-se ao atendimento dos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), conforme segue,

Considerando o **DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020**, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como **pandemia do Novo Coronavírus**;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar **aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco** quais sejam: **imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.**

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Benefícios/resultados a serem alcançados:

Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

Evitar a propagação do vírus Covid-19

Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal

Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia

Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no **com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

b) Não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93

c.1) Projeto básico simplificado (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

- Despacho SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO (38040617)

- **Habilitação BRB (38040295)**

Consta a regularidade junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

Consta a capacidade técnica junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

Consta a capacidade técnica junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

d.1) A razão da escolha do fornecedor ou executante;

d.2) A justificativa do preço:

- **Planilha Detalhada + Propostas (38028889)**

e) No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras do Decreto distrital nº 39.453/2018.

- **Lista de Verificação - Pesquisa de Preços SES/SUAG/DIAQ/GEPP (38028931)**
- **Relatório 552 (38029097)**

Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

- **Habilitação BRB (38040295)**

g) Outras regras específicas a serem observadas nas dispensas de licitação realizadas sob a égide da Lei nº 13.979/2020:

Solicita-se à DAESP e DFACC o correto cumprimento do Art. 4º da LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020,

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. (ato posterior)

Pelo exposto, à luz da emergencialidade evidenciada nos autos, e com o fito de promover a celeridade na instrução processual, com base no **Parecer Referencial 02 - PGDF (38044862)**, fica dispensado o envio dos autos à Assessoria Jurídico Legislativa desta pasta para análise de alçada.

Tendo em vista a pretendida contratação realizada com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº 03/2020, com fulcro na especificação técnica, detalhamento da necessidade e justificativa, bem como da aprovação da proposta pela área técnica competente, que está sendo contratada, no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), referente à **Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

À
SUAG/SES

Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à **Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes.

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 12:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 02/04/2020, às 13:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38044988** código CRC= **90E1958A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38044988



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº. 063/2020 - SES/DF

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE E A EMPRESA **BRB
SERVIÇOS S/A** NOS TERMOS
DO PADRÃO Nº 02/2002, NA
FORMA ABAIXO.

PROCESSO SEI nº [00060-00109204/2020-43](#)

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SAIN Parque Rural s/nº, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.770-200, representada neste ato por **FRANCISCO ARAUJO FILHO** para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política na qualidade de Secretário de Estado, Símbolo CNP-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Decreto de 16 de março de 2020, publicado no DODF Edição Extra nº 30, de 17 de março de 2020, pg. 01, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada CONTRATADA, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS** portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, na qualidade de representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (.....), da Nota de Empenho (.....), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), nos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (.....), da Nota de Empenho (.....), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93, que passam a integrar o presente Termo.

3.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.2.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Contrato e seus apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-----------	-----------	---------	------------

01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Serviço	6 meses (180 dias)
----	-------	---	---------	--------------------

4. CLÁUSULA QUARTA– DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

4.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

4.2.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

4.2.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

4.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

4.3.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

4.3.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

4.3.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

4.3.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

4.4. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

4.4.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "CONTRATO", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

4.4.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

4.5. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

4.5.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

4.5.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

4.5.3. Análise qualitativa das ligações:

- Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;
- Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;
- **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

4.5.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

- < (menor que) 10 minutos por ligação.

4.5.5. Treinamento, capacitação:

- Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste CONTRATO.

4.5.6. Entrega:

- > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

4.6. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

4.6.1. TELEFONISTA:

- a. Maior de 18 anos;
- b. Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- c. Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- d. Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- e. Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- f. Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- g. Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- h. Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

4.7. REMUNERAÇÃO

4.7.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

4.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

4.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;
2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;
3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

4.9. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.
- 4.9.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;
- 4.9.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste CONTRATO, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:
- 4.9.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste CONTRATO;
- 4.9.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;
- 4.9.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.
- 4.9.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.
- 4.9.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.
- 4.9.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.
- 4.9.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 4.9.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

4.10. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.10.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;
- 4.10.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:
- 4.10.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho, tabela IMR e os respectivos valores apurados;
- 4.10.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;
- 4.10.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:
- I. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços executados considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;
 - II. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;
 - III. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;
 - IV. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
 - V. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

- VI. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;
- VII. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;
- VIII. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;
- IX. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;
- X. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;
- XI. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;
- XII. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

4.11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- I. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- II. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.
- III. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.
- IV. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, I, ambos da IN nº 05/2017.
- V. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- VI. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- VII. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- VIII. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- IX. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- X. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- XI. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.
- XII. O Preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- XIII. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- XIV. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- XV. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- XVI. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- XVII. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XVIII. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XIX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12.DAS OCORRÊNCIAS

4.12.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias

Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoхарifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por evento.	1	1 dia
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

- I. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.
- II. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.
- III. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- IV. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.
- V. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.
- VI. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato

10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

- VII. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.
- VIII. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

4.14. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

4.14.1 A prestação dos serviços de que trata este contrato e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.14.2 Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

4.14.3 Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

4.14.4 A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Contrato, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

4.15. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.15.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

4.16. PRAZOS DE ENTREGA

4.16.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

4.17. MODELO DE EXECUÇÃO

4.17.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

- I. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.
- II. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- III. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.
- IV. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.
- V. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.
- VI. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

- VII. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

4.18. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

4.18.1 A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

4.19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- I. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.
- II. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- III. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.
- IV. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.
- V. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.
- VI. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.
- VII. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.
- VIII. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.
- IX. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.
- X. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Contrato bem como da natureza sigilosa das informações.
- XI. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.
- XII. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

4.20. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- I. A contratação será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

4.20.1. GESTOR DO CONTRATO:

4.20.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;

4.20.1.2. Responsabilidade:

- I. Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- II. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- III. Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.

4.20.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

4.20.2. FISCAL TÉCNICO

4.20.2.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.2.2. Responsabilidade:

- a. encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

4.20.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

4.20.3.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.3.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

4.20.4. FISCAL REQUISITANTE

4.20.4.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.4.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

4.21. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

4.21.1. Entidade: CONTRATADA

4.21.2. Formação: Colaborador da CONTRATADA.

4.21.3. Responsabilidade:

- a. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;
- d. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f. Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e

- g. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

2

4.22. DO PARECER TÉCNICO

4.22.1 O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

4.23. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

4.23.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.24. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

4.24.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

- 10.126.8202.1471.0087 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.640.867,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e sete reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.
-
- 10.126.8202.2557.0100 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.967.463,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e três reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Elemento de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VII	Evento:	
VII	Modalidade:	

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

7.2. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

7.3. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

7.4. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.8.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I – Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II – Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.9. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

7.10. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se **no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

9. CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. São obrigações da SES/DF:

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa
- II. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- III. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- IV. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- V. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- VI. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- VII. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- VIII. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- IX. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- X. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- XI. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- XII. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.
- XIII. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

11.2. Apresentar ao Distrito Federal :

- Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- I. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
 - II. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - III. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.
 - IV. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.
 - V. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.
 - VI. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.
 - VII. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Contrato, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.
 - VIII. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
 - IX. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

- X. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.
- XI. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.
- XII. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.
- XIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.
- XIV. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- XV. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.
- XVI. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.
- XVII. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;
- XVIII. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;
- XIX. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço
- XX. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Contrato;
- XXI. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;
- XXII. A CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.
- XXIII. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;
- XXIV. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;
- XXV. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;
- XXVI. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- XXVII. A CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste Contrato;
- XXVIII. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos seus Profissionais.
- XXIX. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- XXX. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- XXXI. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.
- XXXII. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Contrato, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grameador, etc.
- XXXIII. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a

assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.

- XXIV. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- XXV. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- XXVI. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- XXVII. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada à modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato oriundo deste Contrato será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no **Decreto nº 35.831** de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Arts. 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados.

15.3 No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podem do, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2. MODELO DE GESTÃO

17.2.1. Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executora da SAIS/SES.

17.2.2. Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no Telefone 0800-6449060.

FRANCISCO ARAUJO FILHO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS
Diretor Presidente - BRB Serviços S/A

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

20. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

21. **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES**

CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

22. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

23. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

24. CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

25. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

26. **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

27. **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

28. **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO** em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20.....

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 1 - Central de atendimento	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS

	De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 5.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **JOSEFA NOBREGA DANTAS - Matr.16801237, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/04/2020, às 16:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38056140** código CRC= **9FB8CB8C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À SUAG/SES

Assunto: **Autorização para emissão de Nota de Empenho - Contrato nº 063/2020 - SES/DF -BRB SERVIÇOS S/A**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis)

Senhor Subsecretário de Administração Geral,

Em relação ao contrato acima referenciado, o Núcleo de Programação Orçamentária, através do Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO (38040617) informa:

" Em atendimento ao despacho 38030109, informamos abaixo as funcionais programáticas mais adequadas para custear a referida despesa, bem como, os valores fixados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, nessas ações:

10.126.8202.1471.0087 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.640.867,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e sete reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

10.126.8202.2557.0100 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado

de R\$ 7.967.463,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

Informamos também, que foi solicitado o descontingenciamento dos créditos nos Programas de Trabalho acima, por meio do processo SEI 00060-00139281/2020-28, a fim de atender a presente demanda.

Salientamos que o contingenciamento supracitado é decorrente do Decreto nº 40.449, de 07 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2020, e dá outras providências."

Diante de tal informação, **solicita-se autorização para a emissão da Nota de Empenho** visando fazer face à despesa referente à FORMALIZAÇÃO do contrato já mencionado.

Atenciosamente,

Haroldo Farias

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Gerente

Helberth Gonçalves Macau

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 16:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Diretor(a) de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 17:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38057816 código CRC= **67CEDA62**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38057816

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Autorização de Despesa nº 600-00109284/2024-43/FCC 38E70680-000SE6090020-00092042320-43 / pg. 230

Subsecretário de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 16:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38057988** código CRC= **50A0F67D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38057988



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP,

Trata-se da a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis)

Objetivando a contratação com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** CNPJ 12.857.569/0001-80, encaminham-se os autos para registro no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO)

Atenciosamente,

JOSEFA NOBREGA DANTAS

Gerência Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Técnica Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **JOSEFA NOBREGA DANTAS - Matr.16801237, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/04/2020, às 15:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38059586** código CRC= **D357991A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38059586



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Empenho

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À
GINFCC/DFACC,

Restituímos os autos informando que o credor mencionado no despacho nº 38059586, encontra-se cadastrado no SIGGo com o CNPJ: 12.875.569/0001-80.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1, Gerente de Execução Orçamentária**, em 02/04/2020, às 15:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38063435** código CRC= **ADE62E12**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38063435



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalhamento de Contrato

Número do Contrato	040838	Valor do Contrato	10.815.750,36
Espécie	2 - SERVIÇOS		
Unidade Gestora	170101 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL		
Gestão	17901 FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL		
Credor	130208-13208 BRB SERVICOS S/A		
Número Original	DL	Nr Processo	00060-00109204 /2020-43
Data Início	02/04/2020	Data Fim	28/09/2020
Gestor	03757130189 - IOHAN ANDRADE STRUCK		
Finalidade			
Objeto	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando age		
Situação do Registro	Ativo		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 20/11/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/06/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/04/2020 (*)
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A
Data Aplicação: 17/01/2018
Número do Processo: 041.000.940/2018 Número do Contrato: 2018/101
Descrição/Justificativa: Descumprimento do termo de referência, no tocante ao índice de desempenho no mês 10/2018, bem como das obrigações constantes do contrato supramencionado. De acordo com a área gestora em sua correspondência (C.DIRED/SUCAN/GETEL - 2018/23, anexa), houve indisponibilidades da Central de relacionamento para recebimento /e ligações no mês 11/2018 entre 05 e 06 horas da manhã.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A
Data Aplicação: 26/01/2017
Número do Processo: 041.001.084/2014 Número do Contrato: 2016/145.
Descrição/Justificativa: descumprimento da cláusula Terceira, item I do contrato. A empresa desabilitou o serviço de atendimento a PJ no dia 30/11/2016, sem manifestação prévia do Gestor, ocasionando o não atendimento de 79 ligações, conforme notificado por carta GECON 2016/484, CONFIRMADO procedimento pela carta GECON 2017/021 e RATIFICAÇÃO C. GECON 2017/043.

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	29/10/2018	Valor da Multa:	R\$ 3.847,68
Número do Processo:	041.000.940/2018	Número do Contrato:	2018/101
Descrição/Justificativa:	De acordo com a área gestora em sua correspondência (C.DIRET/SUCAN/GETEL - 2018/014, anexa), houve indisponibilidade da Central de relacionamento para recebimento /e ligações por 56 minutos, no dia 31/07/2018, comprovada pela monitoração realizada pelo sistema Zabbi, do Banco de Brasília. Apenso 041.000.632/2018		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	01/02/2019	Valor da Multa:	R\$ 19.192,31
Número do Processo:	041.000.940/2018	Número do Contrato:	2018/101
Descrição/Justificativa:	<p>De acordo com a área gestora, houve indisponibilidades da Central de relacionamento para recebimento /e ligações nos dias 17, 23 e 24/10, comprovadas pela monitoração realizada pelo sistema Zabbix, do Banco de Brasília. A indisponibilidade descumpre a Cláusula Décima Oitava do contrato BRB 2018/101, que obriga a empresa "(...) na execução do objeto, a CONTRATADA deve observar os requisitos de desempenho previstos no Termo de referência, estando, em caso de descumprimento, sujeita a todas as penalidades definidas no referido documento." Apenso 041.000.632/2018</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	12/05/2015	Valor da Multa:	R\$ 26.034,69
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	<p>Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 01-02/2015.</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	24/06/2015	Valor da Multa:	R\$ 23.884,04
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 02-03/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	24/06/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.014,34
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	<p>Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 03-04/2015</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	15/07/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.915,29
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	<p>Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 04-05/2015.</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	03/09/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.750,00
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144.
Descrição/Justificativa:	<p>Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 05-06/2015.</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	30/09/2015	Valor da Multa:	R\$ 23.933,66
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 06-07/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	27/11/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.584,83
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 07-08/2015.		

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A**
Data Aplicação: **05/02/2016** Valor da Multa: **R\$ 23.785,32**
Número do Processo: **041.001.084/2014** Número do Contrato: **144/2014**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de MULTA, com fulcro no disposto do Item II do Art. 87 da Lei 8.666/93, e pelo descumprimento do disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato avençada no instrumento contratual supramencionado.**

Processo nº 041.001.084/2014 (penalidades).
Apenso ao Processo nº 041.000.455/2014.

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A**
Data Aplicação: **05/02/2016** Valor da Multa: **R\$ 26.701,37**
Número do Processo: **041.001.084/2014** Número do Contrato: **144/2014**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de MULTA, com fulcro no disposto do Item II do Art. 87 da Lei 8.666/93, e pelo descumprimento do disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato avençada no instrumento contratual supramencionado.**

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A**
Data Aplicação: **05/02/2016** Valor da Multa: **R\$ 27.756,79**
Número do Processo: **041.001.084/2014** Número do Contrato: **144/2014**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de MULTA, com fulcro no disposto do Item II do Art. 87 da Lei 8.666/93, e pelo descumprimento do disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato avençada no instrumento contratual supramencionado.**

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A**
Data Aplicação: **25/07/2017** Valor da Multa: **R\$ 55.692,89**
Número do Processo: **041.001.084/2014** Número do Contrato: **BRB 2016/145**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da Cláusula Terceira, item I do contrato. Apenso ao processo originário 041.000.455/2014.**

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	03/12/2014	Valor da Multa:	R\$ 24.715,74
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014-144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, que tratam dos níveis de serviço, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 09-10/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	30/03/2015	Valor da Multa:	R\$ 31.272,55
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	<p>Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 11-12/2014.</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	30/03/2015	Valor da Multa:	R\$ 23.661,77
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, que tratam dos níveis de serviço, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 12/2014-01/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	12/05/2015	Valor da Multa:	R\$ 26.880,25
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, que tratam dos níveis de serviço, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 10-11/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II		
Motivo:	Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
	Impeditiva:	Não	
Prazo Inicial:	25/03/2020		
Data Aplicação:	25/03/2020		
Número do Processo:	041.000.940/2018	Número do Contrato:	2018/101
Descrição/Justificativa:	Pelo descumprimento de indicadores contratuais nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019.		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 099013558252020

NOME: BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A

ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO C

CIDADE: ASA NORTE

CNPJ: 12.875.569/0001-80

CF/DF: 0755948000157

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CNPJ acima.

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.

Válida até 2 de Maio de 2020.

Certidão emitida via internet em 02/04/2020 às 16:00:40 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.

Detalhamento das Sanções vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS

ORIGEM DOS DADOS

FILTRO <<

BUSCA LIVRE

PERÍODO DE VIGÊNCIA

NOME

CPF / CNPJ

UF DO SANCIONADO

ÓRGÃO SANCIONADOR

TIPO DE SANÇÃO

<< OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 12.875.569/0001-80

LIMPAR

Data da consulta: 02/04/2020 16:20:35

Data da última atualização: 02/04/2020 12:00:06

Tabela de dados

IMPRIMIR

BAIXAR

REMOVER/ADICIONAR COLUNAS

PAINEL DE SANÇÕES

VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR	CNPJ/CPT DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
----------	------------------------	--------------------	------------------	-----------------------------	----------------	------------------------------

Nenhum registro encontrado

< ANTERIOR

PRÓXIMA >

Exibir 15 resultados

PAGINAÇÃO COMPLETA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

DICON/GEAC,

Assunto: Análise de Balanço Patrimonial

Objetivando a adequada instrução dos autos. solicita-se a análise de balanço patrimonial - 38040295, fl. 06 a 11.

HELBERTH MACAU

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/04/2020, às 16:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38073366** código CRC= **837EB975**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38073366



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Contabilidade

Gerência de Conformidade Contábil e Análise de Custos

Parecer Técnico n.º 683/2020 - SES/FSDF/DICON/GEACAC

Empresa: BRB SERVIÇOS S.A

CNPJ: 12.875.569/0001-80

Processo: 00060-00109204/2020-43

À GINFCC/DFACC/SUAG/SES,

Senhor (a) Gerente,

Vieram os autos à GCAC/DICON/FSDF para análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme solicitado por meio do Despacho 38073366. Destacamos que as informações do Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE **38040295** são referentes ao exercício social encerrado de 2019, apresentado por meio de cópia contendo assinatura do Contabilista e do Administrador. Considerando o disposto no Art. 31, da Lei nº 8.666/93, quanto a documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a saber:

Art. 31 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (.....)

§5º - A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

A qualificação econômico-financeira, anteriormente denominada “idoneidade

financeira”, tem por objetivo a verificação da disponibilidade de recurso financeiro dos ~~institutos~~ para a plena e satisfatória execução do objeto a ser contratado. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. A análise aos Demonstrativos, quanto aos critérios consiste em avaliar a situação econômico-financeira da empresa pelos índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**), aplicando as seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante) = > **1.00**

Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante = > 1,00

Solvência Geral (SG) = $\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}) = > 1.00$

Apresentamos os seguintes resultados:

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO SOCIAL	2018	R\$
ATIVO CIRCULANTE		8.772.897
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.688.927
ATIVO TOTAL.....		13.624.914
PASSIVO CIRCULANTE.....		5.404.130
PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....		6.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		8.213.970
PASSIVO TOTAL.....		13.624.914
	RESULTADO	REFER.
LIQUIDEZ CORRENTE - (LC)		
<i>Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante</i>	1,62	=>1,00
LIQUIDEZ GERAL - (LG)		

$(\text{Ativo Circ.} + \text{Realizável a L. Prazo}) \div (\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo não Circulante})$	2,12	=>1,00
SOLVÊNCIA GERAL - (SG)		
$\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$	2,52	=>1,00

- **LIQUIDEZ GERAL (LG):**

Significa afirmar que a empresa possui, aproximadamente, **R\$ 2,12** de Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

- **LIQUIDEZ CORRENTE (LC):**

A partir do resultado obtido podemos concluir que o índice maior que 1, demonstra disponibilidade para quitar as obrigações de curto prazo, **R\$ 1,62** para R\$ 1,00 de obrigação.

- **SOLVÊNCIA GERAL (SG):**

A disponibilidade é de aproximadamente **R\$ 2,52** para cada R\$ 1,00 de dívida.

PARECER

Considerando que, em exame aos autos apresentados, todos os índices de Qualificação Econômico-Financeira da Empresa apresentam **valores superiores a 1 (um)**, tomando por base as informações descritas nos Demonstrativos Contábeis referentes ao exercício social de **2018**, com as legislações aqui apresentadas e demais vigentes, restituímos o processo para conhecimento das informações **os quais evidenciamos a capacidade Econômica-Financeira**, neste momento, para a presente empresa.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE ARAUJO PEREIRA DIAS - Matr.1693851-8, Contador(a)**, em 02/04/2020, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELLISTON LOBATO DOS SANTOS - Matr.1694379-1, Gerente de Conformidade Contábil e Análise de Custos**, em 02/04/2020, às 17:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38078624** código CRC= **DC1640F0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38078624

Célula Orçamentaria	Disponível	D/C	A Liquidar	D/C	Liquidado	D/C
2-23901-10126820225570100-100000000-339039	1.521.507,50	D	164.860,47	D	0,00	C
Total	1.521.507,50		164.860,47		0,00	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

Unidade Gestora 170101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	Número do Documento 2020NE02875	Empenho Original	
Gestão 17901 - FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	Número do Processo 00060-0000109204/2020-43	Data de Emissão 02/04/2020	
Credor 130208-13208 - BRB SERVICOS S/A	Licitação 05 - Dispensa de Licitação	Modalidade 3 - Global	
Endereço BSB	Cidade BSB	UF DF	CEP 70000000
Evento 400091 - EMPENHO DA DESPESA	Referência ART. 24, IV, 8666/93	Nº Suprimento	
Local de Entrega SES/DF	Exige Contrato 040838	Prazo de Entrega dias	
Valor por extenso (um milhao quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sete reais e cinquenta centavos)	Transferência	Valor 1.521.507,50	

Classificação Orçamentária						
Esfera	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Id. Uso	Fonte de Recurso	ContraPartida	Natureza da Despesa
2	23901	10126820225570100	0	100000000	99999	339039
Cronograma de Desembolso						
Janeiro		Fevereiro		Março		Abril
0,00		0,00		0,00		1.521.507,50
Maio		Junho		Julho		Agosto
0,00		0,00		0,00		0,00
Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro
0,00		0,00		0,00		0,00

Subitens da Despesa							
Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor
58	1.521.507,50						

No. Licitação	Ano Licitação	No. Ata	Ano Ata	Item	QTDE	Valor Unitário	Valor Total

Descrição dos Itens						
Item	Quant.	Especificação	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	
001	000001	COVID-19 VLR. P/ COBRIR, CONF. DISPONIBILIDADE ORÇAMENT., CONT. EMERG. (POR 180 DIAS) DE CENTRAL TELEFÔNICA ATIVA/ RECEPTIVA P/ ATENDER OS USUÁRIOS CADAST. NOS NÚCLEOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO - NFCE (FARMÁCIAS DE ALTO CUSTO) DA GCEAF/ DIASF/SESDF, DE ACORDO C/ PROJETO BÁSICO (37293085). DL. N° 03/2020, C/ BASE NO ART. 24, IV, 8.666/93. AUT. E RAT. DL: 37266072/ 38044988 INFO. REC.: 38040617 AUT. DE EMP. SUAG/SES: 38057988	UNID	1.521.507,50	1.521.507,50	

Gestor Administrativo 037.571.301-89 - IOHAN ANDRADE STRUCK	Material Recebido/Serviço Executado em
Chefe SOF 667.917.316-72 - RONAN PEREIRA LIMA	

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Emitido em: 02/04/2020 17:59:38



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Empenho

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À

GINFCC/DFACC,

Tratam os autos da contratação emergencial (por 180 dias improrrogáveis) da empresa **BRB SERVIÇOS S/A** para a prestação de serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, conforme especificado no Projeto Básico (37293085), por meio da DL nº 03/2020, mediante Autorização e Ratificação (37266072/38044988).

Encaminhamos os autos após a emissão da (s) Nota (s) de Empenho nº (s) **2020NE02875** (38081231), visando atender as despesas inerentes à contratação acima descrita, no presente exercício, sendo parcial, tendo em vista a disponibilidade orçamentária (38080998).



Documento assinado eletronicamente por **HELLEN MARTINS RAMOS DA SILVA - Matr.1443227-7, Chefe do Núcleo de Empenho**, em 02/04/2020, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1, Gerente de Execução Orçamentária**, em 02/04/2020, às 19:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BANGOIM MARREIROS LIMA - Matr.1657796-5, Diretor(a) de Análise e Execução Orçamentária**, em 03/04/2020, às 09:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38081296** código CRC= **EB5550A0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À SUAG/SES

Referência: CT 063/2020 – BRB SERVIÇOS S/A cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Senhor Subsecretário de Administração Geral,

A presente instrução encontra-se fundamentada na Lei nº 13.979/2020 e no Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862), no qual expôs que os autos sejam instruídos com:

- a) Projeto básico simplificado (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade;*
- b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);*
- c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);*
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;*

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020).

"Persiste, no entanto, a necessidade de cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

- a) A razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- b) A justificativa do preço.*

Objetivando a adequada instrução dos autos, foram acostados os seguintes documentos:

- Justificativa quanto ao Parecer Referencial e Ratifico da Dispensa de Licitação - 38044988
- Autorização para emissão de Nota de Empenho - 38057988
- Nota de Empenho - 38081231
- Certidões de Regularidade Fiscal - 38066926, 38067232, 38069908, 38070047, 38070339, 38070871
- Parecer Técnico quanto ao Balanço Patrimonial - 38078624
- Minuta de Contrato - 38082098

Assim, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Exmo. Secretário de Saúde para conhecimento, análise e providências que julgar necessárias à instrução processual.

Atenciosamente,

Haroldo Farias

Gerência Instrução e Formalização de Contratos e Convênios
Gerente

Helberth Gonçalves Macau

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 18:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Diretor(a) de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38081944** código CRC= **A2E576FE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38081944



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ao GAB/SES,
com vistas ao SAG

Referência: CT 063/2020 – BRB SERVIÇOS S/A cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Senhores Gestores

A presente instrução encontra-se fundamentado na Lei nº 13.979/2020 e no Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862), no qual expôs que os autos sejam instruídos com:

- " a) Projeto básico simplificado (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade;*
- b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);*
- c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);*

d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020).

"Persiste, no entanto, a necessidade de cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

- a) A razão da escolha do fornecedor ou executante;
- b) A justificativa do preço. "

Objetivando a adequada instrução dos autos, foram acostados os seguintes documentos:

- Justificativa quanto ao Parecer Referencial e Ratifico da Dispensa de Licitação - 38044988
- Autorização para emissão de Nota de Empenho - 38057988
- Nota de Empenho - 38081231
- Certidões de Regularidade Fiscal - 38066926, 38067232, 38069908, 38070047, 38070339, 38070871
- Parecer Técnico quanto ao Balanço Patrimonial - 38078624
- Minuta de Contrato - 38082098

Em atenção à Circular 01/2019 - GAB/SES, encaminhe-se os autos para deliberação junto ao Exmo. Senhor Secretário de Estado de Saúde, quanto à AUTORIZAÇÃO da celebração pretendida.

IOHAN ANDRADE STRUCK
Subsecretaria de Administração Geral
Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 19:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38082014** código CRC= **18238641**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº. 063/2020 - SES/DF

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE E A EMPRESA **BRB
SERVIÇOS S/A** NOS TERMOS
DO PADRÃO Nº 02/2002, NA
FORMA ABAIXO.

PROCESSO SEI nº [00060-00109204/2020-43](#)

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SAIN Parque Rural s/nº, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.770-200, representada neste ato por **FRANCISCO ARAUJO FILHO**, para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política na qualidade de Secretário de Estado, Símbolo CNP-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Decreto de 16 de março de 2020, publicado no DODF Edição Extra nº 30, de 16 de março de 2020, pg. 01, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada CONTRATADA, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS** portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, **JULIANA GONÇALVES NAVARRO** portadora do RG 6.448.462-1 SSP-PR, CPF nº 019.390.829-86, na qualidade de representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38057988), da Nota de Empenho (38081231), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), nos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38057988), da Nota de Empenho (38081231), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93, que passam a integrar o presente Termo.

3.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.2.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Contrato e seus apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Serviço	6 meses (180 dias)

4. CLÁUSULA QUARTA- DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

4.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

4.2.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

4.2.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

4.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

4.3.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

4.3.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

4.3.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

4.3.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

4.4. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

4.4.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "CONTRATO", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

4.4.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

4.5. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

4.5.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

4.5.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

4.5.3. Análise qualitativa das ligações:

- Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;
- Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;
- **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

4.5.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

- < (menor que) 10 minutos por ligação.

4.5.5. Treinamento, capacitação:

- Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste CONTRATO.

4.5.6. Entrega:

- > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

4.6. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

4.6.1. TELEFONISTA:

- Maior de 18 anos;
- Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e

orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

4.7. REMUNERAÇÃO

4.7.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

4.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

4.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;
2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;
3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.☐

4.9. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

4.9.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

4.9.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste CONTRATO, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

4.9.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste CONTRATO;

4.9.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

4.9.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

4.9.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

4.9.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

4.9.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

4.9.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

4.10. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.10.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

4.10.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

4.10.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho, tabela IMR e os respectivos valores apurados;

4.10.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

4.10.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- I. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços executados considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- II. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;
- III. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;
- IV. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
- V. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;
- VI. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;
- VII. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;
- VIII. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;
- IX. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;
- X. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;
- XI. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;
- XII. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

4.11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- I. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei

nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

- II. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.
- III. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.
- IV. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- V. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- VI. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- VII. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- VIII. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- IX. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- X. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- XI. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.
- XII. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- XIII. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- XIV. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- XV. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- XVI. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- XVII. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XVIII. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XIX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12.DAS OCORRÊNCIAS

4.12.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por	1	1 dia

evento.		
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

- I. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.
- II. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.
- III. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- IV. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.
- V. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.
- VI. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

- VII. Durante o período de implantação do serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.
- VIII. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

4.14. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

4.14.1 A prestação dos serviços de que trata este contrato e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.14.2 Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

4.14.3 Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

4.14.4 A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Contrato, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

4.15. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.15.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

4.16. PRAZOS DE ENTREGA

4.16.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

4.17. MODELO DE EXECUÇÃO

4.17.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

- I. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.
- II. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- III. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.
- IV. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.
- V. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.
- VI. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.
- VII. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

4.18. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

4.18.1 A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

4.19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- I. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.
- II. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- III. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.
- IV. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.
- V. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.
- VI. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.
- VII. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.
- VIII. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.
- IX. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.
- X. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Contrato bem como da natureza sigilosa das informações.
- XI. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.
- XII. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

4.20. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- I. A contratação será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

4.20.1. GESTOR DO CONTRATO:

4.20.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;

4.20.1.2. Responsabilidade:

- I. Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- II. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- III. Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.

4.20.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

4.20.2. FISCAL TÉCNICO

4.20.2.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.2.2. Responsabilidade:

- a. encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

4.20.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

4.20.3.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.3.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

4.20.4. FISCAL REQUISITANTE

4.20.4.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.4.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

4.21. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

4.21.1. Entidade: CONTRATADA

4.21.2 .Formação: Colaborador da CONTRATADA.

4.22.3. Responsabilidade:

- a. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de

serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f. Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

2

4.22. DO PARECER TÉCNICO

4.22.1 O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

4.23. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

4.23.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.24. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

4.24.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	23901
II	Programa de Trabalho:	10126820225570100
III	Elemento de Despesa:	339039
IV	Fonte de Recursos:	100000000
V	Valor Inicial	R\$1.521.507,50
VI	Nota de Empenho:	2020NE02875
VII	Data de Emissão:	02/04/2020
VII	Evento:	400091
VII	Modalidade:	Global

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- VII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

7.2. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

7.3. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

7.4. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.8.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I – Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II – Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.9. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

7.10. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se **no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

10.1. São obrigações da SES/DF:

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa
- II. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- III. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- IV. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- V. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- VI. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- VII. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- VIII. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- IX. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- X. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- XI. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- XII. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.
- XIII. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

11.2. Apresentar ao Distrito Federal :

- Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- I. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
 - II. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação.

- III. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.
- IV. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.
- V. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.
- VI. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.
- VII. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Contrato, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.
- VIII. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- IX. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.
- X. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.
- XI. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.
- XII. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.
- XIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.
- XIV. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- XV. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.
- XVI. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.
- XVII. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;
- XVIII. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;
- XIX. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço
- XX. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Contrato;
- XXI. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;
- XXII. A CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.
- XXIII. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;
- XXIV. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

- XXV. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;
- XXVI. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- XXVII. A CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste Contrato;
- XXVIII. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos de seus Profissionais.
- XXIX. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- XXX. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- XXXI. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.
- XXXII. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Contrato, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grampeador, etc.
- XXXIII. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.
- XXXIV. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- XXXV. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- XXXVI. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- XXXVII. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada à modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.
- 12.3. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato oriundo deste Contrato será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no **Decreto nº 35.831** de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

- 14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Arts. 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados.

15.3 No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podem do, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2. MODELO DE GESTÃO

17.2.1. Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executora da SAIS/SES.

17.2.2. Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no Telefone 0800-6449060.

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada **CONTRATADA**, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS**, portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, **JULIANA GONÇALVES NAVARRO**, portadora do RG 6.448.462-1 SSP-PR, CPF nº 019.390.829-86, na qualidade de representante legal e, sempre que em conjunto referidas como

PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº 63/2020, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou

quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO** em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX

	30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 02/04/2020, às 19:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA GONÇALVES NAVARRO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 21:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 21:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA - Matr.1694784-3, Técnico(a) em Contabilidade**, em 09/04/2020, às 08:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 09/04/2020, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098)
verificador= **38082098** código CRC= **02DD9029**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38082098

Correspondência Eletrônica - 38171104

Data de Envio:

04/04/2020 19:46:08

De:

SES/Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios - SES/SUAG/DFACC/GINFCC
<ginfcc.dfacc@saude.df.gov.br>

Para:

ggecom@brbsevidicos.com.br
ggerbi@brbsevidicos.com.br
diope@brbsevidicos.com.br

Assunto:

Nota de Empenho, Contrato 088/2019 e Solicitação de Garantia Contratual

Mensagem:

Boa noite,

Encaminhamos anexo, a Nota de Empenho e o CT , para conhecimento.

POR FAVOR , ENVIAR GARANTIA CONTRATUAL NO EMAIL - CONTRATOSES.GARANTIA@GMAIL.COM

Conforme Cláusula Nona do Termo Aditivo, solicitamos a Garantia Contratual.

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Solicitamos ainda, que seja acusado o recebimento do e-mail.

Atenciosamente,

Fernando Urbano Neto
Assessor Técnico

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios (GINFCC/DFACC/SUAG/SES)

SAIN Parque Rural, S/N, Bloco "A", 1º andar, Sala 67, Asa Norte - Brasília/DF

Telefone: 61 99236 4192

Anexos:

Contrato_Administrativo_38082098.pdf
Nota_de_Empenho_38081231_2020NE02875.pdf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 04 de abril de 2020.

À SAIS,

Informamos que na data 02/04/2020, foi assinado o Seguinte Contrato :

- 063/2020, com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF

Desta forma, visando a celeridade solicitamos providencias quanto a indicação dos executores para o referido ajuste.

Lembramos para tanto que a indicação deve conter:

O preenchimento por cada Executor indicado, da Declaração conforme modelo já disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para todas as unidades da SES/DF, com o nome "Declaração para exercer fiscalização de Contratos". (de acordo com a Circular SEI-GDF n.º 3/2019 - SES/SUAG/DFACC/GINFCC (28414025).

Esta declaração foi alterada através da Ordem de Serviço nº 267, publicada no DODF nº 164 de 29 de agosto de 2019, página 04, adicionando o argumento () ***Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas.*** A fim de atender a Decisão nº 5.089/2016 - TCDF.

Atentamos ainda que as indicações devem atender aos seguintes requisitos:

- Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, publicada no DODF nº 38, de 26 de fevereiro de 2004, página 01;
- Portaria nº 125, de 30 de abril de 2004, publicada no DODF nº 83, de 4 de maio de 2004, página 04;
- Portaria nº 57, de 25 de Abril de 2011, publicada no DODF nº 87, de 09 de maio de 2011;
- Decreto nº 32.753, de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no DODF nº 26, de 07 de Fevereiro de 2011;
- Artigo nº 41 do Decreto nº 32.598 de 15 de Dezembro de 2010, disponíveis no endereço da internet http://www.buriti.df.gov.br/ftp/default_ctd.cfm.

Destacamos das demais normas a Cartilha do Executor de Contratos Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/licitacoes-e-contratos/contratos.html> e <http://rede.saude.df.gov.br/>, no espaço de trabalho "Diretoria de Contratos e Convênios".

Atenciosamente,

FERNANDO URBANO NETO

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Assessor Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO URBANO NETO - Matr.1690943-7, Assessor(a)**, em 05/04/2020, às 00:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38171118** código CRC= **82F0EB4A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38171118



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 06 de abril de 2020.

À SES/CATES,

Senhora Coordenadora,

Trata-se o presente de Contrato nº 063/2020, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF.

Considerando o disposto em Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC nº 38171118, do qual requer celeridade quanto a indicação de executores contratuais para o referido ajuste contratual.

Desta feita, encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para ciência e demais providências pertinentes, com máxima urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

LUCIANO MORESCO AGRIZZI

Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SES/SAIS



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO MORESCO AGRIZZI - Matr.1688993-2, Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 06/04/2020, às 13:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38194500** código CRC= **A14C715A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38194500



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde

Despacho - SES/SAIS/CATES

Brasília-DF, 06 de abril de 2020.

À: DIASF,

Senhora Diretora,

Trata-se o presente de Contrato nº 063/2020, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF.

Considerando despacho 38194500 da **Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde** que remete os autos a esta Coordenação para *"indicação de executores contratuais para o referido ajuste contratual"*.

Considerando o disposto no despacho 38171118 da **Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, o qual aduz:

Informamos que na data 02/04/2020, foi assinado o Seguinte Contrato :

- 063/2020, com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF

Desta forma, visando a celeridade solicitamos providencias quanto a indicação dos executores para o referido ajuste.

Lembramos para tanto que a indicação deve conter:

O preenchimento por cada Executor indicado, da Declaração conforme modelo já disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para todas as unidades da SES/DF, com o nome "Declaração para exercer fiscalização de Contratos". (de acordo com a Circular SEI-GDF n.º 3/2019 - SES/SUAG/DFACC/GINFCC (28414025).

Esta declaração foi alterada através da Ordem de Serviço nº 267, publicada no DODF nº 164 de 29 de agosto de 2019, página 04, adicionando o argumento () **Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas**. A fim de atender a Decisão nº 5.089/2016 - TCDF.

Atentamos ainda que as indicações devem atender aos seguintes requisitos:

- Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, publicada no DODF nº 38, de 26 de fevereiro de 2004, página 01;
- Portaria nº 125, de 30 de abril de 2004, publicada no DODF nº 83, de 4 de

maio de 2004, página 04;

- Portaria nº 57, de 25 de Abril de 2011, publicada no DODF nº 87, de 09 de maio de 2011;

- Decreto nº 32.753, de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no DODF nº 26, de 07 de Fevereiro de 2011;

- Artigo nº 41 do Decreto nº 32.598 de 15 de Dezembro de 2010, disponíveis no endereço da internet http://www.buriti.df.gov.br/ftp/default_ctd.cfm.

Destacamos das demais normas a Cartilha do Executor de Contratos Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/licitacoes-e-contratos/contratos.html> e <http://rede.saude.df.gov.br/>, no espaço de trabalho "Diretoria de Contratos e Convênios".

Encaminhamos os autos para ciência e demais providências quanto a indicação solicitada, considerando a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

NATHÁLIA AYSLA DE TOLEDO KAKAZU

Assessora

CATES/SAIS/SES-DF



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIA AYSLA DE TOLEDO KAKAZU - Matr.1442909-8, Assessor(a)**, em 06/04/2020, às 17:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38242113** código CRC= **B7D3AC98**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

SUAG/SES,

Trata-se o presente do Contrato nº 063/2020-SES/DF, celebrado no dia 02 de abril de 2020, que tem como objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Encaminhamos o presente para ciência e autorização para publicação no DODF do seguinte extrato de instrumento contratual:

- **Contrato nº 063/2020-SES/DF** SIGGO: 40838. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**;

Porém, destaca-se que a referida empresa não apresentou a garantia contratual estabelecida através da Cláusula Nona até a presente data; observa-se ainda que conforme a Cláusula citada a empresa contratada possui o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo Contrato para a apresentação da garantia citada (38082098).

Cabe salientar que o Art. 61, da lei 8666/93, traz a seguinte redação em relação a publicação dos extratos contratuais:

[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus[...]

Ante o exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos para ciência e deliberação quanto a autorização desta Subsecretaria de Administração Geral em proceder a publicação do extrato na imprensa oficial com pendência referente a entrega da garantia contratual.



verificador= 38274644 código CRC= 5CD69E53.

e-DOC D3613A3E
Proc 00060-00176774/2020-49-e

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38274644



Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

Pontos de Atenção - Ressalvas Processo SEI 00060-00109204-2020-43

#Gerente GECOM - BRB Serviços <ggecom@brbservicos.com.br>

2 de abril de 2020 21:10

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>, "gepp.diaq@gmail.com"

<gepp.diaq@gmail.com>, SES/Gerência de Pesquisa de Preços - SES/SUAG/DIAQ/GEPP

<gepp.diaq@saude.df.gov.br>

Cc: #Diretor Presidente - BRB Serviços <presi@brbservicos.com.br>, #Diretoria de Operações - BRB Serviços

<diope@brbservicos.com.br>, #Consultoria Jurídica - BRB Serviços <cojur@brbservicos.com.br>, "#Diretor de

Controladoria, Administração e Finanças - BRB Serviços" <dicafe@brbservicos.com.br>, #Gerente GERBI - BRB

Serviços <ggerbi@brbservicos.com.br>, #Gerente GECOM - BRB Serviços <ggecom@brbservicos.com.br>

Prezados, boa tarde.

Após análise criteriosa do processo em epígrafe, verificamos os seguintes pontos conflitantes entre a redação do Projeto Básico, íntegra do processo e Termo Contratual:

1) Subcontratação: O item 3 do Projeto Básico possibilita a subcontratação, mediante aprovação da Contratante, conforme previsto na proposta enviada pela empresa BRB Serviços. Contudo, o item 11.1 do Termo Contratual, item XXVII, que trata das obrigações da Contratada, menciona vedação à subcontratação. Nesse sentido, solicitamos que o item seja revisto ou retirado do Contrato, para que não haja discrepância entre o previsto no Projeto Básico e o Termo Contratual e seja autorizada a subcontratação.

2) Erro Material: Identificamos que no Apêndice III, Modelo de IMR nº 2 "Entrega de Medicamentos", consta a meta de no máximo 5.000 entregas/mês, quando o Projeto Básico menciona quantidade de entregas "maior que 15.000 entregas mensais".

3) Erro material: em análise dos autos, foi constatado que em alguns documentos, especificamente nos documentos nºs 37608726, 37825387, 37842890, 37266072, 37288855, 37292833, 37383752, 37434579, 37508690, trazem objeto em divergência ao da presente contratação, conforme destacado no trecho abaixo:

"Serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, softwares que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em

domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal.

Solicitamos que as divergências apontadas sejam retificadas, por entender que tratam-se de erros materiais, mas que fogem do objeto convencionado e discriminado no Projeto Básico e no Termo Contratual.

O Contrato será encaminhado para assinatura da Diretoria da BRB Serviços na forma proposta, com a certeza da prevalência do pactuado entre às Partes e do entendimento comum.

Atenciosamente,

Eduardo Mendanha Resende

Gerente Comercial, Compras e Licitações

GECOM/DIOPE

☎(61) 3029 8324 / ☎(61) 9.8139-6122

✉ ggecom@brbservicos.com.br

✉ eduardo.mendanha@brbservicos.com.br





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Aquisições Especiais
Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

À
GINFCC/DFACC
GCEAF/DIASF,

Encaminha-se os autos para conhecimento acerca dos apontamentos elencados pelo BRB SERVIÇOS (38325608). Considerando que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, que resultou no Contrato nº 063/2020, já foi devidamente ratificada solicitamos que os trâmites não sejam mais realizados por meio desta GEAQ/DAESP.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA
Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO
Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 07/04/2020, às 17:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 07/04/2020, às 18:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38325650** código CRC= **A108FEDC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 08 de abril de 2020.

À GCEAF/DIASF,

Reportamo-nos ao Contrato 063/2020 celebrado com a empresa BRB SERVIÇOS S/A, que tem por objeto a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF.

Encaminhamos os autos para indicação dos executores do contrato - TITULAR e SUBSTITUTO, nos termos solicitado no Despacho SES/SUAG/DFACC/GINFCC (38171118).

Atenciosamente,

SAMARA FURTADO CARNEIRO
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 08/04/2020, às 22:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38387337** código CRC= **DB8B7B42**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Assistência Farmacêutica

Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

(§ 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010)

Eu, **DIOGO DE AMORIM BARRÃO** CPF nº **017.291.001-39**, Matrícula nº **1672076-8**, Telefone **(61) 99184-0173**, E-mail: **diogo_worshiper@hotmail.com**, Lotado(a) no(a) **Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, para fins de designação como executor titular do Contrato nº **063/2020** - SES/DF, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**.

DECLARO, sob as penas da Lei e conforme § 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, **NÃO EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS OU POSSUIR RELAÇÃO DE PARENTESCO, ATÉ O TERCEIRO GRAU**, com sócio gerente ou administrador do contratado.

DECLARO AINDA:

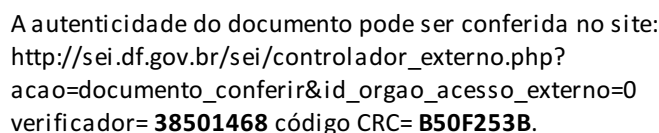
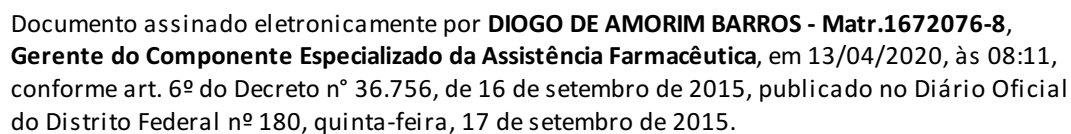
(☒) Que não divulgarei ou farei uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas como executor do referido contrato;

(☒) Que não exerço atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com a pessoa física ou jurídica contratada;

(☒) Que não exerço, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja

(**X**) Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas.

Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38501468



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Núcleo de Farmácia do Componente Especializado em Ceilândia

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

(§ 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010)

Eu, **WALLESKA FIDELIS GOMES**, CPF nº **023.396.601-30**, Matrícula nº **1437039-5**, Telefone **(61) 98111-4777**, E-mail: **walleskafg@gmail.com**, Lotado(a) no(a) **SES/SAIS/DIASF/GCEAF/NFCE CEILÂNDIA**, para fins de designação como executor substituto do Contrato nº **063/2020** - SES/DF, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**.

DECLARO, sob as penas da Lei e conforme § 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, **NÃO EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS OU POSSUIR RELAÇÃO DE PARENTESCO, ATÉ O TERCEIRO GRAU**, com sócio gerente ou administrador do contratado.

DECLARO AINDA:

(X) Que não divulgarei ou farei uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas como executor do referido contrato;

(X) Que não exerço atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com a pessoa física ou jurídica contratada;

(X) Que não exerço, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja

incompatível com as atribuições de executor do referido contrato;

(X) Que não atuo, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados da contratada;

(X) Que não praticarei ato em benefício de interesse de pessoa jurídica contratada;

(X) Que não receberei presente da contratada fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento específico;

(X) Que não prestarei serviços, ainda que eventuais, a empresa contratada, enquanto estiver designado como executor do citado contrato; e

(X) Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas.

Brasília/DF, 13 de ABRIL de 2020.

WALLESKA FIDELIS GOMES

Chefe do Núcleo Farmacêutico do Componente Especializado em Ceilândia



Documento assinado eletronicamente por **WALLESKA FIDELIS GOMES - Matr.1437039-5, Farmacêutico(a) Bioquímico(a) - Farmácia**, em 14/04/2020, às 12:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38550674** código CRC= **150A5180**.

e-DOC D3613A3E
Proc 00060-00176774/2020-49-e

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38550674

**SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - EM
LIQUIDAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CNPJ Nº. 00.037.226/0001-67

Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da SAB S.A (Em Liquidação), ficam os Senhores Acionistas, convocados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada, às 15h00min do dia 24 de abril do corrente exercício, na Sede da Empresa, sita no Setor de Indústria e Abastecimento Sul (SIA/SUL), Trecho 06 Lote 270 nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019, Processo SEI nº 00075-00000019/2020-16, acompanhado do Processo: 00075-00000414/2019-65, referente ao Inventário de Bens Patrimoniais; 2- eleição/recondução dos membros efetivos, bem como o presidente do Conselho Fiscal; e, 3- Ratificar eleição do membro do Conselho Fiscal - Ofício Nº 115/2020 - GAG/GAB, indicando a Senhora EDILEIDE OLIVEIRA SANTOS, em substituição a Senhora MARILUCE CAVALCANTE GOMES, para completar o mandato da Conselheira substituída.

Brasília/DF, 06 de abril de 2020
CÁTIA MIHO TAKAHASHI DE AQUINO CARVALHO
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**EXTRATOS CONTRATUAIS**

Espécie: Contrato de Comodato nº 059/2020-SES/DF. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a AMORA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E OU PROPRIETÁRIOS DO NÚCLEO RURAL RAJADINHA II, inscrita no CNPJ nº 05.035.390/0001-59. Objeto: O bem do referido comodato é um lote de 200 m², onde já existe um (galpão) com 122 m², situado na DF 130, Km 11, Rua 06, Lote 18A, Núcleo Rural Rajadinha II, Planaltina-DF. O Imóvel será utilizado como Unidade Básica de Saúde para Equipe da Estratégia Saúde da Família, abrigando uma equipe responsável pelo atendimento do território adstrito, além de espaço para organização de ações da Atenção Primária à Saúde. Vigência: O presente Termo entra em vigor na data de sua publicação e tem validade inicial de 05 (cinco anos), podendo ser renovado por iguais períodos, desde que haja interesse das partes, manifestado por meio de Termo Aditivo; Em a Comodatária não conseguindo as autorizações necessárias para funcionar o objeto acima descrito, no prazo de 06 (seis) meses, o imóvel volta para a Comodante. O prazo poderá ser prorrogado por igual período caso necessário. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00345504/2018-70. Data de Assinatura: 07/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela comodante: ILCANÃ FIGUEIRA ALVES FERREIRA. Testemunhas: LUCIANE DE SOUZA BRITO e ANA PAULA SOUSA P. e SILVA.

Espécie: Contrato nº 063/2020-SES/DF. SIGGO: 40838. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80. Objeto: Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente. Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020. Do Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10126820225570100. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 100000000. Nota de Empenho: 2020NE02875. Valor inicial: R\$ 1.521.507,50 (um milhão e quinhentos e vinte e um mil e quinhentos e sete reais e cinquenta centavos). Emitido em 02/04/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00109204/2020-43. Data de Assinatura: 02/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: JULIANA GONÇALVES NAVARRO e MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO. Testemunhas: HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS e PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.

Espécie: Contrato nº 065/2020-SES/DF. SIGGO: 40863. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.820.448/0018-84. Objeto: prestação de serviços de fornecimento de CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DOMICILIAR DE BAIXO e ALTO FLUXO e CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, fornecimento de GÁS MEDICINAL e DESCARTÁVEIS PARA OXIGENOTERAPIA, com COMODATO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO e LOCAÇÃO DOS CONCENTRADORES para atender às demandas da

Secretaria de Saúde - DF. Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020 ou até a conclusão do Processo Regular 00060-00007427/2019-33, o que ocorrer primeiro. Do Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 3.663.470,85 (Três milhões, seiscentos e sessenta e treze mil, quatrocentos e setenta reais e cinco centavos), em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10302620260520003. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 100000000. Nota de Empenho: 2020NE03023. Valor inicial: R\$ 915.867,71 (novecentos e quinze mil e oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos). Emitido em 07/04/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00385454/2019-44. Data de Assinatura: 08/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: ALEXANDRE ALCANTARA. Testemunhas: HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS e PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2016-SES/DF. SIGGO: 33198. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa ASTEM COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. EPP. CNPJ nº 03.864.631/0001-47. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 30/03/2020 a 29/03/2021, com fundamento no Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93; Conceder Reajuste de 4,19% (quatro inteiros e dezenove centésimos por cento) sobre o valor do contrato; Com o reajuste, o valor global do contrato passa de R\$1.841.992,63 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e três centavos) para R\$ 1.919.172,12 (um milhão, novecentos e dezenove mil cento e setenta e dois reais e doze centavos); O valor mensal do Contrato passa de R\$ 153.499,39 (cento e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos) para R\$ 159.931,01 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e trinta e um reais e um centavo). Vigência: a contar da assinatura. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programas de Trabalho: 10302620229950001. Natureza das Despesas: 339039 e 339030. Fonte de Recursos: 138003467. Notas de Empenho: 2020NE02645 e 2020NE02646. Valores de empenho inicial: R\$ 736.348,59 (setecentos e trinta e seis mil e trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) e R\$ 708.361,53 (setecentos e oito mil e trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos). Emitidos em 27/03/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 0060-005091/2014. Data de Assinatura: 27/03/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: LEWANDER FRANCISCO PEDROSA. Testemunhas: JOSEFA NOBREGA DANTAS e CAMILA CALVET GUIMARAES. Publicação do Ajuste Original:12/04/2016.

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 061/2018-SES/DF. SIGGO: 36299. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA LTDA ME. CNPJ nº 06.292.778/0001-06. Objeto: Acrescer um percentual de aproximadamente 10,8387% (dez inteiros, oito mil, trezentos e oitenta e sete décimos e milésimos por cento); Suprimir o percentual de aproximadamente 1,2251% (um inteiro, dois mil, duzentos e cinquenta e um décimos e milésimos por cento); Com o Acréscimo de R\$ 139.080,00 (cento e trinta e nove mil e oitenta reais) o que corresponde a um percentual aproximadamente de 10,8387% (dez inteiros, oito mil, trezentos e oitenta e sete décimos e milésimos por cento), e a Supressão de R\$ 15.720,00 (quinze mil e setecentos e vinte reais) o que corresponde a um percentual aproximadamente de 1,2251% (um inteiro, dois mil, duzentos e cinquenta e um décimos e milésimos por cento), o valor global do contrato passará de R\$ 1.283.176,68 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) para R\$ 1.406.536,68 (um milhão, quatrocentos e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), ao valor inicial atualizado do contrato. E o valor mensal do Contrato passará de R\$ 106.931,39 (cento e seis mil novecentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos) para R\$ 117.211,39 (cento e dezessete mil duzentos e onze reais e trinta e nove centavos). Vigência: a contar da assinatura. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10302620221452549. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 138003467. Nota de Empenho: 2020NE02599. Valor de empenho inicial: R\$ 123.360,00 (cento e vinte e três mil e trezentos e sessenta reais). Emitido em 25/03/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00160484/2018-69. Data de Assinatura: 03/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: WALKIRIA DUARTE SERRA. Testemunhas: ANA PAULA SOUSA P. e SILVA e CAMILA CALVET GUIMARAES. Publicação do Ajuste Original:15/06/2018.

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 130/2018-SES/DF. SIGGO: 34542. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa PRIME HOME CARE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR LTDA. CNPJ nº 16.739.984/0001-67. Objeto: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao quantitativo atual do contrato passando o quantitativo do contrato de 80 vagas para 100 vagas simultâneas para usuários do SUS com necessidade de ventilação mecânica invasiva, assistência intensiva de enfermagem e classificados como de alta complexidade conforme a tabela da Associação Brasileira das Empresas de Medicina Domiciliar – ABEMID. O valor mensal do contrato passa de R\$1.869.917,88 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) para R\$2.337.397,36 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil trezentos e

Correspondência Eletrônica - 38655371

Data de Envio:

15/04/2020 03:59:00

De:

SES/Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios - SES/SUAG/DFACC/GINFCC
<ginfcc.dfacc@saude.df.gov.br>

Para:

ustrac.10@gmail.com

Assunto:

Tabela do CTnº 063/2020

Mensagem:

Boa noite,

Segue em anexo a tabela para publicação.

Atenciosamente ,

Fernando Urbano Neto
Assessor Técnico

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios (GINFCC/DFACC/SUAG/SES)

SAIN Parque Rural, S/N, Bloco "A", 1º andar, Sala 67, Asa Norte - Brasília/DF

Telefone: 61 99236 4192

Anexos:

TABELA CT 063-2020.pdf
Contrato_Administrativo_38082098.pdf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

À DACC/SUAG,

Encaminhamos, para o devido registro, o **Contrato nº 063/2020**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A.**, que tem por objeto a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente .

Atenciosamente,

FERNANDO URBANO NETO

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Assessor Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO URBANO NETO - Matr.1690943-7, Assessor(a)**, em 15/04/2020, às 04:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38655372** código CRC= **77223590**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DACC

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

À GACTC/DACC/SUAG,

Encaminhamos, para o devido registro, o **Contrato nº 063/2020 (38082098)**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A.**, que tem por objeto a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente .

MARIA NILZA XAVIER DE SOUSA

Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **MARIA NILZA XAVIER DE SOUSA - Matr.0189336-X, Diretor(a) de Acompanhamento de Contratos e Convênios**, em 15/04/2020, às 13:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38667281** código CRC= **90207988**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias

Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

À

GELIQ/DIRFI/FSDF/SES

Senhor (a) Diretor (a),

Tratam os autos da **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos**, objeto do **Contrato nº 063/2020 - SES/DF**, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** com valor total de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** [2].

Considerando a formalização do **Contrato nº 063/2020 - SES/DF**, celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, encaminhamos o presente processo à Diretoria Financeira - FSDF/DIRFI, com vistas à Gerência de Liquidação - DIRFI/GELIQ, nos termos do § 3º, do art. 8º, da Portaria n. 170/2018-SES/DF, para conhecimento e providências quanto à emissão de **Nota de Lançamento** no valor abaixo relacionado:

Natureza de despesa: 339039 – **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** [2] – contrato SIGGO – 40838.

PATRICIA SILVA DE OLIVEIRA

Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias

Gerente



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA SILVA DE OLIVEIRA - Matr.1687483-8, Gerente de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias**, em 15/04/2020, às 16:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38706489** código CRC= **07D56709**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38706489



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Ofício Nº 689/2020 - SES/SUAG

Brasília-DF, 16 de abril de 2020.

Senhora Subcontroladora,

Cumprimentando-a cordialmente, utilizo-me do presente em atendimento ao Decreto nº 40.584, de 1º de abril de 2020, na qual estabelece medidas de transparência e prioridade aos processos relativos à atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

Deste modo, informo que o presente processo SEI 00060-00109204/2020-43 trata da contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SES-DF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, **Contrato nº 063/2020 - SES/DF (R\$8056140)**, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** CNPJ nº 12.857.569/0001-80, pelo valor total de **R\$ 10.815.750,36** (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)¶.

Atenciosamente,

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

Senhora,

Rejane Vaz de Abreu

Subcontroladora de Transparência e Controle Social

Controladoria-Geral do DF

Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 16/04/2020, às 19:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF
(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38747037



Detalhamento de Nota de Lançamento

Data de Emissão 17/04/2020 **Data de Lançamento** 17/04/2020 **N. Documento** 2020NL05268
Unidade Gestora 170101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gestão 17901 - FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Credor 170101-17901 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Contrato 40838 **Fatura/NF** NL DE REGISTRO **Processo** 00060-0000109204/2020-43
Transferência **Espécie** **Decreto**
Prioridade de Pagamento Z0

Evento Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Fonte	Valor
570648 040838				10.815.750,36

Observação VALOR REFERENTE AO CONTRATO063/2020 - SES/DF FIRMADO COM A EMPRESA BRB SERVIÇOS S/A.
PROCESSO SEI: 00060-00109204/2020-43
Solicitação Link 38706489.

Usuário Lançado em: 17/04/2020 às 11:17 por 03578249114 - MONIKY LOPES LEITE

NL Contratos

Linha	Código de Pagamento	Nota Empenho	Valor
-------	---------------------	--------------	-------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria Financeira
Gerência de Liquidação

Despacho - SES/FSDF/DIRFI/GELIQ

Brasília-DF, 17 de abril de 2020.

À SES/SUAG/DACC/GACTC,

Senhor(a) gerente,

Retornamos os autos após emissão de Nota de Lançamento de Registro (38812732).

Moniky Lopes Leite
Gerência de Liquidação
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **MONIKY LOPES LEITE - Matr.1679929-1, Gerente de Liquidação**, em 17/04/2020, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38812797** código CRC= **B17A0633**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38812797



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias

Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC

Brasília-DF, 17 de abril de 2020.

À GEO/DIOR/FSDF/SES

ASSUNTO: REFORÇO DE NOTA DE EMPENHO

Senhor(a) Chefe,

Tratam os autos da contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, objeto do contrato nº **063/2020-SES/DF**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** vigente de **02/04/2020 a 28/09/2020**, com um valor total de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)**, na natureza de despesa 339039.

O valor mensal para atendimento ao Contrato é de **R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos)**.

Consta nos autos a Autorização de Despesa e Empenho SES/SUAG/DFACC/GINFCC (38057988) no valor de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)**.

No exercício de 2020 foi empenhado o valor de **R\$ 1.521.507,50 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sete reais e cinquenta centavos)**, correspondente à Nota de Empenho: 2020NE02875 (38081231), portanto, falta empenhar o valor de **R\$ 9.924.242,86 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)** para fazer face ao contrato até o término de sua vigência em 28/09/2020.

Diante do exposto, solicitamos reforço de nota de empenho no valor de **R\$ 9.924.242,86 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)** para cobrir a despesa até o fim da vigência do contrato, referente a contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos objeto do contrato nº **063/2020-SES/DF**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** vigente de **02/04/2020 a 28/09/2020**.

Patricia Silva de Oliveira**Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias****Gerente**

Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA SILVA DE OLIVEIRA - Matr.1687483-8, Gerente de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias**, em 17/04/2020, às 15:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38834109** código CRC= **7DAFC186**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38834109



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Programação Orçamentária

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO

Brasília-DF, 20 de abril de 2020.

À (o)

NEMP/GEO

Sr.(a). Chefe,

Informamos que há previsão orçamentária na LOA de 2020, na presente data, para atender a despesas desta natureza, conforme abaixo:

Programa de Trabalho: 10.126.8202.2557.0100

Elemento de Despesa: 339039 58

Valor: R\$ 281.117,56

Fonte: 100000000

Objeto: Despesa com a execução do Contrato de Gestão nº **063/2020-SES/DF** - SES/DF, firmado com **BRB SERVIÇOS S/A**

O valor informado acima atende ao solicitado no GACTC/DACC (38834109) e visa o atendimento de despesas com a execução do Contrato de Gestão nº **063/2020-SES/DF 02/04/2020 a 28/09/2020**, sendo correspondente a complementação do valor mensal no presente exercício. Nestes termos, remetemos os autos para reforço da Nota de Empenho: 2020NE02875 (38081231), autorizo de emissão de nota de empenho, documento:38057988.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO CARLOS DA PAIXAO - Matr.1443229-3, Chefe do Núcleo de Programação Orçamentária**, em 20/04/2020, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38931828 código CRC= **D6CEC621**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

Unidade Gestora 170101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	Número do Documento 2020NE03383	Empenho Original 2020NE02875
Gestão 17901 - FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	Número do Processo 00060-0000109204/2020-43	Data de Emissão 22/04/2020
Credor 130208-13208 - BRB SERVICOS S/A	Licitação 05 - Dispensa de Licitação	Modalidade 3 - Global
Endereço BSB	Cidade BSB	UF DF
Evento 400092 - REFORÇO DE EMPENHO	Referência ART. 24, IV, 8666/93	CEP 70000000
Local de Entrega SES/DF	Exige Contrato 040838	Nº Suprimento
Valor por extenso (duzentos e oitenta e um mil cento e dezessete reais e cinquenta e seis centavos)	Transferência	Valor 281.117,56

Classificação Orçamentária						
Esfera 2	Unidade Orçamentária 23901	Programa de Trabalho 10126820225570100	Id. Uso 0	Fonte de Recurso 100000000	ContraPartida 99999	Natureza da Despesa 339039
Cronograma de Desembolso						
Janeiro 0,00	Fevereiro 0,00	Março 0,00	Abril 281.117,56			
Maio 0,00	Junho 0,00	Julho 0,00	Agosto 0,00			
Setembro 0,00	Outubro 0,00	Novembro 0,00	Dezembro 0,00			

Subítem da Despesa							
Código 58	Valor 281.117,56	Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor

No. Licitação	Ano Licitação	No. Ata	Ano Ata	Item	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
---------------	---------------	---------	---------	------	------	----------------	-------------

--	--	--	--	--	--	--	--

Descrição dos Itens

Item	Quant.	Especificação	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
001	000001	COVID-19 REFORÇO DA 2020NE02875 VLR. P/ COBRIR, CONF. DISPONIBILIDADE ORÇAMENT., CONT. EMERG. (POR 180 DIAS) DE CENTRAL TELEFÔNICA ATIVA/ RECEPTIVA P/ ATENDER OS USUÁRIOS CADAST. NOS NÚCLEOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO - NFCE (FARMÁCIAS DE ALTO CUSTO) DA GCEAF/ DIASF/SESDF, DE ACORDO C/ PROJETO BÁSICO (37293085). DL. Nº 03/2020, C/ BASE NO ART. 24, IV, 8.666/ 93. AUT. E RAT. DL: 37266072/ 38044988 INFO. REC.: 38931828 AUT. DE EMP. SUAG/SES: 38057988	-	281.117,56	281.117,56

--	--	--	--	--	--

Gestor Administrativo 037.571.301-89 - IOHAN ANDRADE STRUCK	Material Recebido/Serviço Executado em
Chefe SOF 667.917.316-72 - RONAN PEREIRA LIMA	

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Emitido em: 22/04/2020 10:07:35

1

Emitido por: Guilherme Kazuhiro Inoue - Matrícula: 1682901-8

Processo Eletrônico 000009204/2020-43 (389293893)

SSE0006000009204/2020-43 pgg3321



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Empenho

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP

Brasília-DF, 22 de abril de 2020.

À
GACTC/DACC,

Tratam os autos da contratação emergencial (por 180 dias improrrogáveis) da empresa **BRB SERVIÇOS S/A** para a prestação de serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, conforme especificado no Projeto Básico (37293085), por meio da DL nº 03/2020, mediante Autorização e Ratificação (37266072/38044988).

Encaminhamos os autos após a emissão da (s) Nota (s) de Empenho nº (s) **2020NE03383** (38966540), visando atender as despesas inerentes à contratação acima descrita, no presente exercício, sendo parcial, tendo em vista a disponibilidade orçamentária (38931828).



Documento assinado eletronicamente por **HELLEN MARTINS RAMOS DA SILVA - Matr.1443227-7, Chefe do Núcleo de Empenho**, em 22/04/2020, às 18:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1, Gerente de Execução Orçamentária**, em 24/04/2020, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BANGOIM MARREIROS LIMA - Matr.1657796-5, Diretor(a) de Análise e Execução Orçamentária**, em 24/04/2020, às 14:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38966581** código CRC= **A6E00271**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subcontroladoria de Transparência e Controle Social

Ofício Nº 30/2020 - CGDF/SUBTC

Brasília-DF, 22 de abril de 2020.

Senhor Subsecretário,

Cumprimentando-o, reporto-me ao disposto no Art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com fulcro no Art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 40.854, de 1º de abril de 2020, para informar que a contratação comunicada por meio do Ofício 689 (38747037) foi devidamente disponibilizada no [Portal COVID-19](#).

Em tempo, ressalto a necessidade de disponibilização de todos os instrumentos de contratação/aquisição na aba de contratos, do menu de acesso à informação desse órgão, em atendimento à Lei nº 4.990/2012, e reitero a solicitação de encaminhamento de todas as demais contratações e aquisições que porventura forem realizadas com fulcro da Lei nº 13.979/2020.

Por fim, agradeço o envio da informação e coloco esta Subcontroladoria de Transparência e Controle Social à disposição para dirimir eventuais dúvidas por meio do endereço eletrônico acessoainformacao@cg.df.gov.br.

Atenciosamente,

Rejane Vaz de Abreu

Subcontroladora de Transparência e Controle Social

Ao Senhor

Iohan Andreade Struck

Subsecretário de Administração Geral

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **REJANE VAZ DE ABREU - Matr.0042775-6**, **Subcontrolador(a) de Transparência e Combate à Corrupção**, em 22/04/2020, às 12:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Palácio do Buriti 13º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Doc. SEI/GDF 38979542



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 24 de abril de 2020.

À DAESP/SUAG

Tratam os autos da **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos**, objeto do **Contrato nº 063/2020 - SES/DF**, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**.

Por meio do Ofício 30 (38979542) a Subcontroladoria de Transparência e Controle Social - CGDF, informar que a contratação comunicada por meio do Ofício 689 (38747037) foi devidamente disponibilizada no [Portal COVID-19](#).

Nesse sentido, encaminho os autos para conhecimento ressaltando a necessidade de disponibilização de todos os instrumentos de contratação/aquisição na aba de contratos, do menu de acesso à informação desse órgão, em atendimento à Lei nº 4.990/2012, e reitero a solicitação de encaminhamento de todas as demais contratações e aquisições que porventura forem realizadas com fulcro da Lei nº 13.979/2020.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 39129499

DADOS DO SEGURADO

NOME: DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SAUDE
ENDEREÇO: PC PRACA DO BURITI S/N 13 - D - ZONA CIVICO ADMINISTRATIVA

CPF OU CNPJ: 00.394.700/0001-08

CEP: 70.075-900

CIDADE: BRASÍLIA

UF: DF

DADOS DO TOMADOR

NOME: BRB SERVIÇOS S/A
ENDEREÇO: Q SCN QUADRA 4, BLOCO C - ASA NORTE
CEP: 70.714-902

CPF OU CNPJ: 12.875.569/0001-80

CIDADE: BRASÍLIA

UF: DF

DADOS DO CORRETOR

NOME: BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A

CPF OU CNPJ: 42.597.575/0001-83

SUSEP:100066141

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 540.787,52 - Quinhentos e Quarenta Mil e Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos

MODALIDADE: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Contrato nº 063/2020, Processo nº 00060-00109204/2020-43, cujo objeto é a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços	R\$ 540.787,52	R\$ 2.133,52	23/04/2020	20/10/2020

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO

Prêmio Líquido	R\$	2.133,52
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00
Custo de Apólice	R\$	0,00
IOF	R\$	0,00
Prêmio Total	R\$	2.133,52

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 2.133,52	14/05/2020

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 24/04/2020 16:24:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/autenticidade>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920209907750371057000 e o Controle Interno: 00ABA905A9711018. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692020009900750371057000000.


João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CONDIÇÕES ESPECIAIS - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO II: CONDIÇÕES ESPECIAIS. RAMO 0775: SEGURADO SETOR PÚBLICO.

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

- b)Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c)Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d)Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e)Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

**Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e
Convênios**

**Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e
Convênios**

Ofício Nº 110/2020 - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 28 de abril de 2020.

À SEEC/GETES

Senhor Gerente,

Pelo presente encaminhamos a APÓLICE DE SEGURO GARANTIA da EMPRESA POTTENCIAL SEGURADORA, com vencimento em 20/10/2020, da empresa **BRB SERVIÇOS S/ACNPJ 12.857.569/0001-80, Contrato SIGGO nº 40838**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.**

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA Nº 0306920209907750371057000CT 063/2020 (39261774).

Para assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA prestará garantia contratual no valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme § 1º do Art. 56, da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

FERNANDO URBANO NETO

Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Assessor Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO URBANO NETO - Matr.1690943-7, Assessor(a)**, em 28/04/2020, às 10:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=39265475)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=39265475)
verificador= **39265475** código CRC= **7CD9D40E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 39265475



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Fazenda
e Planejamento



**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO
(CAUÇÃO)**

DAR Nº	DATA PAGAMENTO
17484 / 2020	28/04/2020

NOME OU RAZÃO SOCIAL BRB SERVIÇOS S/A	CPF / CNPJ 12.857.569/0001-80	TELEFONE 000000000
ENDEREÇO SCN QUADRA 04 BL C ASA NORTE	CIDADE BRASILIA	UF CEP DF 79714902
ESPECIFICAÇÃO CAUÇÃO	COD.RECEITA 9041	Nº DOCUMENTO OF SEI N 110/2020-SES
INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÃO RECEBEMOS APÓLICE DE SEGURO DE N 0306920209907750371057000, NA GARANTIA DO CONTRATO DE N 063/2020 - SES - CONTRATO SIGGO 40838 VENCIMENTO PARA 20/10/2020.		VALOR 540.787,52

Autenticação

Impressão em: 28/04/2020